

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 19 - N° 57
Setembro/Dezembro - 2013

R454

***Revista Philologus* / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 19, N° 57, (set./dez.2013) – Rio de Janeiro: CIFEFiL. 164 p.**

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Mario Botelho
Primeira Secretária:	Profª. Dra. Regina Céli Alves da Silva
Segunda Secretária:	Profª. Me. Anne Caroline de Moraes Santos
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Eduardo Tuffani Monteiro

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Adriano de Souza Dias	Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Claudio Cezar Henriques	Darcilia Marindir Pinto Simões
Delia Cambeiro Praça	Eduardo Tuffani Monteiro
José Mario Botelho	José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon	Nataniel dos Santos Gomes
Regina Céli Alves da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição	José Pereira da Silva
Editoração eletrônica	Silvia Avelar Silva
Projeto de capa:	Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. Editorial 05
1. A dignidade do homem e a eloquência no humanismo hispânico do século XVI – *Ricardo Hiroyuki Shibata* 07
2. A motivação nos provérbios – *José Pereira da Silva* 18
3. As vozes verbais na gramaticografia brasileira – *Jaqueline de Moraes Thurler Dália* 27
4. Clio: um diálogo com a Musa nos bastidores da filologia – *Patrícia Nunes Barreiros* 42
5. Considerações sobre o vocabulário litúrgico na *Peregrinação de Etéria (Itinerário de Egéria)* – *Maria Cristina Martins* 54
6. Internet e gêneros digitais: um estudo sincrônico da língua portuguesa – *Matheus Seiji Bazaglia Kuroda* 70
7. Manifestação de digressões no evento comunicativo “aula de língua portuguesa” – *Juliely Veiga Gomes e Wânia Terezinha Ladeira* 82
8. Notas de uma aula: o “carpe diem” de Horácio – *Eduardo Tuffani* 93
9. O *continuum* das gramáticas: um trajeto da mente do outro à própria – *André Luiz Ming García* 100
10. O sentido da palavra “igreja” para os cristãos primitivos em confronto com o seu sentido atual – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* 118
11. Os sufixos: *-eiro, -or, -nte* e *-ista* no *Auto da Alma* e no *Auto da Compadecida* – *Nilsa Areán-García* 134
12. Tradição clássica e sua repercussão em gramáticas de língua portuguesa – *Paulo Mosânio* 145

RESENHAS

1. A noção de frame – *José Pereira da Silva* 159
2. Cenário geopolítico e sociolinguístico do português no século XXI – *José Pereira da Silva* 162

EDITORIAL

O CiFEFiL tem o prazer de apresentar-lhe o número 57 da *Revista Philologus*, com doze artigos e duas resenhas, dos seguintes treze autores: André Luiz Ming García (p. 100-117), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (p. 118-133), Eduardo Tuffani (p. 93-99), Jaqueline de Moraes Thurler Dália (p. 27-41), José Pereira da Silva (p. 159-161, 162-164 e 18-26), Juliely Veiga Gomes (p. 82-92), Maria Cristina Martins (p. 54-69), Matheus Seiji Bazaglia Kuroda (p. 70-81), Nilsa Areán-García (p. 134-144), Patrício Nunes Barreiros (p. 42-53), Paulo Mosânio (p. 145-158), Ricardo Hiroyuki Shibata (p. 07-17) e Wânia Terezinha Ladeira (p. 82-92)

O primeiro artigo examina o *topos* da dignidade do homem hispânico no século XVI, concluindo-se que o correspondente quadro argumentativo é um elogio das letras e das disciplinas dos *studia* de matiz humanista.

O segundo apresenta um conjunto de reflexões sobre os motivos que levam os falantes a usarem provérbios em seus discursos e os que levaram esses textos a se tornarem proverbiais e populares e a se fixarem na língua como “discurso repetido”.

No terceiro, Jaqueline reflete sobre o tratamento dado ao verbo nos estudos gramaticais brasileiros do fim do século XIX até hoje, buscando compreender a questão das vozes verbais, visto que nunca houve um consenso sobre o assunto.

O quarto artigo, partindo da mitologia, discute as novas abordagens em torno da história, considerando a história cultural e suas relações com a filologia, na contemporaneidade.

O quinto mostra algumas particularidades de emprego do vocabulário litúrgico da obra “Peregrinação de Etéria”, mostrando os contextos em que eram empregadas certas palavras que designavam o povo cristão, as pessoas que exerciam as funções da Igreja e a respectiva etimologia.

No sexto artigo, discute-se a influência da internet e das novas tecnologias de comunicação no aspecto sincrônico da língua portuguesa, desenvolvendo novos processos de alterações morfofonêmicas.

No sétimo artigo, as autoras analisam as ocorrências de digressões

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

no evento comunicativo “Aula de Língua Portuguesa” numa turma de nono ano do ensino fundamental, observando-se que os alunos podem gerar ou provocar digressões que podem vir a ser tópicos digressivos, interferindo no planejamento inicial da aula.

No oitavo artigo, o autor reflete sobre uma ode de Horácio, numa estrutura didática, traduzindo e comentando-a, nos limites de uma aula para o nível de graduação em letras.

No nono artigo, apresenta-se uma proposta triádica de definição do termo “gramática” sob a forma de um continuum de instâncias, da gramática internalizada pelos falantes de uma língua natural àquela aprendida por um estudante de língua estrangeira a partir da pedagogização de modelos científicos descritivos.

O décimo artigo analisa evolução semântica da palavra “igreja”, mostrando-se a discrepância entre o sentido atual e o original, e que a aplicação do sentido atual para interpretar textos antigos pode levar a conclusões equivocadas, visto que a palavra resulta do duplo processo de nomeação e evolução dos valores de sentido.

O penúltimo artigo trata comparativamente as palavras formadas com os sufixos *-eiro(a)*, *-or*, *-nte* e *-ista*, encontradas no *Auto da Alma*, de Gil Vicente, e no *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, para verificar como tais formações se comportam ao longo dos séculos.

Por fim, o último artigo mostra os desafios da classificação vocabular desde a Antiguidade até hoje, inclusive na língua portuguesa, passando-se das gramáticas renascentistas à NGB, e chegando aos nossos dias.

As duas resenhas apresentam e divulgam um número de um periódico sobre a “noção de *frame*” e um livro coletivo sobre o cenário geopolítico e sociolinguístico do português deste século.

Por fim, o CiFEFiL agradece pela crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, para podermos produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a interação entre os profissionais de linguística e letras e, especialmente, os que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, dezembro de 2013.

José Pereira da Silva

**A DIGNIDADE DO HOMEM E A ELOQUÊNCIA
NO HUMANISMO HISPÂNICO DO SÉCULO XVI**

Ricardo Hiroyuki Shibata (SEED/PR)
rhshibata@seed.pr.gov.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho de pesquisa é examinar o *topos* da dignidade do homem hispânico no século XVI. É possível observar que esse quadro argumentativo é antes de tudo um elogio das letras e das disciplinas dos *studia humanistas* de matriz claramente humanista.

Palavras-chave: Humanismo. Renascimento. Século XVI.

O esforço de Francisco Rico em desvelar a questão da dignidade do homem, cuja matriz se encontra na tradição de Gionozzo Manetti, de Giovanni Pico della Mirandola e do elogio das letras (*laudes litterarum, studia humanitatis*), a partir das orações universitárias renascentistas proferidas na universidade de Alcalá de Henares em tempos do imperador Carlos V (RICO, 1997, p. 163-190), emulou-me no sentido de examinar este mesmo tipo de *prolusio* (discurso de louvor das disciplinas do *studium* na abertura de cada período acadêmico) em forma de *oratio paraenética* (discurso de gênero epidítico) no ambiente universitário hispânico, particularmente o de Portugal, do século XVI.

Por minha parte, em sentido complementar às categorias analíticas do modelo conceitual proposto por Rico, penso que esta articulação estratégica entre dignidade do homem e elogio das letras é de natureza muito mais polêmica, com seus alicerces amplamente fundamentados no debate histórico entre a superioridade das ciências da linguagem e suas implicações pragmáticas na ordenação da vida cívica, face às doutrinas especulativas.

Trata-se de um debate que se faz com doses massivas de sutileza argumentativa, em particular, como é patente, a partir da leitura do conjunto de orações universitárias quinhentistas em Portugal no século XVI, em que o elogio (sempre hiperbólico) de todas as disciplinas nos deixa entrever o altíssimo apreço que todos os oradores (aos quais foi concedida honra de abrir o ano acadêmico com um discurso) votavam ao estudo das disciplinas da linguagem por seu valor formativo (PEREIRA, 1988, p. 58-59). Para eles, essas disciplinas não só se dedicavam a preparar o

estudante para a vida, para os deveres cívicos, mas também possuíam um impacto moral certo. Elas eram o princípio e o fim para a consecução da vida feliz em sociedade.

Isto porque os discursos de índole demonstrativa fornecem as melhores pistas para se estudar todo o sistema de laços sociais que ligam os membros de uma dada comunidade, conforme diz Chaim Perelman em seu projeto de restaurar a tradição clássica da retórica. À revelia de Aristóteles, eles sinalizam os valores (as virtudes) considerados mais prestigiosos a serem cultivados ou os vícios a serem evitados e criticados. Esses discursos são a base em que se assenta toda a organização comunitária, ao mesmo tempo em que argumentativamente constroem o modelo de sociedade ideal. Mesmo Francesco Guicciardini, que pensava numa sociedade perfeita apenas em termos institucionais (a aplicação do modelo veneziano à Florença do século XVI), teve de se render ao fato de que as instituições são feitas, antes de tudo, por homens e que os homens devem possuir alta condição moral para governar as instituições. Na época do Humanismo, como afirma Quentin Skinner, o papel exercido pelas virtudes foi central, pois acreditava-se que só a partir delas, retomando a tradição do pensamento ético-político das cidades-estado italianas, era possível eliminar as facções, vencer a degradação dos costumes e instituir uma república bem ordenada. Contra o egoísmo dos interesses individuais estava a paz e a tranquilidade social, a manutenção das hierarquias e da ordem instituída e, enfim, o império da justiça (SKINNER, 1996, p. 253-254).

Nesse sentido, não é de surpreender que, nas orações universitárias portuguesas, seja perfeitamente possível perceber que o *topos* da *dignitas hominis* enquadra todos os mecanismos enunciativos e a doutrina especulativa dos oradores. Ou seja, tudo emana daquele núcleo de argumentos com suas conexões lógicas e implicações cívicas, resumidas com propriedade por Francisco Rico para a Espanha quinhentista:

El hombre es superior a los animales por obra de la razón, cuyo instrumento esencial es la palabra. Con la palabra se adquieren las letras y las bonae artes, que no constituyen un factor adjectivo, sino la sustancia misma de la humanitas. La humanitas, por tanto, mejor que cualidad recibida pasivamente, es una doctrina que ha de conquistarse. No sólo eso: la auténtica libertad humana se ejerce a través del lenguaje, a través las disciplinas, ya en la vida civil, ya en contemplación. Porque con esas herramientas puede el hombre dominar la tierra, edificar la sociedad, obtener todo conocimiento y ser, así, todas las cosas (un microcosmos), realizar verdaderamente las posibilidades divinas que le promete el haber sido creado a semejanza de Dios. (Idem, ibidem, p. 171)

Essa hierarquia distintiva tem a ver exatamente com os conhecidos lances doutrinários da ortodoxia católica, em que as potências da alma e sua ação recíproca interferem de modo contundente para cumprir, através do livre arbítrio, os desígnios da causa final instituída pelo Ser. Daí, então, as imagens recorrentes dos “graus” de que a razão deve servir-se para atingir seu ápice, ou as figurações pictóricas das “damas de companhia” a secundar a sabedoria (a quem devem auxiliar para ornar e atingir a beleza perfeita – uma imagem certamente retirada de Martianus Capella) (cf. MEYER, 1999, p. 86-87), como dizem as orações universitárias do renascimento português, ou a imagem do “vaso de cera” que necessita ser polido com esmero, conforme diz a representação de Diego Sánchez, em tempos do imperador Carlos V:

Es vaso hecho de cero
el hombre bien dotinado,
como panar esmerado
que cada vez más se esmera;
es panal donde se espera
la conuersacion sabrosa
y dotrina prouechosa,
que esta es la miel verdadera.

(SÁNCHEZ DE BADAJOZ, 1968, v. 545-552)

Ou, ainda, num tão conhecido quanto excepcional *Auto* de Gil Vicente, representado em Lisboa, em 1508, perante o rei D. Manuel e a rainha D. Leonor, sua irmã, em que a alma é figurada em “planta”, tal como o peregrino em penitência que caminha em direção ao seu fim providencial e que, ao fim e ao cabo, é seu início:

Planta sois e caminheira,
que ainda que estais, vos is
donde viestes,
vossa pátria verdadeira
é ser herdeira, da glória que conseguis.

(VICENTE, 1984, p.117)

No entanto, em nenhum autor do século XVI, em Portugal, a excelência da alma é tão evidente quanto no excepcional, e pouco conhecido poema (em tom épico) “Microcosmografia e descrição do mundo pequeno que é o homem”, de André Falcão de Resende, sobrinho do cronista régio Garcia de Resende e amigo (talvez discípulo) de Camões, em que o homem é exatamente denominado “pequeno mundo”. O termo de comparação é com a precariedade do corpo:

Daqueste grande mundo, outro pequeno,
Também em duas partes diferente,
Numa delas caduco, vão, terreno,
Noutra esp'rito imortal, alto divino,
Da razão e do Céu capaz e dino.
(...)

E quais os animais inferiores,
Seu apetite só brutal amando,
Na baixa e escura terra habitadores,
Só dela os gostos vão andam buscando:
Tal no baixo e vil homem sup'riores
A razão se os sentidos vão mandando,
Razão que diferente o faz da fera,
Desp'ritual em bruto degenera.

Porque, em que o fez do mais elemento,
Deu-lhe mil perfeições em abastança,
Deu-lhe alma racional e entendimento,
E fê-lo enfim à sua semelhança:
De todo o outro animal do baixo assento
Lhe deu o senhorio e a governança;
Tudo lhe sujeitou debaixo os pés,
Deixando-o só sujeito a quem o fez.

(RESENDE, 1949, p. 158-159)

Ora, segundo os aportes da doutrina católica, o âmbito dessa discussão remete necessariamente à constituição dos aspectos fundamentais da participação humana em sua própria salvação. Sem a possibilidade de escolha e sem o esforço em que concorre o firme compromisso com o cultivo das virtudes, é impossível delinear qualquer ponto de partida para o aprimoramento da razão. Essa luz divina que, de embaçada, deve tornar-se cristalina, inspirando o coração dos homens e movendo-os em direção a Deus. Ou, para Fernán Pérez de Oliva, em seu *Diálogo de la dignidad del hombre* (Alcalá de Henares, Juan de Brocar, 1546), no homem pode-se ver como “en espejo claro el mismo ser de Dios y los altos secretos de su trinidad” (PÉREZ DE OLIVA, 1995, p. 138). Portanto, a consciência de que o caminho salvífico é, antes de tudo, um percurso moral, em que a tentação dos vícios (os prazeres sensuais e a busca por riquezas, sobretudo) deve ser evitada.

Para santo Tomás, a teologia moral é a ciência que “considera os atos humanos segundo seja ordenado pelo homem à beatitude” (*considerat actus humanos secundum quod per eos homo ad beatitudinem ordinatur*, *Summa* 1-2, q. 1, a. 4). Aqui, o argumento de que o homem, para atingir seu fim providencial, deve seguir uma ordem específica, escalonada,

nada em graus de participação, é absolutamente estratégica, pois se constitui a linha de força central da disciplina escolástica. Com o teólogo quinhentista frei Canales, o homem se diferencia dos animais “segun su manera, de participar” (CANALES, 1547, fol. Fir). Participação, no sentido doutrinal do aperfeiçoamento da luz divina presente no homem no momento de sua criação por Deus e, não, como o senso comum traduz, de uma fusão (qualquer que seja o tipo, parcial ou total) com a divindade. É a partir de certa ordem adequada, que se atinge a apta disposição dos diversos tipos de ação humana ao fim (*Summa*, 1-2, q. 1, a. 4). Deus deve se constituir em objeto constante da existência humana e, ademais, como divino e exemplar, deve ser objeto de imitação; a imitação de Deus é, portanto, a matéria da teologia moral.

Ou, como diz Álvaro Gomes, lente de teologia nas universidades de Paris, Salamanca e Coimbra, confessor de D. João III, em seu *Tractata da Perfeição da Alma* (1550):

as almas estão sempre contemplanando a eternidade de Deose vendo e olhando a sua justiça e temperança, considerando a sua essência e sabedoria e a sua muito estremada fremosfera. Com a vista e contemplanção das quaes recebem grandissima deleitacao e prazer (GOMES, 1947, p. 23).

O homem (*creatura operans*) pode perfazer um caminho de ascensão ou de declínio a partir de atos voluntários (GILSON, 1980). Dessa forma, para poder apresentar o tema em suas linhas muito gerais, a beatitude se alcança por graus nos quais atuam as potências da alma auxiliadas pelas virtudes. Das três potências, a memória é que possui papel menos importante na operação moral, a despeito de entrar em atuação em primeiro lugar. Sua missão é recordar ao homem a sua filiação divina (criado à imagem e semelhança de Deus) e a transitoriedade da vida, depois da qual espera a glória ou a condenação de acordo com as obras.

Quer dizer, o acordo com nossa semelhança divina traz aparelhado tanto o desprezo dos bens terrenos como o dos sofrimentos passageiros deste mundo. O entendimento (a razão) entrará em ação ao compreender o que a memória recorda. A percepção da alma das coisas espirituais, que os seres brutos e bestiais não alcançam, reconhece que seu fundamento é a divina semelhança e põe *sub iudice* as paixões. A vontade, por seu caráter dinâmico, é a potência preponderante na operação anímica de acesso ao Sumo Bem, porém sempre se manifesta submetida à razão. A vontade, então, é um impulso e tendência espiritual ao bem que representa a inteligência (*voluntas est appetitus quidam rationalis. Omnis autem appetitus non est nisi boni, Summa*, 1-2, q. 8, a. 1), portanto todo

ato da vontade procede de algum ato de entendimento.

Entretanto, se a vontade, enquanto apetite racional, deseja necessariamente o Sumo Bem, alcançando assim a plenitude da voluntariedade, pode ser movida pelo apetite sensível. O turbilhão das paixões que assolam o homem impede a lucidez do entendimento. É comum encontrarmos os atos volitivos atrelados ao exercício do livre arbítrio, especialmente na *consultatio*, elemento racional da deliberação que conduz à *electio*, característica fundamental da liberdade. Ou, como resume Pérez de Oliva: o homem “*con su memoria con que hace la imagen, y con el entendimiento que es el que usa de ella, y con la voluntad, adonde mana el amor, representa a Dios, no sólo en esencia, sino también en trinidad*” (PÉREZ DE OLIVA, *op. cit.*, p. 141).

Para nosso interesse hermenêutico, a *Fábula del Hombre* (LOUVAIN, 1518), de Juan Luis Vives, é particularmente esclarecedora. Por ocasião das festividades do aniversário de Juno, Júpiter resolve criar o “teatro do mundo” e fazer nele representar uma comédia. Juno, entre honrada e surpresa, perguntava, então, aos mais sábios deuses o que havia de melhor em tal espetáculo. Ao que todos em uníssono responderam que nada era mais digno de admiração do que o homem, pois é o único das criaturas mortais que pode transmutar-se ao mais alto dos seres:

de tal manera se transformaba, que mostrábase bajo la figura de planta, llevando una vida sin ninguna clase de sentido; y luego, tras haberse retirado un momento, volvía a la escena etólogo y etopeo, transfigurado en mil apariencias de bestias: dijeras que era furioso león airado, lobo rapaz y voraz, embravecido jabalí, zorra ladina, puerca barrosa y voluptuosa, medrosa lebre, envidioso can, asno estúpido. Luego de haber representado toda esa fauna fiera, quitándose un rato de la vista de los espectadores, alzado ahora ya prudente, justo, sociable, humano, benigno, cortés: hombre, en fin; tratábase con los otros ciudadanos, mandaba y obedecía a sua vez, cuidaba con los otros de todo cuanto se refería a las costumbres y utilidades públicas y en todo se mostraban ciudadano urbano y compañero leal. (VIVES, 1947, v. I, p. 539)

E no momento apoteótico: “*sale el hombre representando al mismo Jupiter óptimo máximo, reproduciendo con admirables y inenarrables gestos la efigie del Padre*”. Assim se mostra a sua verdadeira natureza, semelhante aos deuses, porém escondida sob as aparências corporais. Não obstante, de todas as aquisições humanas, a maior, sem dúvida, é a da linguagem e das letras (“los nombres de todas as cosas”), a partir das quais se pode desenvolver as disciplinas escolares e divulgar o culto da divindade. São elas que permitem salvaguardar a memória e orientar a previsão e a inteligência – desempenhar a prudência, enfim (*Idem, ibi*

dem, p. 537-542).

Alguns anos depois, a fábula moral e a ficção mitológica cedem lugar à explicação histórica e aos assuntos de interesse cívico. Conta Juan Luis Vives, no *Sueño de Escipion*, que Cipião, o Africano, advertia que:

todos aquellos que guardaren, ayudaren y aumentaren la patria les está aparejado en el cielo un lugar cierto donde vivan en perpetua bienaventuranza. No existe en la tierra cosa más agradable ni aceptable al soberano Señor Dios, que gobierna la redondez del mundo, que las agrupaciones humanas unidas por razón y derecho, que tienen el nombre común de ciudades; sus gobernadores y conservadores, de aquí del cielo salidos, al cielo tornarán. (VIVES, 1947, v. I, p. 596)

E termina vaticinando: “tú eres un diós”, conforme a analogia proporcional em que a alma guia e move o corpo, como princípio, origem e espelho do primeiro motor a partir das propriedades e da natureza da alma, exercitada em “buenas obras” e no “cuidado de la defensa y guarda de la pátria” num sentido ascendente. Do contrário,

las almas de aquellos que totalmente se dieron a los deleites del cuerpo y que se sometieron cobardemente a su servidumbre y que, por influjo de los que obedecen a los deleites y deseos lujuriosos corrompieron las leyes divinas y humanas, sueltas y salidas de los cuerpos, son traídas de acá para allá alrededor de la tierra. (*Idem, ibidem*, p. 600-601)

Do mesmo Vives, no “Preambulo” ao *Sueño al margen del “Sueño de Escipion”* (1519), ratificando o argumento do interesse cívico, acrescenta que:

No hay en la tierra cosa para El tan aplacible y grata como que los hombres, que son progenie suya, imiten hasta el límite de lo hacedero la virtud y el consejo del Padre, derivando hacia si alguna porción de aquella ley eterna y de su manera y sistema de gobernar la República; que concierten entre sí asociaciones y agrupaciones, y que las amplien y que las unam com el vínculo de la justicia que hace buena toda sociedad y la comunica estabilidad y firmeza. Estas agrupaciones llámense ciudades, formadas y organizadas a ejemplo de esta ciudad divina que nosotros habitamos. (VIVES, 1947, v. I, p. 647)

Essas palavras ecoam a famosa defesa de Gionozzo Manetti da *dignitas homini*. Quer dizer, o homem por sua condição existencial no âmbito da *lex naturalis* está em potência para acumular conhecimento e assim poder aperfeiçoar a si mesmo até chegar mais próximo da luz divina (*apud* LEONARD, 1975, p. 53). “Nada mais admirável que o homem” (*nihil... homine admirabilius*), dirá lapidarmente Pico della Mirandola (PICCO DELLA MIRANDOLA, 1989, p. 49) – ou, em *romance*: “la más admirable obra de cuantas Dios há hecho” (PÉREZ DE OLIVA, *op.*

cit., p. 138). Ou, para seguir ainda com Pico della Mirandola, rivalizando com Vives, destacando a liberdade salvífica do homem (Cf. RICO, 1988, p. 123-124):

Não te fizemos celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artifice de ti mesmo, te plasmasses e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido. Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te às realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo (PICCO DELLA MIRANDOLA, *op. cit.*, p. 52).

Palavras estas que ecoam muitas outras do humanismo italiano. Petrarca conta que, após subir ao monte Ventoux, abriu as *Confissões* de santo Agostinho, justamente na parte em que o homem maravilhado pela magnificência da natureza se esquece de si mesmo. Assim, Petrarca chega à conclusão, como fizeram santo Agostinho (*Conf.* X.8.15) e Sêneca (*Ep.* 8.5), de que, para o homem, só é importante a alma. Para Pomponazzi, admirador de Petrarca, no *Tratado da imortalidade da alma* (1516), o homem não possui uma natureza simples, porém múltipla e se encontra a meio caminho entre as coisas mortais e imortais, não é eterno nem temporal, uma vez que participa de ambas, podendo aproximar-se de cada uma delas.

No meio caminho entre as inteligências puras dos anjos e as almas irracionais dos animais, a excelência peculiar do homem está na virtude moral, e não na contemplação. A dignidade não se adquire simplesmente ao nascer, senão algo que se deve conseguir e levar a cabo com seus próprios esforços. Isto é,

Não afirmamos nossa dignidade de seres humanos simplesmente com ser aquilo que casualmente somos, senão elegendo as melhores de nossas potencialidades, cultivando a razão e não o sentimento cego e identificando-nos com as tarefas morais e intelectualmente dignas, tarefas que nos levem, mas além dos confins estreitos de nossos interesses e nossas ambições pessoais. (*Apud* KRISTELLER, 1982, p. 244)

Esse debate acerca da dignidade do homem ganhará fôlego posteriormente, em sentido adverso, com a inteira e completa miséria do homem, como pensam Lutero, Calvino e Montaigne. Uma fortuna de tanto sucesso que, em pleno final do século XVII, Antoine de Courtaïn, em seu conhecido best-seller *Nouveau Traité de la Civilité* (c. 1671), pretende demonstrar que a caridade cristã e suas diversas expressões numa forma de civilidade específica são a base dos laços sociais que ligam os homens entre si e constituem a própria razão de ser da dignidade do homem. Porém, tal definição, segundo ele, é estabelecida em oposição ao que carac-

teriza os animais, porque: “A Razão nos dita naturalmente que quanto mais nos distanciamos da forma de ser das bestas, mais nos aproximamos da perfeição a que tende o homem por um princípio natural para responder à dignidade de seu ser”. (Cf. CHARTIER, 1994, p. 257)

Não obstante o viés metafísico a que todos os humanistas se referem, cuja matriz reativa a tradição discursiva da Idade Média acerca da criação do homem, havia concomitantemente toda uma densa reflexão que a ligava estrategicamente a este sentido de ordenação política. Por exemplo, a argumentação dos conciliaristas, em sua diatribe contra o poder do papado, fazia longas menções à constituição da dignidade humana a partir do caráter naturalmente humano de se constituir em comunidade. Não uma comunidade qualquer, em que seus membros tão somente se juntam para melhor exercer as funções de busca por comida, perpetuação da espécie e proteção mútua, mas para adquirir todo o necessário para bem viver por meio da razão e da experiência. E, a partir disso, chegar a sua plenitude e instituir a comunidade perfeita, a fim de que os que vivem no interior de tal Cidade (os *viventes civiliter* da *civitas*, conforme Marsílio de Pádua) não somente se organizem como animais ou escravos, porém que vivam bem com tempo livre para as atividades liberais relacionadas com as faculdades da alma, ou seja, as que não nascem estritamente para satisfazer a nenhuma necessidade material, em particular, aquelas relacionadas com o exercício da justiça e com o estudo das disciplinas da filosofia (BLACK, 1992, p. 97).

No “Sonho de Cipião” (1531), de Duarte de Resende, é a defesa da pátria o tipo de exercício que mais engrandece a alma e traz a imortalidade:

todos os que a pátria conservarem, ajudarem e acrescentarem, têm certo e determinado lugar no Céu, onde os bem-aventurados gozam para sempre: que nehu[m]a cousa é mais aceita àquele deus príncipe, das que fazem na terra, que os concílios e ajuntamentos por causa dos homens feitos, que se chama Cidades: que os regedores e conservadores delas daqui saem e aqui se tornam. (RESENDE, 1982, p. 88-89)

E mais adiante:

Trabalha e crê esse que tu não és mortal, mas que o é esse corpo; e que não és esse que tua forma declara, mas cada um é a sua alma e não aquilo que com o dedo se pode mostrar. Portanto, *sabe que tu és Deus*: porque Deus é aquilo que tem o vigor, que sente, que se alembra, que prevê; o qual, tanto rege e tempera e move este corpo em que é proposto, quanto aquele Deus principal rege e governa o mundo: e assim como aquele eterno Deus move este

mundo mortal em algu[m]a parte, assim o ânimo sempiterno move o fraco corpo. (*Idem, ibidem*, p. 94)

Para aqueles que nortearam suas vidas pelo inconstante das paixões ou pelas honras e riquezas, cujo prazer (a “delitação” desordenada, conforme o vocabulário teológico do período) esgota-se em si mesmo e no tempo da existência terrena, assim como a matéria corpórea, restam tão somente a inexorável finitude e o esquecimento. Pelo contrário, para os que cumpriram seus deveres cívicos em relação à pátria e aperfeiçoaram a si mesmos, dedicando-se à filosofia (à razão) e aos estudos liberais, cabe “no ceo hu[m] certo lugar, o quoal pera sempre bem aventurados pesuiram”, vale dizer, a “vida verdadeira”. (GOMES, *op. cit.*, p. 73)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, Antony. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CHARTIER, Roger. *Libros, lecturas y lectores en la Edad Media*. Madrid: Alianza, 1994.

FREY CANALES. *Compendio de toda la Philosophia Natural de Aristoteles traduzida en metro castellano* (Stella, 1547), Biblioteca El Escorial XVII/5577.

GILSON, Etienne. *L'Esprit de la Philosophie Médiévale*. Paris: Vrin, 1980.

GOMES, Álvaro. *Tractato da Perfeiçaom da Alma*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947.

KRISTELLER, Paul Oskar. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

LEONARD, Elizabeth R. *Ianotti Manetti de Dignitate et Excelentia Hominis*. Padova: Antenore, 1975.

MEYER, Michel. *Histoire de la Rhétorique. Des Grecs à nos jours*. Paris: Le Livre de Poche, 1999.

PEREIRA, Maria Helena Rocha. As orações de sapiência e a universidade. In: *O Humanismo Português. 1500-1600*. Primeiro Simpósio Nacional, 21-25 outubro 1985. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

PÉREZ DE OLIVA, Fernán. *Diálogo de la dignidad del hombre*. Madrid: Cátedra, 1995.

PICCO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Edição bilíngue. Lisboa: Edições 70, 1989.

RESENDE, André Falcão de. Microcosmografia e descrição do mundo pequeno que é o homem. Edição de Flório José de Oliveira. *A Cidade de Évora*, ano 7, n. 7, p. 19-20, set./dez. 1949.

RESENDE, Duarte de. *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Cipião*. Lisboa: IN-CM, 1982 [1. ed. 1531].

RICO, Francisco. Laudes Litterarum: Humanismo y dignidad del hombre en la España del Renacimiento. In: _____. *El sueño del Humanismo*: de Petrarca a Erasmo. Madrid: Alianza, 1997.

_____. *El pequeño mundo del hombre*. Madrid: Alianza, 1988.

SÁNCHEZ DE BADAJOZ, Diego. Farsa del Colmenero. In: _____. *Recopilación en metro*. Buenos Aires: Instituto de Filología y Literaturas Hispánicas de la Universidad de Buenos Aires, 1968.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

VICENTE, Gil. Auto da Alma. In: _____. *Compilaçam de totalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: INCM, 1984.

VIVES, Juan Luis. Fábula del hombre. In: _____. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1947, v. I.

_____. Sueño de Escipion (Obra de Cicéron, sacada de las “Saturnales” de Macróbio). In: _____. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1947, v. I.

_____. Sueño al margen del “Sueño de Escipion”. In: _____. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1947, v. I.

A MOTIVAÇÃO NOS PROVÉRBIOS¹

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@uerj.br

RESUMO

Será apresentado aqui um conjunto de reflexões sobre os motivos que levam os falantes a usarem provérbios em seus discursos e os que levaram esses textos a se tornarem proverbiais e populares e se fixarem na língua como “discurso repetido”. Além disso, será destacada a sinonímia entre provérbios e variantes proverbiais do português ou entre estes e os respectivos sinônimos interlinguísticos. A motivação para seu uso no discurso é, antes de tudo, sua autoridade abonadora da argumentação, sintetizando uma filosofia de vida, valorizando, apoiando e confirmando a argumentação discursiva do emissor. A sinonímia dos provérbios não é a repetição da ideia expressa por outros, seja pelo nível da linguagem, especificidade do ambiente ou outra das inúmeras variáveis contextuais, mas a sua contextualização. Em se tratando de provérbios sinônimos interlinguísticos, fica muito evidente a motivação cultural, substituindo-se elementos de uma cultura por elementos peculiares da outra. Por isto, a inserção de um provérbio em um texto vai reforçar sempre um detalhe do seu significado, para demonstrar ao interlocutor que o conceito ou a ideia apresentada ou defendida não é apenas do orador nem é recente, mas um conceito, preceito ou ideia cristalizada em um provérbio, ou seja, num discurso repetido como verdade por muitas gerações. Em nossa civilização, a reunião de provérbios como sínteses de verdades cristalizadas é tão antiga quanto a *Bíblia*, e muito mais ainda, se buscadas em inscrições cuneiformes, hieroglíficas etc. Mas o estudo da motivação sinonímica nos provérbios tem sido pouco explorada. Por isto, serão tomados como suportes vários trabalhos onde o tema foi abordado apenas em alguns tópicos ou parágrafos, entre os quais os de Funk (1993 e 1998), Pestana (2004), Postigo (2000) e Tosi (1996).

Palavras-chave: Fraseologia. Motivação. Provérbios. Sinonímia. Sinônimo.

1. Definição e características dos provérbios

Provérbio é um discurso repetido de cunho moral, recolhido com a autoridade de convenção cristalizada na memória coletiva de uma sociedade. Em geral, são anônimos e antigos, sofrendo adaptações culturais nas comunidades em que se tornarem comuns.

Desde os tempos bíblicos, a reunião de provérbios como registros

¹ Uma versão deste texto, com o título de “Motivação Sinonímica nos Provérbios”, foi apresentada no III Congresso Internacional de Fraseologia e Paremiologia e II Congresso Nacional de Fraseologia, realizado em Fortaleza (CE), de 8 a 13 de dezembro de 2013, integrando uma mesa-redonda.

documentais da sabedoria popular, acompanhados ou não de comentários, tem sido amplamente cultivada, como se pode ver nos *Provérbios* [de Salomão], organizados em trinta e um capítulos. (Cf. *BÍBLIA*, 2000, p. 500-525)

Nos evangelhos, inclusive, há numerosos casos em que se atribui a Jesus a utilização de provérbios para reforçar argumentos de seu discurso, como bem salienta Gabriela Funk, em seu artigo publicado na revista espanhola *Paremia*: “Uma leitura dos Evangelhos revela que também Jesus gostava de usar provérbios ou expressões aparentadas. Há, assim, uma afinidade especial dos Evangelhos com o provérbio.” (FUNK, 1998, p. 98)

Como literatura oral, os provérbios se caracterizam por manter certo ritmo, além de outras formas internas de repetição para facilitar a memorização, mantendo o sentido lógico das situações da vida a que se aplicam.

Além de constituírem unidades completas e independentes, os provérbios são construídos em forma concisa e pitoresca, revelando uma sabedoria baseada na experiência, diferentemente das frases feitas em geral, como nos ensinou Amadeu Amaral em suas *Tradições Populares* (Cf. AMARAL, [1948], p. 219-220), como se vê na citação abaixo, lembrando que os provérbios se ligam a diferentes formas de expressão tradicional, com as quais nem sempre é fácil traçar linhas divisórias exatas, apesar de Amadeu Amaral nos haver ensinado que eles

encerram um fundo condensado de experiência refletidas, são amostras de um “saber de experiências feito”, experiências da alma humana, das relações sociais, dos fenômenos da natureza etc. Não há que discutir a legitimidade teórica ou lógica desse saber, um conjunto de verdades gerais adequadas à mentalidade média dos povos e expresso com a segurança da convicção.

Outras feições características dos provérbios aludidos são a concisão e a elegância. Não há palavras inúteis. Frequentemente dispensam-se mesmo palavras que poderiam ser úteis, como se se quisesse dar ao conjunto mais o atrativo de uma tal ou qual obscuridade. A frase é cadenciada: o provérbio, quando não é puro verso, é parente próximo deste, pelo ritmo e, muitas vezes, também pela rima. O todo, firme, enérgico, definitivo, brilha de uma certa originalidade de invenção e de expressão e grava-se facilmente na memória. (AMARAL, [1948], p. 219, *apud* SILVA, 1998, p. 13)

Além desses traços, é importante ressaltar os “traços arcaicos” ou arcaizantes dos provérbios, que constituem uma de suas características distintivas intrínsecas, como nos três exemplos seguintes:

*O alcaide e o sol por onde quer entram.
Com teu amo não jogues as peras.
Cré com cré, lé com lé.*

No capítulo intitulado “Definição Genérica do Provérbio”, de sua dissertação de mestrado orientada por Mário Vilela, Gilda Maria Nunes Alves Pestana oferece a mais objetiva definição que consegue do que identificou como necessidade urgentíssima, dada a enorme variação apresentada pelos diversos autores relacionados, concluindo que “um provérbio é um enunciado de autoria anônima, transmitido oralmente, ao qual subjaz uma verdade de caráter universalizante e cuja autonomia sintático-semântica e caráter genérico e atemporal permitem o seu emprego em múltiplas e variadas situações”. (PESTANA, 2004, p. 23)

A essa definição de Pestana poderíamos acrescentar que, nas diferentes épocas e lugares em que um provérbio se populariza ou se torna frequente, é natural a inclusão ou a substituição de algum elemento lexical específico da cultura local da época.

Provocado pelo Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior com a tese que deu origem ao seu livro sobre *A Fraseologia Medieval Latina* (BRAGANÇA JÚNIOR, 2012), resolvemos elaborar uma busca de provérbios correntes em português que tiveram sua origem na língua latina, chegados aos nossos dias através de textos escritos, sejam eles literários *stricto sensu* ou não. Disso resultou o artigo “Alguns provérbios, máximas e frases feitas de origem latina que são bastante comuns entre nós”, artigo bem consultado por pesquisadores da especialidade, publicado em 1998 na *Revista Philologus*, com o objetivo de verificar a hipótese de Renzo Tosi de que a chamada “literatura oral” tem origem também literária e até mesmo clássica.

Vale apenas ler este fragmento do que Tosi escreve no primeiro parágrafo da introdução de sua obra, para explicar o que é um provérbio:

segundo a aceção mais simples do termo, poder-se-ia afirmar que por provérbio se entende uma frase feita segundo uma formulação padronizada (mesmo que não absolutamente rígida), que se tornou tradicional e à qual se atribui autoridade de verdade incontestada, fruto da sabedoria antiga e popular. Com efeito, é habitual falar-se de “sabedoria do povo”, como se se tratasse de um material iliterato, genuíno, isento de infraestrutura intelectual e de artificios eruditos, derivados de uma visão da vida ingênua e fiel à realidade concreta das coisas [...]. Essa análise na realidade se mostra parcial: antes de mais nada, se é inegável que a retomada explícita de um provérbio em âmbito literário é indicio de colorido “popular”, por outro lado não se pode negar que muitas vezes os provérbios não passam de redações estereotipadas de *topoi* literários e que as relações entre a tradição literária e a pretensa “sabedoria po-

pular” se revelam profundas e complexas. Além disso, é evidente que muitas expressões proverbiais têm origem não certamente popular, mas derivam de trechos e textos famosos, citados como sentenças independentes (e às vezes propositalmente com significados diferentes dos originais). (TOSI, 1996, p. XIII)

Abonando-se com Alfredo Maceira Rodríguez, ao escrever que “A temática da fraseologia de um povo retrata o homem, suas características, conflitos, modo de vida, atividade” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 127, *apud* XIMENES, 2013, p. 254), o Prof. Expedito Eloisio Ximenes, em suas *Fraseologias Jurídicas*, reforça a hipótese de Tosi, lembrando que esses discursos repetidos foram produzidos em um passado remoto, “principalmente na oralidade, porém se incorporam na modalidade escrita dessa língua através dos séculos, refletindo a cultura e o período histórico do povo que o[s] produziu” (XIMENES, 2013, p. 254).

Fazendo uma comparação do português com o alemão, Gabriela Funk lembra que “É de notar que, para uma apreciação do texto proverbial no âmbito de uma determinada cultura, importa muito mais a atitude das massas do que a atitude da elite intelectual, uma vez que é o povo o verdadeiro transmissor do provérbio” (FUNK, 1998, p. 97), “literatura oral”, apesar de se fixar e se preservar através da escrita.

Sendo assim, e considerado o lugar e a época em que um enunciado proverbial se fixa e se populariza, o seu significado (suas conotações) pode variar, assim como alguns de seus elementos lexicais, como nos lembra Gabriela Funk:

A conotação atribuída a um enunciado proverbial particular, bem como a apreciação geral dos provérbios, constituem, certamente, um aspecto da linguagem corrente a ter em conta numa determinada época. Os textos proverbiais são, possivelmente, usados com mais facilidade em traduções na língua onde gozam de maior prestígio. (FUNK, 1998, p. 98)

Segundo Gabriela Funk, o português atual prestigia mais os provérbios do que o alemão, apesar de parecer ter sido diferente na época das traduções bíblicas de Lutero. Isto, naturalmente, depende também do gênero textual em questão.

2. A sinonímia nos provérbios

Em trabalho acadêmico preparado em 1984, quando estava no mestrado, intitulado “A Fraseologia Românica”, relacionei mais de uma centena de expressões portuguesas com as suas correspondências semân-

ticas com similares do latim e de outras línguas românicas, como se pode ver, acessando o referido artigo.

Relativamente à motivação sinonímica interlinguística nos provérbios, vejamos três exemplos do referido artigo, que têm a ver com a ideia de sentido e significado, incluído nos *Ensaio de Fraseologia*:

Português: *Uma andorinha só não faz verão.*
Espanhol: *Una golondrina sola no hace verano.*
Italiano: *Una rondine no fa primavera.*
Francês: *Une hirondelle ne fait pas le printemps.*
Latim: *Una hirundo no facit ver.*

(SILVA, 1998, p. 114 e 2005, p. 160-161)

Português: *Quem não arrisca não petisca.*
Espanhol: *Quien no arriesca no pesca.*
Italiano: *Chi no risica, non rosica.*
Francês: *Qui ne risque rien, n'a rien.*
Latim: *Nihil lucri cepit que nulla pericla subivit.*

(SILVA, 1998, p. 115-116 e 2005, p. 163)

Português: *Quem canta, seus males espanta.*
Espanhol: *Quien canta, sus males espanta.*
Italiano: *Chi canta, il soffrir incanta.*
Francês: *Qui chante, son mal enchante.*

(SILVA, 1998, p. 115-116 e 2005, p. 164)

Patrich Dahlet, apresentando o livro *A Enunciação dos Provérbios*, de Regina Rocha, lembra que o provérbio só pode ser bem compreendido em bloco, visto que a soma de seus elementos constituintes é insuficiente para estabelecer o seu sentido e que é um discurso pronto e acabado, que obriga o seu usuário a não alterá-lo (Cf. DAHLET, 1995, p. 8). Ou seja: um provérbio, como um documento, só pode ser citado, aludido ou parafraseado, mas não adaptado como elemento de outra frase, porque se trata de um discurso repetido, cristalizado na mente e na cultura popular.

Portanto, como forma fixa, pode ser organizado como um vocabulário porque, apesar da quase impossibilidade de encontrar palavra ou expressão com sentido equivalente, tem o seu significado próprio que não se confunde com o de qualquer outro no léxico da língua: um elemento linguístico-literário que pode ser reconhecido por suas características formais e semânticas.

No início de seu livro *A Enunciação dos Provérbios*, Regina Ro-

cha define o provérbio “é um verso ou quase verso, apresentando muitas vezes rima, assonância, metáforas, estrutura geralmente bimembre, elipse etc.”, que, do ponto de vista semântico, “deve encerrar uma mensagem admoestadora ou conselho” (ROCHA, 1995, p. 11).

Citando Cervoni (1987, p. 15), Regina Rocha ainda reforça que “Para que uma frase seja considerada bem formada, é preciso não somente que ela combine palavras da língua de acordo com as regras da sintaxe, mas que também estas palavras apresentem um certo grau de afinidade semântica entre si” (ROCHA, 1995, p. 28), tornando-se inteligível. Isto quer dizer, antes de tudo, que os provérbios podem e devem ter formas diferenciadas (no espaço e no tempo), porque o léxico e a semântica são os elementos linguísticos que acompanham mais de perto evolução cultural e tecnológica de um povo.

Seguindo a estrutura do trabalho de Regina Rocha (1995, p. 73-76), podem ser relacionados alguns provérbios para mostrar que as marcas pessoais são pouco usadas, apesar de serem eles utilizados como reforço para uma retórica de autoridade incontestável.

Esta quase ausência de marcas pessoais pode aparecer pela substituição dessa marca por substantivos genéricos para pessoas, por nomes de animais, por nomes de coisas como substitutos de pessoas ou de pronomes pessoais e por termos abstratos, que figuram mais frequentemente em provérbios moralizantes. Essa genericidade da construção proverbial não lhe diminui a autoridade documental no discurso, mas, ao contrário, a aumenta.

Ainda há outras formas de construções impessoais que não serão aqui relacionadas em grupos separados, como são os casos daquelas, por exemplo, que trazem a expressão “mais vale... que” (*Mais vale um pássaro na mão que dois voando*) ou “antes... que”, (*Mal por mal, antes cadeia do que hospital*), as expressões com construções infinitivas, os pronomes indefinidos como “quem” (*Quem tudo quer, tudo perde*), “tudo” (*Tudo que é demais aborrece*), a partícula “se” (*De pequenino se torce o pepino*) etc.

3. O que nos motiva a utilizar provérbios

Ancorada em Maingueneau (1997, p. 86), que ensina que “o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a ‘autoridade’ que protege a asserção”,

Yves Figueiredo de Oliveira (2013) lembra, em seu artigo sobre a “Autoridade Proverbial”, que “a argumentação por autoridade se constitui como uma importante ferramenta de persuasão. Isto se deve, entre outros, a seu caráter ambíguo na enunciação”.

Lembrada por José Luiz Fiorin (2004, p. 52) que o objetivo maior de todo ato comunicativo é persuadir o interlocutor a aceitar o que está sendo comunicado, Oliveira destaca que a argumentação por autoridade é frequentemente utilizada, para enfatizar ainda mais a característica persuasiva da comunicação, fazendo-se “referências nominais a especialistas em suas respectivas áreas de conhecimento, categorias profissionais e/ou acadêmicas, ou até mesmo a publicações consagradas”, visto que, “quanto mais respeitada e conhecida for a autoridade citada, maior o crédito a ser dado ao discurso” (OLIVEIRA, 2013), incluindo-se os provérbios, naturalmente, nas características de autoridade argumentativa.

4. Para concluir esta fala

Por diversas razões, é lamentável que não se possa chegar, em pouco tempo e em poucas palavras, a um importante documentário sobre a motivação sinonímica dos provérbios. Entre essas razões está a própria definição e delimitação desta forma de discurso repetido, quase sempre interpretada como “produção popular” e naturalmente, na categoria de “literatura oral”. Apesar das diversas reflexões que podem ser desenvolvidas sobre o significado de “popular” e da aparente contradição entre o fato de serem produções da literatura oral, os provérbios se desenvolveram, muitas vezes, a partir de textos escritos e, mais frequentemente ainda, fixaram-se e se populararam através da escrita.

As construções proverbiais têm fortíssima a motivação sinonímica, a ponto de poderem ser consideradas semântica e lexicologicamente como unidades de sentido, evoluindo, como qualquer léxico, com o desenvolvimento cultural e tecnológico das comunidades que as utilizam, inclusive dentro da mesma língua e da mesma comunidade, apesar de seu natural conservadorismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. Paremiologia. In: _____. *Tradições populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, [1948], p. 213-273.

BÍBLIA Sagrada: nova versão internacional. Trad.: Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *A fraseologia medieval latina*. Vitória: DLL-UFES, 2012.

CERVONI, J. *L'enonciation*. Paris: PUF, 1987.

DAHLET, Patrick. Apresentação. In: ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios*: descrições em francês e português. São Paulo: ANNA-BLUME, 1995, p. 7-10.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FUNK, Gabriela. A Bíblia como indicador da importância do provérbio no âmbito de culturas diferentes. *Paremia*, n. 7, p. 97-106, 1998. Madrid. Disponível em: <<http://www.paremia.org/wp-content/uploads/P7-12.pdf>>.

FUNK, Gabriela. *A função do provérbio em português e em alemão: análise contrastiva de um corpus de provérbios contextualizados*. 1993. Tese de Doutorado: Universidade dos Açores.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

OLIVEIRA, Yves Figueiredo de. Autoridade proverbial: interação entre argumentação por autoridade e provérbio em artigo de opinião. *Revista Philologus*, ano 19, N. 57 – Supl.: Anais da VIII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2013.

PESTANA, Gilda Maria Nunes Alves. *A função do verbo no texto proverbial: o verbo como instanciador lexical, modal, temporal e aspectual*. 2004. Dissertação de mestrado. Universidade da Madeira, 2004. Disponível em: <<http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/308/1/MestradoGildaPestana.pdf>>. Acesso em: 02-12-2013.

POSTIGO, Maria Josefa. Os provérbios de Don Quijote de la Mancha nas traduções em português. *Revista Veredas*, n. 3. Disponível em: <http://www.geocities.ws/ail_br/osproverbiosdonquixote.htm>.

ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios*: descrições em francês e português. São Paulo: ANNA-BLUME, 1995.

RODRÍGUEZ, Alfredo Maceira. Algumas frases feitas do galego. *Revista Philologus*. [2. ed., reunidos os três números em um volume]. Rio de Janeiro, ano 3, p. 127-141, 2000. [1. ed. ano 3, n. 8, p. 39-49, 1997]. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/3\(8\)39-49.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/3(8)39-49.html)>.

SILVA, José Pereira da. Alguns provérbios, máximas e frases feitas de origem latina que são bastante comuns entre nós. *Revista Philologus*, ano 4, n. 12, p. 54-76. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.1998. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(12\)54-76.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(12)54-76.html)>.

_____. *Dicionário brasileiro de fraseologia*. [Versão preliminar]. Rio de Janeiro: [2013]. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/DBF_2013.pdf>.

_____. *Ensaio de fraseologia*. Rio de Janeiro: CiFEFiL/Dialogarts, 1998. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/Ensaio_de_Fraseologia.pdf>. [2. ed. rev. e atual. Edição do Autor, 2005].

_____. Os provérbios no Dicionário Brasileiro de Fraseologia. *CADERNOS DO CNLF*, ano IV, n. 3 - Artes do léxico. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000, p. 27-36. Disponível em: <http://www.josepereira.com.br/Os_proverbios.pdf>.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Trad.: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Fraseologias jurídicas: estudo filológico e linguístico do período colonial*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013.

AS VOZES VERBAIS NA GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA

Jaqueline de Moraes Thurler Dália (UERJ)
jaquelinethurlerdalia@gmail.com

RESUMO

Desde o início do pensamento gramatical, o verbo sempre foi fundamental e sua importância sintática e semântica na construção dos enunciados fez com que os gramáticos sempre dispensassem uma atenção especial a ele. Na gramaticografia brasileira não foi diferente e na tentativa de se ampliar a análise sobre tal vocábulo muitos foram os modelos criados para esse fim, o que evidenciou, nas suas próprias descrições, o desenvolvimento da ciência linguística através dos tempos. Assim, este trabalho tem por finalidade refletir sobre o tratamento dado ao verbo nos estudos gramaticais brasileiros do fim do século XIX até os dias atuais. Mais precisamente, busca-se compreender como a questão das vozes verbais foi tratada, nesse percurso, pelos gramáticos, visto que nunca houve um consenso sobre o assunto. Além de apresentar classificações diversas, essa categoria não apresenta lugar comum e fixo nos compêndios gramaticais. Essas formas sintáticas assumidas pelos predicados ocupam espaços distintos nos tratados, que vão desde quando se aborda as classificações dos verbos em substantivos, auxiliares e adjetivos até quando se fala de predicção e pronominalidade. Para tanto, a pesquisa aqui apresentada se baseou nas descrições contidas nas publicações de autores importantes da história da gramática de língua portuguesa no Brasil, de Jeronymo Soares Barbosa a José Carlos de Azeredo. Por fim, a discussão se volta, mais profundamente, a gramáticos que foram importantes, no seu tempo, e singulares, na trajetória das pesquisas, em relação à análise desse tema: Eduardo Carlos Pereira, Rocha Lima e José Carlos de Azeredo.

Palavras-Chave: Gramaticografia brasileira. Verbo. Vozes verbais.

1. Introdução

Desde o início do pensamento gramatical, o verbo sempre foi fundamental e sua importância sintática e semântica na construção dos enunciados fez com que os gramáticos dispensassem uma atenção especial a ele. Na gramaticografia brasileira não foi diferente e na tentativa de se ampliar a análise sobre tal vocábulo muitos foram os modelos criados para esse fim, o que evidenciou, nas suas próprias descrições, o desenvolvimento da ciência linguística através dos tempos.

Diante disso, este trabalho tem por finalidade refletir sobre o tratamento dado ao verbo nos estudos gramaticais brasileiros do fim do século XIX até os dias atuais. Mais precisamente, busca-se compreender como a questão das vozes verbais foi tratada, nesse percurso, pelos gramáticos, visto que nunca houve um consenso sobre tal assunto. Para tan-

to, a pesquisa aqui apresentada se baseou nas descrições contidas nas publicações de autores importantes da história da gramática de língua portuguesa no Brasil, que vão de Jeronymo Soares Barbosa até José Carlos de Azeredo.

Assim, o corpo do artigo agora apresentado se divide em três partes: *I – O estudo do verbo: um pouco de história*, na qual se pretende, resumidamente, refletir sobre o modo como essa classe de palavras foi analisada no início dos estudos de línguas e na gramaticografia brasileira; *II – As vozes verbais: uma pequena retrospectiva*, na qual se debruçou sobre as considerações, de um modo geral, acerca das vozes nas gramáticas nacionais; *III – As vozes verbais: a visão de três grandes autores situados no tempo e no espaço*, na qual se buscou analisar mais profundamente gramáticos que foram importantes, no seu tempo, e singulares, na trajetória das pesquisas, em relação ao estudo do tema. Assim, as reflexões foram dedicadas a Eduardo Carlos Pereira, início do século XX, Rocha Lima, anos 50 – 60, e José Carlos de Azeredo, primeira década deste século.

2. O estudo do verbo: um pouco de história

A análise dos verbos sempre mereceu destaque nos estudos sobre a língua, tanto que para alguns linguistas, o verbo é uma classe gramatical universal. Sua concepção se confunde com a própria compreensão de linguagem, já que está estreitamente relacionada à construção do raciocínio. Historicamente, a noção dos verbos como um grupo de vocábulos surgiu, concomitantemente, às categorias do discurso, dada a necessidade de compreender o modo de expressão do pensamento.

Platão, com a finalidade de estudar a constituição do pensamento, dividiu a unidade do discurso em duas partes: *ónoma* e *rhéma*. A primeira se referia ao grupo de nomes e a segunda, aos verbos, estabelecidas por uma lógica parecida com a que se usa hoje para diferenciar sujeito e predicado. A combinação desses dois componentes constituiria, então, a proposição. Tem-se, aí, uma primeira visão de verbo como núcleo de um sintagma.

Mais tarde, Aristóteles acrescentaria a essa noção outros conceitos como os de qualidade e quantidade, para a formulação de juízos e raciocínios, criando, então, o silogismo. Todavia, embora já se reconhecesse outras categorias de palavras, a construção de qualquer proposição estava

condicionada à existência de um verbo em seu enunciado. Observa-se, pois, na constituição da lógica, a elaboração da gramática, que teve sua primeira descrição com Dionísio Trácio. Nota-se, ainda, que, mesmo com o reconhecimento de outros grupos de vocábulos, o verbo nunca perdeu seu papel de destaque na análise linguística², confirmado hoje pelo seu caráter nocional nas sentenças.

Todavia, segundo Ricardo Cavaliere, a definição do vocábulo se configura como “um daqueles problemas cruciais que ainda perduram nos estudos linguísticos” (CAVALIERE, 2000, p. 280), devido a sua complexidade lexical e sintática. Além disso, por sua variedade de características morfossintáticas e semânticas nos diversos idiomas e por sua *essencialidade* gramatical, mesmo nas sentenças nominais, quando sua presença é ideológica, o verbo nunca conseguiu uma unânime conceituação, o que torna essa questão, ainda, uma finalidade das pesquisas atuais (*Idem*).

Na gramaticografia brasileira, o verbo manteve sua relevância, mesmo que a conceituação oscilasse ora como elemento de conexão, ora como enunciador, ora como denotador de ação. Jeronymo Soares Barbosa definia tal palavra como a parte conjuntiva do discurso, afirmando que ela “serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito” (BARBOSA, 1875, p. 132), deixando clara, assim, a excelência do verbo ser. Júlio Ribeiro conceitua o termo como sendo a “palavra que enuncia, diz ou declara alguma coisa” (RIBEIRO, 1885, p. 73), afirmando, pois, sua função de predicação na proposição. Da mesma forma, Maximino Maciel, contemporâneo de Ribeiro, caracteriza o verbo como uma palavra de tempo, que serve para afirmar ou exprimir um fato (MACIEL, 1916), mais uma vez enfatizando sua importância em sentenças declarativas.

Seguindo uma sequência cronológica, um pouco mais tarde, Eduardo Carlos Pereira destaca, como caráter fundamental do verbo, a expressão de uma ação, mesmo ele podendo ser considerado, por outros estudiosos, um termo indicativo de estado. Para o autor, todos os vocábulos dessa categoria concebem algum grau de atividade ao sujeito, espontânea ou refletida. Pereira acrescenta, ainda, além da relação de tempo, já descrita por Ribeiro, a categoria de modo, ambas as condições sob as quais a ação seria realizada (PEREIRA, 1942).

² Para mais informação sobre o histórico da gramática e do estudo dos verbos, ver Azeredo (2000, p. 15-26).

Souza Lima, embora já considere o registro brasileiro, retoma a visão clássica de verbo como sendo, junto com o substantivo, as classes de palavras mais importantes, já que uma nomeia os seres e a outra afirma sobre esses seres uma ação ou estado (LIMA, 1937). Alguns anos depois, Said Ali admite ser o verbo “a palavra que denota ação ou estado”, incluindo nessa afirmação a importância das terminações (desinências) para indicar pessoa, número, tempo e modo (ALI, 1964). De acordo com Cavaliere, nessa afirmação progrediu-se para um conceito híbrido, no qual se emaranharam critérios semânticos e morfológicos (CAVALIERE, 2000, p. 284). Estabelece-se então o conceito mais usual dessa categoria, nos dias atuais, aplicada quase que de forma unânime nas gramáticas escolares.

Em duas das gramáticas mais influentes, ainda hoje, no estudo e ensino da língua portuguesa, *Moderna Gramática Portuguesa* e *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, encontram-se as seguintes conceituações do verbo, respectivamente: “unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual o falar organiza seu significado lexical” (BECHARA, 2004, p. 209) e “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 379). Nas duas definições, percebe-se a noção nuclear do verbo na construção dos enunciados, o que admite sua importância lexical e permite considerar suas adaptações e variações de caráter morfológico.

Em dois estudos relevantes do início deste século, nota-se um tratamento bastante distinto dado a essa categoria. Cavaliere, em *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*, pela própria intenção de seu trabalho que visa a oferecer uma descrição do pensamento gramatical brasileiro (CAVALIERE, 2000, p. 20), não conceitua a classe dos verbos, mas apresenta o quão complexo foi esse exercício na trajetória das pesquisas nacionais. O autor enfatiza o fato de a categorização da palavra ser consonante a cada vertente de estudos linguísticos e admite a *essencialidade* do verbo como causa de sua importância no tratamento gramatical. Ademais, afirma que o verbo “sintetiza um núcleo irradiador de múltiplas relações sintáticas, razão por que, modernamente, havemos de entendê-lo ordinariamente como núcleo de sintagma essencial na estrutura da frase” (*Idem*, p. 280), o que o torna fundamental, mesmo quando ausente, para a organização mental da estrutura frasal. José Carlos de Azeredo, em *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, opta por centrar a definição do verbo sob o ponto de vista exclusivamente morfo-

lógico: “é a espécie de palavra que corre nos enunciados sob distintas formas para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa.” (AZEREDO, 2008, p. 180). O autor destaca a importância da categoria de tempo para a caracterização objetiva e imediata do vocábulo, inclusive subordinando as noções de número e pessoa a essa flexão.

O que se pode perceber em todas as definições analisadas é a necessidade de trazer junto delas, para uma compreensão mais ampla, a caracterização das categorias verbais ou outros conceitos complementares, que ora se debruçavam sobre os aspectos semânticos, ora sobre os morfológicos. Dessa forma, várias são as peculiaridades desses vocábulos elencadas pelos gramáticos, o que não equivale a dizer que elas são recorrentes e frequentes em todos esses tratados.

Barbosa afirma que o verbo compreende cinco ideias acessórias: a de sujeito; a de número; a dos diferentes modos; a dos tempos; e a que se pode entender como a de aspecto, devido ao seu traço lexical. Trata ainda do que chama de três espécies de verbo (os substantivos, os auxiliares e os adjetivos), além de mencionar a conjugação/classificação e a transitividade. Já Ribeiro dedica-se a discutir a transitividade verbal e a classificar os verbos, mas, em alguns momentos, tal classificação parece se confundir com a noção que hoje se tem de aspecto por sua característica semântica. Maciel propõe as seguintes condições ao estudo do verbo: predicação, personalidade ou integridade, conjugação e modalidade. E Pereira sugere um estudo subordinado aos seguintes tópicos: conjugação, sujeito, complemento e significação. As demais gramáticas apresentam em comum a discussão sobre as flexões, classificações e/ou conjugações, e, ora sim, ora não, tratam de aspecto. Fato curioso no tratamento dado a esse objeto de estudo são o lugar e a atenção dispensados à análise das vozes verbais e esse será o assunto do próximo item.

3. *As vozes verbais: uma pequena retrospectiva*

Um dos assuntos mais polêmicos da análise verbal diz respeito às vozes. Além de apresentar classificações diversas, a categoria não apresenta lugar comum e fixo nos compêndios gramaticais. Essas formas sintáticas assumidas pelos predicados ocupam espaços distintos em tais tratados, que vão desde quando se aborda as classificações dos verbos em substantivos, auxiliares e adjetivos até quando se fala de predicação e pronominalidade. Todavia, sempre que tratado, o tema necessita estar atrelado à noção semântica de sujeito como agente, paciente ou experien-

ciador (*Idem*, p. 270), aquele sobre o qual a predicação se suporta nos casos em que o fato mencionado não depende de um agente.

Cavaliere lembra que a distinção entre verbos ativos e passivos, herdada, inadequadamente, da gramática latina, não era consenso entre os estudiosos e, por esse conhecimento, logo, tal classificação foi deixada de lado. Assim, a conceituação das vozes verbais em ativa, passiva e medial, tomou destaque. Do mesmo modo, abandonou-se a noção de verbo neutro ou inativo, que foi integrada, mas não completamente, à compreensão de intransitividade verbal, a cujo valor semântico não correspondiam nem a ação nem a passividade (CAVALIERE, 2000, p. 287).

Jeronymo Soares Barbosa, no final do século XIX, em sua *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*, aborda a temática das vozes verbais no Artigo I do Capítulo IV, no qual discute o verbo substantivo e seus auxiliares. Para o autor, o verbo substantivo *ser* é o único capaz de exprimir a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito de uma proposição, já que é, por excelência, o único existente. Desse modo, o gramático, alicerçado no estilo filosófico da tradição clássica, acaba por negar, de certa forma, a função auxiliar do mesmo vocábulo na construção das perífrases de voz passiva, uma vez que, nessa concepção, ele só pode ser substantivo e, portanto, principal. Nas palavras do autor:

Porém o verbo *ser* n'este uso não tem outra significação e emprego senão o seu proprio, que é o de exprimir a existencia de uma coisa em outra. N'estas duas orações, *eu sou amado*, e *eu amo* ou *sou amante*, o verbo *sou* afirma do mesmo modo na primeira a coexistencia em mim do amor que o outro me tem, que na segunda a do amor que eu tenho a outrem. Isto é claro. Não é pois auxiliar, mas um verbo substantivo, simples, e o unico e principal, a que os mais servem de auxílio para o acabarem de conjugar de todos os modos possíveis. (BARBOSA, 1875, p. 135-136)

Portanto, pode-se perceber que a concepção de voz transita entre a morfológica, haja vista a posição que ocupa na publicação, e a semântica, uma vez que o verbo carrega em si a coexistência de vários sentidos.

Já a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, de cunho mais prescritivo, traz uma pequena menção às vozes verbais quando trata dos verbos transitivos, que podem estar na voz ativa ou passiva, dependendo da função exercida pelo sujeito. Para tanto, traz a seguinte afirmação:

Os verbos transitivos podem estar na voz activa e na voz passiva. Estão na voz *activa* quando a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração: estão na voz *passiva* quando, pelo contrário, tal acção é exercida sobre esse sujeito. (RIBEIRO, 1885, p. 74)

No entanto, o gramático só vai mencionar a ação recíproca ou reflexiva quando lista a classificação *pronominal* do verbo, afirmando que “A distribuição da acção do verbo em *recíproca*, *reflexiva etc.* está mais no domínio da lógica do que na *grammatica*.” (*Idem*, p. 76). Segundo Ferreira e Osório,

O mais significativo em Júlio Ribeiro, entretanto, de um ponto de vista historiográfico, é que (...) coube ao autor introduzir uma metalinguagem inovadora na análise de um dos constituintes da frase, ao rotular o clítico *se* de “partícula apassivadora (FERREIRA & OSÓRIO, 2010, p. 116).

Ribeiro referenda sua posição, citando Garrett e concordando com ele quando afirma que um verbo recíproco não é outra coisa senão um ativo com um pronomes, que poderia ser um nome, no lugar do objeto. A caracterização de voz, nesse caso, representa a idiosincrasia histórica do tratamento dado à questão, já que ela é mencionada em partições distintas da gramática: uma que remete à predicação e outra que denota a noção de classificação.

Fato semelhante ocorre na descrição de Maximino Maciel, que só menciona as vozes ativa e passiva quando aborda as expressões verbais, no tópico *auxiliares participiais*. Em relação à passividade, Maciel, ainda, afirma que ela é expressa por três processos: “o analítico ou participial, o pronominal e o semiotico ou infinitivo” (MACIEL, *apud* FERREIRA & OSÓRIO, 2010, p. 116). Na ocorrência do processo pronominal, o autor afirma que ele só pode acontecer caso o sujeito não exerça a ação verbal.

Algumas décadas mais adiante, ainda na primeira metade do século XX, Said Ali dedica uma partição de sua *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (ALI, 1964, p. 176-182), apenas, à análise da voz sob três dimensões: ativa, passiva e medial, excluindo-se, então, a concepção individual de verbos reflexivos e neutros, tão propagada pela utilização da gramática de Pereira, que será analisada no próximo tópico. Encontra-se na primeira condição, segundo o autor, os verbos usados na conjugação simples cujo sujeito é agente. Todavia, já aí, chama-se atenção para os casos em que, mesmo o vocábulo estando na forma ativa, sua significação não denota nenhum tipo de atividade do sujeito, mas sim estado, como no caso de *padecer*, *adoecer* e *morrer*. Para Pereira, essas ocorrências pertenciam à categoria dos neutros e, para Ali, tais intransitivos “ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos.” (*Idem*, p. 177), denotando a idiosincrasia e os dilemas des-

sa classificação. Já a forma passiva ocorre quando a ação se dirige ao sujeito, agora paciente, caracterizando-se pelo verbo transitivo no particípio do pretérito acompanhado do auxiliar *ser*. Por fim, a terceira forma, intermediária entre as outras duas, é ilustrada pelo autor como aquela que se conjuga com o pronome reflexivo, abrangendo as funções de reflexividade e reciprocidade, entre outras.

O gramático chama atenção, também, para “a deficiência da linguagem, a desproporção entre os limitados meios de expressão e a variedade de conceitos e cambiantes de conceitos que nos importa exprimir” (*Idem*), no que se refere a: a utilização dos mesmos pronomes para indicar tanto a reflexividade quanto a reciprocidade, assim como Pereira já anunciara; os distintos significados assumidos pelas mesmas formas dependendo da predicação verbal; a variada significação emanada por um mesmo vocábulo de acordo com o grau de atividade do sujeito e com a utilização ou supressão do pronome reflexivo; entre outros.

Ademais, o autor destaca o grau de atividade transmitido por alguns verbos pronominais por conta do reflexivo, como *queixar-se*, *atrever-se* e *gabar-se*. E, ainda, reflete sobre como a forma medial indica espontaneidade e atos sem agente ou causa visível, como em *a luz apagou-se*, o que se estende a enunciados nos quais não se pode precisar o agente, como em *alugam-se casas*. Segue-se, então, uma série de análises do verbo, que já parecem anunciar o aspecto, dado o seu caráter semântico.

Um pouco mais tarde, no início da segunda metade do século XX, Bechara apresenta a voz como uma categoria verbal, segundo a organização feita por Roman Jakobson, definindo-a da seguinte maneira:

Voz ou diátese (PC/AC) – Determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante, lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (*voz ativa*) ou objeto do acontecer (*voz passiva*), ou agente e objeto ao mesmo tempo (*voz média, incluído o reflexivo*). (BECHARA, 2004, p. 213)

Adiante o autor retoma o assunto, dedicando a ele uma pequena parte do capítulo de verbo. No entanto, aqui, a divisão das vozes se dá de maneira tradicional, ativa, passiva, reflexiva, provavelmente por influência da normatização da NGB, embora tenha se mantido para elas a mesma explicação anterior. Ademais, Bechara ressalta a diferença entre voz passiva e passividade, alertando que a primeira “é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação” (*Idem*, p. 222) e que a segunda “é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo

tiver sentido passivo” (*Idem*). Já em relação à voz reflexiva, o gramático, mesmo reconhecendo as diferenças semânticas, inclui nessa classificação as noções de reflexividade, reciprocidade, impessoalidade e “passividade com se” (*Idem*, p. 223). Nesse último caso, tornou-se necessário explicitar que:

A voz passiva se difere da reflexiva de sentido passivo em dois aspectos:

1) pode apresentar o verbo em qualquer pessoa, enquanto que a reflexiva só se constrói na 3ª pessoa com o pronome *se* (...).

2) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a reflexiva, no português contemporâneo dispensa. (*Idem*)

Já Celso Cunha e Lindley Cintra, nas décadas finais do século passado, expuseram a voz como uma flexão verbal na qual o fato expresso poderia ser representado de três formas: como praticado pelo sujeito – voz ativa; como sofrido por ele – voz passiva; ou ambos – voz reflexiva. Ressaltam, ainda, a necessidade da transitividade verbal para que a transformação de voz seja possível e elencam as estruturas que podem ser assumidas pelos verbos nessas três configurações. Tem-se nessa explicação, talvez, a noção mais usual e tradicional dessa flexão nos bancos escolares (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 384-386).

Como pôde ser observada nesse pequeno retrospecto, a atenção dispensada à questão das vozes verbais sempre pareceu controversa. As relações semânticas, sintáticas e morfológicas por vezes se confundiam e por outras se excluíam, dependendo do tempo e da concepção linguística dos estudiosos da língua portuguesa. Houve até mesmo quem negasse a noção de voz das formas verbais. Todavia, essa sempre foi, ao menos, uma discussão presente e situada na trajetória das pesquisas do português no Brasil, o que a torna representativa no desenvolvimento de tal gramatografia. Assim, cabe, agora, dedicar uma análise mais aprofundada a três autores que trouxeram, em tempos e de modos distintos, grandes contribuições ao estudo dessas questões.

4. As vozes verbais: a visão de três grandes autores situados no tempo e no espaço

Eduardo Carlos Pereira, na década inicial do século XX (1907), foi um dos primeiros estudiosos da língua portuguesa no Brasil a destinar um cuidado especial às vozes verbais. Em sua *Gramática Expositiva*, logo após a definição de verbo, o autor esboça uma rápida explanação so-

bre tal assunto, afirmando que:

O verbo, pois, em sua expressão característica (*sic*) preeminente, assume três aspectos fundamentais em relação ao sujeito; as três vozes – a ATIVA, a PASSIVA e a REFLEXA, são três maneiras em que podemos encarar o enunciado verbal em relação à pessoa ou cousa que é atribuído. (PEREIRA, 1942, p. 111)

Ao reafirmar que, além de agente ou paciente da ação, o sujeito pode ser, ao mesmo tempo os dois, e que o verbo pode, nessa condição, adotar a forma de voz média ou reflexa, Pereira retoma a tradição clássica grega de análise do discurso, deixando clara a sua influência histórico-comparativa. Todavia, ao propor, mais adiante em seu livro, uma apreciação do verbo sob os aspectos de conjugação, sujeito, complemento e significação, o gramático ousa inovar nos estudos gramaticais, o que fez de sua publicação a mais usada e indicada até o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (*Idem*, p. 112).

Agora, não mais mencionando voz, mas sim o formato assumido pelo verbo em relação ao sujeito, o autor enquadra a voz como flexão verbal e enumera as seguintes classificações (*Idem*, p. 153-156):

- Ativo – entende-se que a ação é conscientemente praticada pelo sujeito.
- Passivo – a ação, expressa de modo analítico, é recebida pelo sujeito, valendo-se de três processos para indicar a passividade: com os verbos ser e estar mais o particípio passado variável de alguns verbos ativos (Ex.: *estar ferido*); com a utilização da *partícula apassivadora SE*, quando o sujeito não for agente, ou porque é inanimado ou porque é apenas paciente (Ex.: *Cortam-se árvores – O amigo se conhece nos transe apertados*); com a forma *ativa do infinito* usada como complemento de alguns adjetivos (Ex.: *osso duro de roer = de ser roído*). “O que se chama verbo passivo não é mais que a *voz passiva* dos verbos ativos-transitivos.” (*Idem*, p. 154)
- Reflexivo – o verbo ativo, também analítico, revela um ato praticado e recebido pelo próprio sujeito, simultaneamente, “e tal verbo outra coisa não é senão a *voz reflexa* dos verbos ativos-transitivos.” (*Idem*). Nesse aspecto, o autor atenta para o fato de que, embora na média e na passiva a ação recaia sobre o sujeito, no primeiro caso a ação também é realizada por ele, enquanto que no segundo o ato é realizado por outrem. Do mesmo modo,

ressalta que os verbos reflexivos são os pronominais, que se dividem em duas categorias: essenciais – em que o vocábulo nunca está desacompanhado do pronome oblíquo, cuja reflexibilidade é quase imperceptível (Ex.: *arrepender-se*); e acidentais – em que o verbo ativo que, quando acompanhado de pronome, tem sua reflexibilidade claramente denotada (Ex.: *envergonhar-se*). Além disso, Pereira destaca a diferença entre os verbos reflexivos e recíprocos, lembrando que no último caso a ação se dá entre dois ou mais sujeitos e não sobre si mesmo.

- Neutro – o verbo não revela nem atividade nem passividade do sujeito, apenas um estado ou qualidade. São os vocábulos, pois, que no latim compreendiam os verbos intransitivos³. (Ex.: *morrer, estar, ficar*).

Cinquenta anos mais tarde, Rocha Lima⁴, calcado em um pressuposto estruturalista, considera, de forma bastante singular, o conteúdo da voz verbal, o que torna muito importante a análise do autor, uma vez que pode ter influenciado a construção da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) um ano mais tarde (HENRIQUES, 2011, p. 44). Contudo, o tratamento, bastante sintético, dado a esse assunto caracteriza-se por dois critérios: o morfológico e o sintático, ambos mencionados em capítulos distintos da publicação.

Na primeira menção, logo após o exame dos verbos auxiliares, o gramático descreve a voz passiva como uma construção perifrástica e apresenta todas as suas possíveis conjugações. Já o modelo flexional, simples e composto, da voz reflexiva é demonstrado sob dois prismas: “1º tipo (Com os pronomes oblíquos antepostos às formas verbais)” (LIMA, 1972, p. 128) e “2º tipo (Com os pronomes oblíquos pospostos às formas verbais)” (*Idem*, p. 132). Nota-se aqui que, diferentemente, da gramática anterior, não é atribuída a tais modelos nenhuma carga semântica.

Sob a segunda alusão, agora sintática, observa-se, no CAPÍTULO 17 – TEORIA GERAL DA FRASE E SUA ANÁLISE, a consideração do agente da passiva como complemento que, na voz passiva analítica,

³ Ver também Cavaliere (2000, p. 287-288).

⁴ Segundo Cláudio Cezar Henriques, Rocha Lima, Evanildo Bechara e Celso Cunha são autores de três das principais obras de referência da gramaticografia brasileira. (Cf. HENRIQUES, 2011, p. 41-48).

representa aquele que praticou a ação verbal (*Idem*, p. 223). Já no CAPÍTULO 23 – VERBO E SEUS COMPLEMENTOS, Rocha Lima trata dos verbos pronominais, que “trazem preso a si um pronome reflexivo *fossilizado*” (*Idem*, p. 309), como *queixar-se*, *arrepender-se* e *atrever-se*. Segundo o autor, tais vocábulos não possuem nem objeto direto, nem indireto, já que “ninguém pode arrepender outrem, nem a si, devendo, então, ter surgido o pronome por ANALOGIA com outros verbos tais como: *aborrecer-se*, *magoar-se*, *ferir-se*, nos quais o pronome é realmente o objeto direto” (*Idem*). Todavia, em nenhum momento, nessas considerações, embora um pouco mais semânticas, há uma reflexão sobre as vozes reflexiva, medial ou neutra. Menciona, porém, sob a influência de Souza da Silveira, as formas ativa e reflexa dos verbos da seguinte forma:

Bom número de verbos aparecem, também sem alteração de sentido, ora como forma ativa absoluta, ora como pronome reflexo, sendo que “se para alguns se poderá admitir como o anterior a forma ativa, para outros está é a posterior e resulta da conjugação reflexa a qual se retirou, como um trambolho, o pronome átono (*Idem*, p. 310)

Nesse aspecto, o autor parece se indignar com o fato de alguns falantes negligenciarem a forma padrão da língua como pode-se observar na seguinte passagem: “Rui (...) extirpou os pronomes aos verbos *retirar* e *recolher*” (*Idem*, p. 311) em um artigo do *Diário de Notícias*.

Nesse sentido, hoje, Azeredo afirma que os verbos pronominais representam a cristalização das estruturas originárias da voz média, uma vez que as partículas integrantes do verbo são idênticas aos pronomes reflexivos. Assim, acaba por considerar tais verbos como um subtipo das formas de voz média (AZEREDO, 2008, p. 279). Aliás, atualmente, encontra-se, na *Gramática Houaiss de Língua Portuguesa* de José Carlos de Azeredo uma inovação no que tange ao entendimento de voz verbal. Diferentemente dos outros autores já citados, Azeredo define claramente o lugar que, segundo ele, deve ser ocupado por esse conteúdo na gramática, dedicando um capítulo, exclusivamente, a ele:

O que chamamos de voz é a forma sintática que o predicado assume para atribuir um papel semântico ao respectivo sujeito. Nossa definição deixa claro que a voz, diferentemente, das noções de tempo-modo e número-pessoa, não se expressa por meio de flexões do verbo e, portanto, não faz parte de sua morfologia. Qualquer verbo é susceptível do sistema de vozes de variação mórfica para a expressão de tempo-modo e número-pessoa, mas somente os verbos transitivos diretos participam de construções do predicado relacionadas com distinções de voz.

A voz é expressa por um sistema de recursos sintáticos que definem certos padrões formais do sintagma verbal. (*Idem*, p. 270)

Além disso, o autor corrobora a distinção tradicional das três vozes:

- Ativa – cujo verbo pode ser transitivo ou intransitivo e cujo sujeito pratica a ação, mas pode também ser o experienciador (Ex.: *João conhece um bom restaurante*). Essa é a forma *não marcada* do sistema de vozes, já que “não é expressa por um recurso gramatical particular; nela o papel de agente atribuído ao sujeito é um entre outros possíveis.” (*Idem*, p. 270-271).
- Passiva – forma típica dos verbos transitivos, que se caracteriza pela presença do verbo auxiliar *ser* mais o particípio do verbo principal, cujo sujeito assume o papel semântico de paciente ou ser afetado pela ação verbal. O conteúdo expresso por enunciados desse tipo poderia, do mesmo modo, ser anunciado pela voz ativa ou por formas pronominais. Todavia, a escolha de tais construções, segundo o autor, tem motivações discursivas e pragmáticas, que precisam ser observadas na análise contextual (*Idem*, p. 273-275).
- Reflexiva – também típica dos transitivos, marcada pela incorporação ao verbo do pronome *se*, que indica, como complemento, a pessoa e o número do sujeito, e, como significante, os papéis de agente e paciente do processo expresso pelo verbo.

Destarte, percebe-se que, nessa concepção, as vozes verbais assumem um caráter sintático, uma vez que são decisivas na construção e estruturação dos predicados, nos quais as palavras são distribuídas de acordo com três fatores:

- 1) as classes a que pertencem em virtude de seu enquadramento sintagmático;
- 2) os lugares a elas destinados pela hierarquia informacional interna dos enunciados;
- 3) os significados relacionais que, devido a essa hierarquia, deverão exprimir. (*Idem*, p. 271)

Contudo, o autor não recusa a relação semântica, de agente, paciente, instrumento, meio, espaço, entre outras, estabelecida com o sujeito, segundo as formas e os significados assumidos pelo verbo. Ademais, as possíveis inferências (*Idem*, p. 276), que podem ser realizadas na compreensão dos enunciados de acordo com a voz e o aspecto verbal, também são destacadas pelo autor, o que mais uma vez evidencia a interliga-

ção entre os aspectos sintáticos e de significado no tratamento dispensado às vozes verbais e o que talvez tenha gerado tantas idiossincrasias na compreensão histórica de tal tema.

5. *Conclusões*

Enfim, percebe-se, com a pequena análise apresentada aqui, que as considerações sobre a questão da voz verbal estão longe de ser um consenso e que cada uma de suas acepções representa suas marcas temporais e conceituais na gramaticografia brasileira. Nas palavras de D'Ávila: “A questão é tão complexa, que inclusive compêndios gramaticais de um mesmo autor apresentam, também, divergências e contradições na abordagem do tema.” (D'ÁVILA, 2006, p. 12)

É importante salientar que, principalmente com o advento da NGB, o maior objetivo dos tratados gramaticais tem sido o pedagógico. Nesse sentido, há de se considerar que nenhum deles pode dar conta de todos os possíveis usos da língua e que, portanto, apresentam limites claramente compreensíveis na tarefa de orientar professores e alunos de língua portuguesa.

Os dilemas apresentados no tratamento das vozes verbais advêm das relações morfocossintáticosemânticas apresentadas por elas, além das análises que podem ser realizadas, caso se considere, ainda, as intenções enunciativas dos interlocutores. Assim, é plenamente inteligível que os estudos sobre o assunto ora se debruçam nos aspectos morfológicos, ora nos sintáticos e ora nos semânticos, ou ainda, que mesquem algumas dessas concepções.

Contudo, ao que se percebe, atualmente, o lugar das vozes verbais na gramática está mais claramente definido e as contribuições, para a ampla compreensão desse tema, das várias vertentes das pesquisas linguísticas, têm sido irrefutáveis. Por fim, os esforços empreendidos, já há algum tempo, em se considerar, nas análises, o português brasileiro e o contexto comunicativo parecem estar consolidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typografia da Academia Real da Sciencias, 1875.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAVALIERE, R. S. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.

_____. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Revista Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

D'ÁVILA, N. T. *Voz verbal: uma abordagem enunciativa*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FERREIRA, E.; OSÓRIO, P. Da postulação da voz passiva pronominal em português: tradição e ruptura no pensamento gramatical brasileiro. *Revista Gláuks*, v. 10, n. 1, 2010.

HENRIQUES, C. C. Três gramáticas de referência para os estudos do português. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ano IX, n. IX, Rio de Janeiro, 2011, 2º sem. p. 41-48 Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/041.pdf>>.

LIMA, C. H. da R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LIMA, M. P. S. *Grammatica expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva superior*. 59. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1942.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Teixeira & Irmão, 1885.

SILVA, M. A gramática brasileira novecentista: uma história. *Revista Letra Magna*, ano 03, n. 04, 1º sem. 2006.

**CLIO:
UM DIÁLOGO COM A MUSA
NOS BASTIDORES DA FILOLOGIA**

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)
patriciobarreiros@hotmail.com

RESUMO

Na mitologia grega, Clio, filha de Mnemósine (a memória) e de Zeus (o rei dos deuses), é a musa da história e da criatividade, traz nas mãos o estilete da escrita e a trombeta da fama que tem o poder de conferir notoriedade ao que celebra. A estrita relação entre história e escrita está ilustrada muito bem no mito de Clio e se evidencia nas bases científicas da história como campo do saber. Neste sentido, a filologia, enquanto ciência do texto, relaciona-se com a história e vice-versa. Entretanto, sabe-se que a história e a filologia passaram por mudanças epistemológicas ao longo do tempo. Neste artigo, pretende-se discutir sobre as novas abordagens em torno da história, considerando a história cultural e suas relações com a filologia, na contemporaneidade.

Palavras-Chave: História Cultural. Filologia. Crítica Textual.

1. Introdução

[...] cada texto [...] é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza e com a história. [...] é possível [...] a reprodução mecânica do texto (por exemplo, a cópia), mas a reprodução do texto pelo sujeito (a retomada dele, a repetição da leitura, uma nova execução, uma citação) é um acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2006, p. 310-311)

História e filologia se relacionam desde que estas duas ciências foram concebidas na Grécia Antiga, a partir de Heródoto de Halicarnasso (século V a. C.) e dos gramáticos alexandrinos (século III a. C.), respectivamente.

Com o intuito de preservar os acontecimentos mais significativos do povo grego, Heródoto escreveu um conjunto de nove livros que deu o título de *Histórias*. No dialeto jônico utilizado por Heródoto, a palavra

“histórias” significava pesquisas e se referia ao método adotado para coletar as informações contidas na obra. No “Proêmio” de suas *Histórias*, Heródoto declara a sua intenção de preservar para as gerações futuras a memória dos acontecimentos e comportamentos do povo grego, comprometendo-se com a verdade dos fatos narrados (PRIETO, 2007, p. 40). Para compor as suas *Histórias*, Heródoto lançou mão da tradição escrita grega, principalmente dos textos de Homero e da prosa antiga.

Os eruditos alexandrinos do século III a. C., preocupados com a preservação da memória de seu povo, estudaram as obras escritas mais representativas do mundo grego, principalmente as de Homero. O objetivo desses estudiosos era tornar os textos inteligíveis e acessíveis aos leitores, sem deturpar o sentido dado pelo seu autor intelectual. Assim, a história e a filologia nasceram com o objetivo comum de preservar a memória de um povo, buscando expressar uma verdade a partir da adoção de procedimentos investigativos, tendo como referência a ideia incipiente de prova científica atestada por uma determinada realidade textual. Naturalmente, as mudanças ocorridas na sociedade, desde o mundo grego antigo, até os dias atuais, são bastante significativas. Portanto, a história e a filologia atualizaram-se ao longo do tempo, buscando atender aos novos e complexos desafios impostos pela sociedade.

No presente artigo, busca-se entender, de forma panorâmica, as relações entre a história e a filologia, desde a origem comum, na Grécia Antiga, e como essas duas disciplinas evoluíram ao longo do tempo, abordando os princípios gerais que norteiam as práticas dos historiadores e dos filólogos.

2. *A gênese da história e da filologia: o texto literário como objeto de estudo*

No âmbito do mundo ocidental, foi na Grécia Antiga, por volta do século VI a.C., que surgiram as primeiras ideias em torno do pensamento científico, com os filósofos pré-socráticos. A contribuição desses pensadores foi introduzir o ceticismo como forma de pensar, num contexto em que imperavam os pensamentos mitológico e dogmático, e a oralidade cumpria uma função primordial. Calíope, a musa da bela voz, da poesia épica, da eloquência e inspiradora dos poetas e cantores, dividiria agora o seu reino com Clio, a musa da história e da criatividade, que preside as artes, as ciências e que inspira os poetas, mas também os governantes e os cientistas.

No Monte Parnaso, morada das Musas, uma delas se destaca. Fisionomia serena, olhar franco, beleza incomparável. Nas mãos, o estilete da escrita, a trombeta da fama. Seu nome é Clio, a musa da história. [...] Talvez, até, Clio superasse Mnemósine, uma vez que, com o estilete da escrita, fixava em narrativa aquilo que cantava e a trombeta da fama conferia notoriedade ao que celebrava. (PESAVENTO, 2005, p. 7)

Na passagem do século V ao IV a. C., a sociedade grega transitou da tradição oral para a escrita, passando a utilizá-la de forma mais generalizada na vida pública, surgindo, com isso, textos diversos, associados às atividades do cotidiano. Segundo Fischer (2006, p. 47), “[...] o historiador e político Tucídides (460-395 a. C) chegava a confiar mais em documentos escritos que nas tradições orais para compilar uma cronologia e avaliar eventos passados [...]”. Nos séculos V e IV a. C., os gregos viveram uma fase de grande esplendor, avançando em vários campos do saber, surgindo, assim, o embrião de várias ciências modernas como a matemática, a astronomia, a medicina, a biologia, a história etc. Com esses novos campos do saber, surgiram os primeiros tratados científicos, descrevendo as experiências e princípios postulados por homens de ciência: o *Corpus Hippocraticum* (conjunto de obras escritas por Hipócrates, 460-377 a. C.), por exemplo.

No final do século IV a. C., segundo Fischer (2006, p. 51), a escrita no mundo grego já tinha deixado de “apenas” documentar e preservar o cotidiano, passando a atribuir valor ao que era convertido em escrita. Surge, então, a sacralização da escrita. O que era digno de ser escrito adquiria uma aura especial.

O impulso da escrita no mundo grego a partir do século IV a. C., foi favorecida pela importação de papiro em grande escala, possibilitando a confecção de diversas cópias de uma mesma obra, constituindo, segundo Fischer (2006, p. 51), uma cultura da palavra escrita, instaurando-se uma mudança paradigmática na sociedade grega. A escrita passa a gozar de um prestígio, para expressar a verdade, que, até então, era legado à oralidade.

No século V a. C., Heródoto de Halicarnasso, influenciado pelo ceticismo, inaugurou uma forma de narrar os acontecimentos históricos a partir de dados concretos, buscando comprovar as informações indicando suas fontes, com o objetivo de garantir, ao seu discurso, o *status* de verdadeiro, empenhando-se em encontrar provas dos acontecimentos. Essa atitude de Heródoto opunha-se às narrativas épicas que relatavam os acontecimentos a partir do universo mitológico, inspiradas pelas musas.

Portanto, Heródoto assume a responsabilidade de tecer o fio do tempo, dialoga com a mitologia e a literatura (citando *A Iliada*, por exemplo), mas a musa não mais canta os acontecimentos que agora são coletados em textos, em depoimentos e inscrições. É o triunfo de Clío.

Segundo Prieto (2007, p. 18), em sua escrita, Heródoto

[...] *contó con obras de Esquilo, como Los Persas o La Toma de Mileto, y con documentos literarios como inscripciones, listas de tributos, de magistrados, archivos de templos, genealogías de reyes, etcétera. [...] cita a menudo a Homero y a numerosos poetas épicos y líricos [...].*

À sua obra, Heródoto deu o nome de *Histórias*, palavra cunhada por ele e que à sua época significava pesquisa. Por este feito, Heródoto de Halicarnasso é considerado o “pai da história”.

O método adotado por Heródoto, para a composição de suas *Histórias*, no qual consistia em buscar provas, através de pesquisas, valorizando o texto literário como fonte da qual e pode extrair a verdade histórica, reforçou, no pensamento grego, a ideia de que o texto literário guarda em si uma verdade única, capaz de ser transmitida.

Nos séculos subsequentes, principalmente no período helenístico, o mundo grego viveu um verdadeiro culto da escrita, surgindo as primeiras bibliotecas, crescendo o comércio de textos e proliferando o número de colecionadores de obras. Com isso, passaram também a existir as falsificações e as cópias imprecisas, feitas sem o cuidado devido, apenas com o fim comercial. Assim, no período helenístico (séculos III ao I a. C.), os gregos interessaram-se pela preservação do patrimônio escrito, preocupando-se em garantir a sua transmissão de modo a evitar adulterações, principalmente daquelas obras reconhecidas como importantes ícones da memória daquele povo que pretendia expandir sua cultura.

Por conseguinte, na famosa Biblioteca de Alexandria, fundada no século III a. C., considerada como o maior centro da cultura helênica da Antiguidade, existiram importantes eruditos encarregados de

[...] restaurar os textos literários antigos, tornados ininteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero – recuados cinco séculos e conhecidos através de versões discrepantes, lacunosos, desfigurados por erros de interpolações. (SPINA, 1994, p. 66-67)

O estudo da história, da vida dos autores, da língua e dos suportes dos textos, levou os primeiros gramáticos de Alexandria a desenvolverem técnicas para o estabelecimento dos textos em busca da verdade que emana de seu autor intelectual ou dos originais. Dessa forma, surgem os

primeiros filólogos, homens de grande erudição que se debruçaram sobre os textos dos mais ilustres poetas da cultura grega, com o fim de preservar a autenticidade e de garantir a perpetuação desse valioso tesouro. A escrita exercia um verdadeiro fascínio, segundo Ficher (2006, p. 52),

Para onde quer que viajasse, [o Imperador] Alexandre carregava consigo os rolos da *Iliada* e da *Odisseia* [...] e, quando morreu, [...] ele estava segurando um dos seus rolos da *Iliada*. [...] Esses relatos [...] são comprovações da crescente veneração da palavra escrita. [...] as obras de Homero, acima de tudo, tornaram-se um campo de treinamento onde uma geração de gregos formava o caráter da próxima, até o final da Antiguidade [...] é difícil para nós, hoje, calcular o grau de veneração que se concedia, na Antiguidade, sobretudo aos escritos de Homero. (FICHER, 2006, p. 52)

Nesse contexto, o labor dos filólogos alexandrinos convertia-se numa atividade nobre à medida que restauraram o mais valioso patrimônio cultural e histórico do povo grego. Os textos literários do mundo grego antigo serviram de base para as narrativas historiográficas dos primeiros historiadores, não apenas como fontes históricas, mas também como modelos. Por conta disso, a poesia grega antiga carrega em si um valor historiográfico e, a necessidade de preservá-la das diversas formas de corrupção, tornou-se necessário para perpetuar a história.

Contemporaneamente, o texto literário voltou a converter-se em objeto de estudo dos historiadores, mas não somente o texto como discurso. As várias encarnações do texto numa determinada materialidade, os modos de produção, circulação, recepção e representação dos textos interessam muitíssimo aos historiadores culturais. Assim, vê-se um retorno de Clio, ensinando que a história pode ser escrita a partir dos textos literários, como o faz a vertente historiográfica denominada história cultural:

Nestes cruzamentos que se estabelecem entre a História e a Literatura, o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo, como um dado a mais, para compor a paisagem dada. O texto literário lhe vale como porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo, justo como aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam. (PESAVENTO, 2005, p. 113)

3. Da filologia tradicional à nova filologia

Spaggiari e Perugi (2004, p. 26) apresentam três grandes épocas em que a filologia oferece contornos específicos. A primeira, segundo os autores, compreende a atividade dos primeiros filólogos que atuaram na

famosa Biblioteca de Alexandria, no século III a. C. A segunda grande época coincide com o período do Humanismo e do Renascimento cultural, ocasião em que os filólogos se interessaram pelas obras clássicas da cultura greco-latina e pelo estudo das línguas românicas. A terceira grande época remonta ao século XIX, compreendendo o que se pode chamar de filologia moderna, ou então, de crítica textual baseada em métodos testados e "garantidos" sob o ponto de vista científico. Trata-se, portanto, do método filológico criado pelo alemão Karl Lachmann.

Verifica-se também, que no século XIX, surge a linguística enquanto campo do saber, diferenciando-se da filologia, que, no âmbito da língua, assume seu caráter histórico-comparativo. Ainda que filologia e linguística andem juntas, pois, como se sabe nenhuma pesquisa filológica é possível sem sólidas bases linguísticas.

Desponta o século XX e com ele uma filologia com fortes influências positivista e lachmanniana. Posteriormente, uma nova corrente de pensamento influenciou a filologia, trata-se do estruturalismo, que até hoje mantém suas influências, não apenas no campo da filologia, mas sobre grande parte das ciências humanas.

Pérez Priego (1997, p. 15-16), entretanto, sinaliza o surgimento de uma nova fase da filologia, a partir da década de 1930, denominado por ele como "La nueva filología". Segundo o autor,

Se pretende entonces introducir aires nuevos en la rigidez metodológica imperante, romper las cadenas a un tiempo del duro dogmatismo lachmanniano y del simplista escepticismo bedieriano. La propuesta será la de combinar el rigor estemático con el estudio de la historia de la tradición de los textos particulares, individualizando así cada problema. [Valorizando] [...] el estudio de la tradición como sustancial a la crítica del texto y no como algo secundario e inconexo. De tal modo los testimonios individuales no serán ya considerados como simples portadores de errores y variantes, sino como productos de una determinada configuración cultural, que es interesante conocer también para la propia crítica textual. (PRIEGO, 1997, p. 15-17)

A esse respeito, Chartier considera que "as múltiplas formas textuais nas quais uma obra foi publicada constituem seus diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos em sua irredutível diversidade". (CHARTIER, 2007, p. 14)

A nova perspectiva no campo da crítica textual identifica-se com uma tendência culturalista que envolve as ciências humanas na contemporaneidade, de influência marcadamente pós-estruturalista.

Segundo Elia (1993, p. 64), "Humanismo, Romantismo, Natura-

lismo, Culturalismo, Pluralismo, o mundo gira e, com ele, as constelações paradigmáticas do céu histórico. [...] cada época tem a sua gramática, e sua crítica textual” (ELIA, 1993, p. 64).

A crítica textual contemporânea está longe de ser a mesma praticada por Karl Lachmann no século XIX, mas é o resultado de um processo que se moldou pelas contingências históricas. O método de Lachmann foi desenvolvido para atender a questões textuais específicas (num contexto que não se dispunha do original), mas hoje em dia o método filológico de edição de texto é aplicado a textos autorais (canônicos e não canônicos, literários ou não) e que apresentam demandas editoriais específicas. Soma-se a isso a realidade dos novos suportes e das novas práticas escriturísticas que são instituídas na sociedade.

Os textos, objeto de estudo da crítica textual, são resultado de experiências históricas diversas que demandam novos olhares, novos questionamentos e novas práticas editoriais. Assim, na busca pela inovação e adaptação do rigoroso método lachmanniano, ainda na primeira metade do século XX, destacaram-se os estudos do francês Joseph Bédier (1864-1938), com sua teoria do melhor manuscrito para constituir a base da edição, focando não num texto constituído por fragmentos como fez Lachmann em sua teoria, mas na escolha de um bom manuscrito; os estudos do italiano Giorgio Pasquali (1885-1952), com a valorização da história da tradição do texto; e os estudos do italiano Gianfranco Contini (1912-1990), com a crítica das variantes.

Nos anos 1970, surge na França uma nova vertente dos estudos em crítica textual que considera a obra em seu processo de criação, valorizando os diversos estágios de um mesmo texto, é a chamada crítica genética. O século XX foi bastante profícuo no que diz respeito às inovações e ampliação do alcance da crítica textual, principalmente nas duas últimas décadas, com a influência da sociologia do texto de McKenzie (2005), da história cultural (CHARTIER, 1990) e da história da cultura escrita.

Miguel Angel Pérez Priego (1997) sintetiza a confluência dessas tendências no seguinte excerto:

Los testimonios son efectivamente individuos históricos, con una fisonomía propia, portadores en su seno muchas veces de elocuentes huellas y datos respecto de dónde se compusieron, quién los cargó o poseyó, quiénes fueron los copistas, los impresores, los lectores, qué tipo de papel y de letra fue utilizado, que taller tipográfico, etc. Todo ello nos proporciona una información muy interesante, por supuesto, para la historia cultural, pero también muy ri-

ca y aprovechable desde la validez y agrupación de los testimonios según la información que poseamos, por ejemplo, de la calidad de un determinado scriptorium o un taller tipográfico, la procedencia de los originales o copias de que solía servirse, la antigüedad y calidad de los soportes materiales de copia, etc. (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 36)

Para concretizar uma edição que considere a proposta de Pérez Priego (1997) será necessário compreender os textos em suas relações com a sociedade: os meios de produção, circulação e usos, explorando-os para além dos elementos eminentemente linguísticos, valorizando paratextos e prototextos (GENETTE, 2009), estabelecendo relações intertextuais com documentos de natureza diversa. Não é possível existir intertextualidade sem que haja cruzamento de campos do saber, portanto, as atividades que compreendem editar criticamente um texto implicam em diálogos multidisciplinares. Ao tempo que se apresenta uma edição, levando em conta a historicidade do texto, o diálogo entre filologia, história cultural, sociologia do texto e história da cultura escrita é inevitável. Já não vivemos mais no tempo em que era preciso estabelecer territórios rígidos entre as disciplinas. Ao tomar o texto como artefato produzido por sujeitos socialmente constituídos e inseridos num determinado contexto histórico, os limites entre crítica textual e história cultural são bastante tênues.

4. *Da história à nova história cultural*

No âmbito da história, não ocorre diferente. Nota-se, inclusive, uma simetria com o que acontece com a filologia. A primeira época compreende o surgimento da história enquanto campo do saber, quando os gregos passaram a constituir uma narrativa historiográfica baseada em fontes, com o intuito de expressar a verdade dos acontecimentos, motivados pela preservação da identidade. A segunda época ocorre durante o Humanismo e o Renascimento, com a constituição das nações modernas, o florescimento do comércio e as explorações marítimas. Surge, assim, a necessidade de se constituir histórias monumentais, também com o intuito de se fundar a identidade das nações modernas. O modelo utilizado para se narrar a história é o mesmo utilizado na Grécia antiga, inspirado nos grandes heróis e nos grandes acontecimentos, seguindo o arquétipo das narrativas homéricas, próxima da linguagem literária.

No século XIX, a história ganha *status* científico adotando métodos rigorosos para descrever a realidade. Neste período, o positivismo imprimiu à história uma rigidez exagerada, aproximando-a das ciências

exatas, tais como a física e a matemática. A condição para se fazer história passava pela experiência empírica. Também no século XIX, surgiram, a partir da história, outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, a etnografia etc., com as quais a história mantém estrita relação.

O século XX trouxe o marxismo, que imprimiu sua marca no modo de fazer história no mundo ocidental, instituindo uma abordagem econômica para a história da humanidade. Paralelo à avalanche marxista, a partir de 1929, surge um movimento historiográfico francês denominado como *Escola dos Annales*, que se destacou por incorporar métodos das ciências sociais à história, por romper com uma visão positivista da sociedade, preferindo analisar longos períodos da história, com o fim de entender as mentalidades (BURKE, 2005).

A partir da década de 1970, como desdobramento da *Escola dos Annales*, surge a nova história cultural ou história cultural que, segundo Burke (1992, p. 10-16), questiona o paradigma tradicional, no qual a história:

- a) concentrava sua atenção na macropolítica;
- b) focava na composição da narrativa historiográfica;
- c) oferecia uma visão de cima;
- d) baseava-se apenas em documentos oficiais;
- e) concebia a história como sendo objetiva, capaz de expressar a verdade.

A história cultural apresenta uma nova perspectiva de história na qual:

- a) há um interesse por toda atividade humana, tudo tem uma história que pode, em princípio, ser reconstituída e relacionada ao restante do passado;
- b) o olhar do historiador se volta para o homem comum, constituindo uma história vista de baixo;
- c) considera não apenas os documentos oficiais depositados nos arquivos, mas aqueles relegados ao esquecimento, atirados ao fogo e salvos milagrosamente, condenados pelos insetos, os documentos dos excluídos etc.;
- d) compreende que a escrita da história é uma construção discursi-

va que se aproxima da ficção, portanto, não se impõe como verdade, mas como discurso;

- e) valoriza as formas de representação, inclinando-se para o estudo da linguagem, da literatura;
- f) volta-se para o estudo do cotidiano e as práticas ordinárias.

Segundo Pesavento (2005, p. 39), para que o campo da história cultural se configurasse como tal, foi necessário ocorrer mudanças epistemológicas que fundamentassem esse novo olhar. A autora sinaliza cinco importantes conceitos que reorienta a prática do historiador, a saber: a representação, o imaginário, a narrativa, a ficção e as sensibilidades.

Dessa forma, a história cultural decifra a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo através das linguagens, dos símbolos, do imaginário. Para Pesavento (2005, p. 47),

O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pesam sobre as coisas, que concretamente, não existem (PESAVENTO, 2005, p. 47).

O que o historiador pretende é reconstruir o passado, para satisfazer o pacto de verdade, mas o que constrói pela narrativa é um terceiro tempo, situado, nem no passado do acontecido, nem no presente da escrita. Esse tempo histórico narrado é uma invenção, uma ficção, tal como a literatura.

Maria Thereza Negrão de Mello lembra que

[...] a história cultural como espaço de trabalho e campo historiográfico é lugar por excelência de encontros com vizinhos, [...] um espaço de trabalho que tem como pressuposto o diálogo com outras áreas de conhecimento, atravessado que é, no *corpus* teórico que o define, por noções, conceitos e categorias, cuja complexidade rejeita enclausuramentos em território único [...]. (MELLO, 2008, p. 17)

Escrutinar o texto exige diálogo e é isso a que se propõem a crítica textual e a história cultural contemporâneas.

5. Conclusão

Buscou-se, nesse breve texto, apresentar um panorama das condições em que surgiram a história e a filologia, com o objetivo de entender em que medida essas duas disciplinas se relacionam e fundam as suas bases, bem como se desenvolveram ao longo do tempo.

Constatou-se que há uma simetria entre história e filologia no passar do tempo, sendo que, na contemporaneidade, as novas perspectivas em torno da crítica textual e da história cultural apontam para uma identificação, já que ambas passaram a olhar para o texto em suas múltiplas relações com o homem e a cultura, através da sociologia do texto, dos meios de produção, divulgação e usos.

O que antes a crítica textual descartava como expurgo, em nome do estabelecimento de um texto único, verdadeiro, hoje ela acolhe como dados para compor a história primordial do texto, valorizando os elementos para além dos aspectos puramente linguísticos do texto, dialogando com a história cultural, compreendendo o texto como produto de uma realidade sócio-histórica. Não se pretende mais atingir uma verdade a partir da prova documental e do texto único (representativo da vontade do autor).

O texto é entendido com uma dada realidade na qual se cruzam diversas "verdades" que se revelam no estudo do texto como resultado da ação humana. Portanto, aliar as perspectivas da história cultural e da crítica textual é enriquecer e potencializar o estudo do texto. Mais uma vez, as duas ciências aliam-se pelo bem da cultura escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad.: Sergio Goes de Paula. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2005.

_____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: UNESP. 1992.

CHARTIER, Roger. *Inscriver e apagar: cultura escrita e literatura*. Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP. 2007.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ELIA, Sílvio. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In: III ENCONTRO DE ECDÓTICA E CRÍTICA GENÉTICA, 3, 1993. *Anais...* João Pessoa: UFPB/APML/FECPB/FCJA, 1993, p. 57-64.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad.: Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.

GENETTE, Gerard. *Paratextos editoriais*. Trad.: Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê, 2009.

MELLO, Maria Thereza Negrão de. História cultural como espaço de trabalho. In: KUYUMJIAN, Marcia de Melo M.; MELLO, Maria Thereza Negrão de. (Orgs.). *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología de los textos*. Trad.: Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Angel. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIETO, Melquíades. *Heródoto, los nueve libros de la historia*. Trad.: Bartolomé Pou. Madrid: Edaf, 2007.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOCABULÁRIO LITÚRGICO
NA “PEREGRINAÇÃO DE ETÉRIA”
(ITINERÁRIO DE EGÉRIA)**

Maria Cristina Martins (UFRGS)
cristina.martins@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar algumas particularidades de emprego do vocabulário litúrgico da obra “Peregrinação de Etéria”, também conhecida como “Itinerário de Egéria”. Notadamente, procuramos mostrar em que contexto eram empregadas certas palavras que designavam o povo cristão e as pessoas que exerciam as funções da Igreja, bem como a etimologia relacionada a esses vocábulos.

Palavras-chave: Peregrinação de Etéria. Vocabulário Litúrgico. Língua Latina.

1. Introdução

O presente artigo faz parte do trabalho de tradução que culminará na primeira edição crítica brasileira⁵ – latim-português – da obra “Peregrinação de Etéria”, também conhecida como “Itinerário” (ou “Peregrinação”) de Egéria”, uma das mais antigas narrativas de viagem aos Lugares Santos da Palestina. Embora o texto tenha chegado até nós incompleto, pois faltam-lhe o começo, o fim e duas folhas internas, podemos datá-lo com precisão. Segundo Pierre Maraval (2002, p. 28), a partir das pesquisas de Paul Devos, a peregrina chegou a Jerusalém para as festas de Páscoa de 381 e partiu no dia seguinte à Páscoa de 384, mais precisamente, no dia 25 de março. O elemento decisivo que permite essa datação é dado pelo encontro de Egéria com três bispos “confessores” (caps. 19, 1-5; 20, 2). Esse título é dado desde o final do século IV àqueles que sofreram por sua fé e é aplicado na *Peregrinatio* a três bispos conhecidos, perseguidos pelo imperador Valente por sua fidelidade ao Concílio de Niceia: Eulógio de Edessa, Abraão de Batanis e Protógenes de Charra. Um certo número de outros dados do texto confirmam essas datas e permitem precisá-las. Portanto, o texto que possuímos, endereçado de Constantinopla às suas correspondentes ocidentais (cf. 19,19; 20,13; 23,10 e

⁵ Agradeço à Capes pela bolsa de pós-doutoramento concedida (nº 1250-10-8) para a realização de uma parte desta edição crítica, na Universidade de Paris IV (2010-2011). Este artigo é uma versão ampliada de uma palestra proferida na VII Semana de Filologia na USP, em 2012.

24,1), data da segunda metade de 384. O texto de Egéria além de incompleto, como se disse, chegou até nós num único manuscrito, datado do séc. XI, preservado em Arezzo, mas originário de Monte Cassino. Na primeira parte, temos a narrativa do último ano da viagem, da visita ao Sinai, em dezembro de 383, à volta a Constantinopla, em junho de 384. Na segunda parte da obra, temos a descrição da liturgia de Jerusalém.

O texto não apresenta, igualmente, o nome da autora. Conhecemos o seu nome graças a uma carta do monge Valério, que viveu nas montanhas de Bierzo, na Galícia, no séc. VII. Esse monge, que possuía um exemplar mais completo do que o nosso, comentou a viagem realizada por certa dama no séc. IV através de uma carta, escrita provavelmente em 680, para os seus confrades de Bierzo. Os manuscritos da carta de Valério, em número de seis, apresentam as seguintes formas para o nome da autora: *Egeria*, *Eiheria*, *Heieria*, *Echeria*, *Aetheria*. Por muito tempo, foi aceito o nome *Aetheria* (Etéria) como sendo o da autora da obra, através da tradição do manuscrito de Carracedo. Depois surgiram peças de evidências independentes que reforçaram os argumentos a favor do nome Egéria. Uma delas é um catálogo do séc. XIII da biblioteca de Saint Martial em Limoges, França, que apresenta como título de uma obra *Itinerarium Egeriae*. Devemos reconhecer também o nome *Egeria* no nome *Ingerarium Geriae*, presente num índice do mosteiro San Salvador de Celanova, datado por volta de 935. Em 1923, conforme nos relata o editor norte-americano da *Peregrinatio*, George E. Gingras, J. F. Mountford descobriu um glossário compilado por volta de 750, por Ansilebus, cujos principais manuscritos contêm uma entrada obviamente derivada do capítulo XV da *Peregrinatio*. Nessa entrada, de acordo com os diferentes manuscritos, há um comentário marginal indicando a sua fonte, em que se apresentam três formas ligeiramente diferentes do nome da autora: *Egerie*, *Egeria* e *Egene*. Assim, Mountford concluiu que a possibilidade do nome da autora ser *Egeria* é fortalecida por esse testemunho. Somam-se às evidências o fato de que Egéria é a forma mais frequente nos manuscritos de Valério.

Mesmo que ainda persistam algumas dúvidas em relação ao local de onde a peregrina era originária e à sua condição social, isto é, se a peregrina era uma freira ou uma alta dama da sociedade⁶, parece que há um consenso quanto ao seu nome e à datação de sua peregrinação. Seja como

⁶ Essa discussão é objeto de um estudo detalhado na nossa edição crítica.

for, desde a sua descoberta pelo filólogo italiano Gamurrini, em 1884, no mosteiro de Monte Cassino, na Itália, a obra tem sido muito estudada, pois é uma das fontes para o entendimento das transformações do latim, que, lentamente, através de séculos, deram origem às línguas românicas. Além disso, por descrever com detalhes os lugares por onde Jesus Cristo passou, bem como as principais personagens e episódios do Antigo Testamento, e de documentar alguns ofícios religiosos realizados naquela época em Jerusalém, também é um documento histórico, religioso e litúrgico.

Neste artigo, mostraremos em que contexto eram usados os termos *frater*, *soror*, *christianus*, *sanctus*, *fideles*, *cathecumini*, *neophyti*, *episcopus*, *diaconus*, *presbyter*, *clericus* etc, relacionando-os à etimologia de cada um desses termos. Deixaremos de tratar outros aspectos lexicais que estão presentes no ato litúrgico, tais como os verbos utilizados para o desenvolvimento da liturgia, ou a terminologia da pregação, da prece e do ofício. Todo esse estudo é parte integrante da nossa edição crítica, na forma de notas histórico-literárias, nas quais também estão contidas outras informações léxico-filológicas.

2. *A liturgia*

O termo “liturgia”, do grego *λειτουργία*, designava uma função pública, particularmente em Atenas, onde consistia em organizar os coros e equipar as galerias, além de outras funções, cujo titular financiava as despesas. Na Septuaginta e no Novo Testamento, “liturgia” designa o serviço do templo, o serviço de Deus, a devoção a seu serviço. Em Santo Agostinho (354-430), *Salm.* 135.3, encontra-se a seguinte definição: *ministerium liturgia uel seruitium religionis, quae Graece liturgia uel latratria dicitur*.

Na *Peregrinação de Egéria*, a liturgia de Jerusalém é descrita na segunda parte da obra, dos capítulos 24 a 49. Na primeira parte, dos capítulos 1 a 23, são narradas quatro viagens ou peregrinações de Egéria aos lugares da História Sagrada. A segunda parte inicia-se com a descrição dos Ofícios feriais da semana, e, em seguida, dos ofícios dominicais (caps. 24-25). As festas litúrgicas recebem destaque especial, pois são relatadas do capítulo 25, parágrafo 6, ao capítulo 44. Entre elas, a festa da Epifania, em grego *Επιφάνεια* “aparição” ou “manifestação”, é uma das mais importantes, conforme nos relata a autora, porque durava oito dias e celebrava também o nascimento de Cristo. Muitos padres da Igreja dão

testemunho da Epifania, no entanto, como cerimônias variadas. As ‘primeiras epifanias’ celebravam o Natal, como testemunha Rufino (Padre de Aquileia, morto em 470), *Greg. Epiph.* 3, p. 88.17: (..) *sollemnitas Epiphaniae, id est, nativitatís Christi*; as ‘segundas’ celebravam a manifestação do Senhor aos Reis Magos e ao batismo de Cristo (cf. Pseudo-Agostinho – V séc. – (*Serm.* 137,1: ... *apparitionem uel ostensionem dicimus, id Graeci epiphaniam uocant*) e São Jerônimo (*Ez.*1,3; *Ep.*119,1: *quidam ... diem Epiphaniarum baptismi, alii transformationis in monte ... esse opinantur*).

Depois da Epifania, seguem-se a Apresentação de Jesus ao Templo, a Quaresma, a Semana Santa, a Vigília Pascal, a Semana da Páscoa, o Tempo Pascal, chamado Quinquagésima, a Ascensão e o Pentecostes (caps. 25-44). A autora descreve ainda os principais ritos de iniciação cristã, com destaque especial à catequese (caps. 45-48), mas antes é descrito o batismo (cap.45), para o qual o interessado deveria inscrever-se durante a vigília da Quaresma (cap. 45, 1). Quanto a essa particularidade, o *Dicionário de Arqueologia e de Liturgia* (Paris, 1924, tomo 2) nos ensina que o século IV é um período de afirmação e de mudança na história da Igreja. A conversão das massas levou a uma ordenação mais rigorosa do catecumenato, decidindo-se reservar o ensino completo da catequese àqueles que tivessem dado o nome para o batismo.

A obra termina com a descrição da consagração das igrejas (caps. 48-49).

3. *Análise dos dados*

3.1. **A duração da Páscoa e a Semana Santa**

Para dar uma ideia da descrição da liturgia anual, destacamos o seguinte trecho que fala sobre a duração da Páscoa, de oito semanas. Aliás, o testemunho de Egéria em relação à duração da Páscoa é único, quer para o local, quer para a época (capítulos 27,1 e 31,2):

(1)

27, 1: *Item dies paschales cum uenerint, celebrantur sic. Nam sicut apud nos quadragesimae ante pascha adtenduntur⁷, ita hic octo septimanas atten-*

⁷ Embora não seja o objetivo deste artigo mostrar as particularidades morfológicas, sintáticas, ou de qualquer aspecto de natureza gramatical da *Peregrinatio*, gostaríamos de chamar atenção para as

duntur ante pascha.

Do mesmo modo, quando chegam os dias pascais, celebram-se assim: como entre nós, de fato, se observam quarenta dias antes da Páscoa, assim aqui se observam oito semanas antes da Páscoa.

A Semana Santa compõe-se de uma série de atividades e encontros, difíceis de serem resumidos no âmbito deste artigo. Abre-se com a Procissão de Ramos, partindo do Monte das Oliveiras. O povo entra na cidade, diante do bispo, aclamando “Bendito seja o que vem em nome do Senhor” (25,6): “Benedictus, qui uenit in nomine Domini” (Cf. *Math.* 21,9), e levando ramos nas mãos:

(2)

31,2: *Et iam cum coeperit esse hora undecima, legitur ille locus de euangelio, ubi infantes cum ramis uel palmis occurrerunt Domino dicentes: “Benedictus, qui uenit in nomine Domini.” Et statim leuat se episcopus et omnis populus, porro inde de summo monte Oliueti totum pedibus itur. Nam totus populus ante ipsum cum ymnis uel antiphonis respondentes semper: “Benedictus, qui uenit in nomine Domini”.*

E já quando começa a ser *décima* primeira hora⁸, lê-se aquele passo do Evangelho onde as *crianças* com ramos e palmas acorreram ao encontro do Senhor, dizendo: “Bendito aquele que vem em nome do Senhor.” E, imediatamente, levantam-se o bispo e todo o *povo*, depois vai-se dali do cimo do monte das Oliveiras, tudo a pé. De fato, todo o *povo* vai à frente dele, com hinos e antifonas, respondendo sempre: “Bendito aquele que vem em nome do Senhor”.

O exemplo 2 é útil, igualmente, para uma análise do emprego da palavra *populus*. Além disso, esse exemplo mostra a palavra *infantes* (“os que não falam”, “crianças”), na sua aceção usual de “criança”, contrastando com um outro uso da palavra em que é empregada para designar o recém-batizado.

formas verbais *adtduntur* e *attenduntur*, que assim aparecem grafadas, mostrando as duas possibilidades que já existiam no latim clássico. Na segunda, houve a assimilação do *d* pelo *t*. A diferença de grafia observa-se realmente no manuscrito, conforme foi constatado por nós.

⁸ Mais ou menos 5 horas da tarde.

3.2. Infantes – Neofiti

Neophytus, do grego νεόφυτος, significa “recentemente plantado”, e também é usado neste sentido em latim: *neophytam oliuam ... id est nuper plantatam* (Santo Hilário – c. 315-367.) No cristianismo, passou a significar “o novo convertido”, desde Tertuliano, que viveu no início do séc. III. Assim, seguindo essa acepção, os novos batizados se chamam *neofiti* na *Peregrinatio*: *tantum neofiti et fideles, qui uolunt audire misteria, in Anastase intrant* (47,2) “somente os neófitos e os fiéis que querem ouvir os mistérios entram na Anástase”.

Porém, em 39,3, assim como em 38,1, encontramos *infantes* com o sentido de *neofiti*:

(3)

38,1: *Vigiliae autem paschales sic fiunt, quemadmodum ad nos; hoc solum hic amplius fit, quod infantes, cum baptidiati fuerint et uestiti, quemadmodum exient⁹ de fonte, simul cum episcopo primum ad Anastase ducuntur.*

Porém, as vigílias pascais fazem-se tal como entre nós; apenas uma coisa se faz a mais aqui, é que os *neófitos*, depois que foram batizados e vestidos, à medida que saem da fonte, são conduzidos juntamente com o bispo à Anástase.

O termo *infans*, como se vê, designa os novos batizados no trecho 38,1 (e também em 39,3), independentemente da idade que apresentem. Nas ocorrências restantes, *infans* mantém o seu sentido habitual “criança” (cf. 31,2; 31,3 e 36, 2). Santo Agostinho recorria a este vocábulo nos sermões da Semana da Páscoa e explica o sentido da palavra, por exemplo, no sermão 228, I: *qui paulo ante uocabantur competentes, modo uocantur infantes ... Infantes dicuntur, quia modo nati sunt Christo (...)* “Os que pouco antes eram chamados competentes, recentemente se chamam infantes ... porque neste instante nasceram para Cristo”.

⁹ Nessa frase, há uma particularidade morfológica a ser comentada: na conjugação do presente do indicativo, há frequentemente a troca do sufixo *-unt* por *-ent*, por isso temos aqui *exient* e não *exeunt*. Outros exemplos ocorrem na *Peregrinatio*: *uadent, dicent, ascendent, descendent, ponent, tendent, tollent, absoluent, accipient, custodent*. Löfstedt (1911, 1ª ed., *Philologischer Kommentar zur Peregrinatio Aetherae*) e Väänänen (1987, *Le journal-épître d'Égérie*) fazem um estudo exaustivo dos aspectos linguísticos da *Peregrinatio*.

3.3. Populus

Na *Peregrinação de Egéria*, pelo menos na parte que nos resta, há cinquenta e cinco vezes a palavra *populus*. Especificamente, *populus* se refere à comunidade cristã de Jerusalém; apenas uma vez surge como indicativo do povo judeu em 3,7:

(4)

3,7: *Nam ostenderunt nobis speluncam illam, ubi fuit sanctus Moyses, cum iterato ascendisset in montem Dei, ut acciperet denuo tabulas, posteaquam priores illas fregerat peccante populo (...)* (Cf. Êxodo, 34)

Com efeito, mostraram a nós aquela gruta onde esteve o santo Moisés quando pela segunda vez subira à montanha de Deus, para receber novamente as tábuas, depois que quebrara as primeiras por causa do *povo pecador* (...)

Nos exemplos abaixo, entretanto, *populus* é o povo cristão:

(5)

35,1 (...) *Octava autem hora iuxta consuetudinem ad Martyrium colliget se omnis populus (...). Itaque ergo collecto omni populo aguntur quae agenda sunt*

Na oitava hora (duas horas da tarde), conforme o costume, todo o povo se reúne no *Martyrium* (...). E assim, pois, com todo o povo reunido, são feitas todas as coisas que se devem fazer”.

(6)

36,3: (...) *item legitur ille locus de Euangelio ubi comprehensus est Dominus. Qui locus ad quod lectus fuerit, tantus rugitus et mugitus totius populi est cum fletu, ut forsitan porro ad ciuitatem gemitus populi omnis auditus sit.*

(...) igualmente lê-se o passo do Evangelho onde o Senhor foi preso. E para esse passo que se foi lido, há tanto gritos e gemidos de todo povo, quando em pranto, que talvez sejam ouvidos adiante, até na cidade.

(7)

43,3: *iam ut dimittatur populus mittit uocem archidiaconus et dicit: “hodie statim post sexta omnes in Eleona parati simus <in> Inbomon”*

e no momento em que dispensa o povo, o arqui-diácono eleva a voz e diz: “hoje, imediatamente após a sexta (sc. “hora”) (= meio-dia), estamos todos preparados em Eleona, em Imbomon”.

Nas ocorrências (5), (6) e (7), *populus* compreende os fiéis, mas não os catecúmenos, como se vê no trecho abaixo:

(8)

25,2: (...) *aperiuntur omnia hostia*¹⁰ *de basilica Anastasis, intrat omnis populus, fidelis tamen, nam cathecumini non.*

(...) abrem-se todas as portas da basílica da Anástase, entra todo o povo, enfim, os fiéis, na verdade *os catecúmenos não*.

Em grego *κατηχούμενος*, em latim *catēchūmenus*, é o que se instrui na religião. Na Igreja primitiva, catecúmeno é aquele que se instrui nas doutrinas do cristianismo antes de ser batizado.

3.4. Fideles – cathecumini

O fechamento de diversos ofícios religiosos faz-se pela dupla bênção: primeiro os catecúmenos, em seguida os fiéis:

(9)

24,2: (*sc. Episcopus*) *sic benedicet cathecuminos. Item dicet orationem et benedicet fideles.*

O bispo assim benze os catecúmenos. Igualmente diz uma oração e benze fiéis.

Essa prática aparece em 24,6; 24,7; 32,2; 33,2; 34,1; 35,2 etc.

Quando é celebrada a eucaristia, os catecúmenos são afastados, conforme vimos no exemplo (8). Igualmente, na catequese os catecúmenos não participam:

¹⁰ *Hostia*, tal como está escrito, parece ser a palavra latina que se traduz como “vítima” ou “sacrifício”. Trata-se aqui do plural de *ostium* “entrada” ou “porta”, escrito com “h”, num sinal de hipercorreção da autora.

(10)

47,2 *Illa enim hora **catechuminus** nullus accedet ad Anastase; tantum neofiti et fideles, qui uolunt audire misteria, in Anastase intrant.*

Naquela hora, de fato, nenhum *catecúmeno* dirige-se à Anástase. Tão somente os neófitos e os fiéis, que querem ouvir os mistérios, entram na Anástase.

O contexto do trecho acima é a catequese depois do batismo. Nesta cerimônia nenhum catecúmeno entra na Anástase.

3.5. *Populus versus Episcopus*

“Povo” (*populus*) distingue-se de “bispo” (*episcopus*) em:

(11)

24,7: *Et postmodum de Anastasim usque ad Crucem <cum>¹¹ ymnis ducitur **episcopus**, simul et omnis **populus** uadet.*

E depois o *bispo* é conduzido da Anástase até a Cruz (Calvário) com hinos; em conjunto também todo o *povo* vai (o acompanha).

(12)

24, 11: *Lecto ergo euangelio exit **episcopus** et ducitur cum ymnis ad Crucem, et omnis **populus** cum illo;*

Lido, pois, o Evangelho, o *bispo* sai e é conduzido com hinos à Cruz, e todo o *povo* <vai> com ele.

Também há exemplos semelhantes em 25,3; 31,2; 36,1; 36,5; 40,1.

O povo difere, igualmente, dos monges e dos ascetas (ou monges ascetas) – *ascitis* (ἀσκητής) – chamados também de *aputactitae* (ἀποτακτιται), *monazontes* (μοναζοντες) e *parthenae* (παρθένοι):

¹¹ Devemos a Geyer (1890) a interpolação da preposição *cum*, a qual foi adotada por todos os outros editores. No manuscrito, lê-se apenas *ymnis*.

3.6. Monachus – ascitis – presbyter

(13)

3,4 *Qui sanctus monachus uir ascitis necesse habuit post tot annos, quibus sedebat in heremum, mouere se et descendere ad civitatem Carneas (...)*

E esse santo *monge*, homem *asceta*, teve necessidade, depois de tantos anos que morava no deserto, de se mover e descer até a cidade de Cárneas (...)

Na descrição de Egéria, os monges habitam isoladamente em uma célula no *monasterium*, nos arredores de uma igreja ou de um santuário, conforme os capítulos 3,4; 4,6; 7,7; 10,9.

(14)

3,4 (...) *ecce et occurrit presbyter ueniens de monasterio suo, qui ipsi ecclesie deputabatur, senex integer et monachus a prima vita et, ut hic dicunt ascitis (...)*

(...) eis que correu a nosso encontro, vindo de seu mosteiro, o *presbítero* que era atribuído a essa igreja, velho íntegro, *monge* desde a juventude e, como aqui dizem, *asceta* (...)

Observe-se que ser “presbítero” não exclui também ser “monge” e “asceta”, ainda que o presbítero seja o chefe de uma comunidade cristã, mas também desempenhe as funções que hoje diríamos que são do Padre da Igreja.

(15)

40,1: *Et cum ceperit hora esse, iam omnis populus et omnes apotactite¹² deducunt episcopum cum ymnis usque ad Anastase.*

E quando começa a ser hora, imediatamente todo o povo e todos *apotactitas*¹³ escoltam o bispo com hinos até a Anástase.

¹² No manuscrito está escrito *apotactite* ao invés de *apotactitae*, demonstrando que o ditongo *-ae* se reduziu à vogal *e*. O mesmo acontece em *ecclesie* por *ecclesiae*.

¹³ Os *apotactitas* são os ‘renunciadores’ pela etimologia grega. Jejuavam frequentemente uma vez por semana, e comiam só uma refeição por dia.

(16)

- 24,1 *Nam singulis diebus ante pullorum cantum aperiuntur omnia hostia¹⁴ Anastasis¹⁵ et descendunt omnes monazontes et parthene, ut hic dicunt, et non solum hii, sed et laici praeter, viri aut mulieres, qui tamen uolunt maturius uigilare.*

De fato, em cada um dos dias, antes do canto dos galos abrem-se todas as entradas da Anástase e descem todos os *monazontes* e *partenas*, como aqui dizem, não só esses, mas também, além disso, homens e mulheres, que contudo desejam fazer vigília mais cedo.

Monazontes é um empréstimo do grego (*Μοναζοντες*), assim como *parthene* (*παρθένος*) e *monachus* (*μοναχός*). Além desta ocorrência, em 24,1, ocorre também em 24,12; 25,2; 25,6; 25,7 referindo-se aos monges de Jerusalém. Em 25, 12 refere-se aos monges de Belém e em 49, 1 aos da Mesopotâmia, Síria, Egito e Tebaida. Não se vê diferença entre *monazontes* e *monachi*, embora aquele se empregue apenas na segunda parte da obra. Essas duas palavras se empregam não só para designar aqueles que vivem na solidão, mas também àqueles que abraçaram uma vida em comum. Há uma diferença, entretanto, entre os *monazontes*, podem se referir aos dois sexos, e *parthene* que se empregam somente ao sexo feminino.

Voltando à palavra *populus*, cuja frequência é de cinquenta e quatro vezes, vê-se que não apresenta diferença de acepção semântica em relação à *plebs*, que aparece apenas três vezes no texto, tal como na ocorrência abaixo:

(17)

- 39,3: *Ipsis autem octo diebus paschalibus cotidie post prandium episcopus cum omni clero et omnibus infantibus, id est qui baptidiati fuerint, et omnibus, qui aputactitae sunt uiri ac feminae, nec non etiam et de plebe quanti uolunt, in Eleona ascendent.*

Nesses mesmos oito dias pascais, diariamente, após o almoço, o bispo,

¹⁴ *Hostia*, nesta ocorrência, tal como está escrito, parece ser a palavra latina que se traduz como “vítima” ou “sacrifício”. Trata-se aqui do plural de *ostium* “entrada” ou “porta”, escrito com “h”, num sinal de hipercorreção da autora (ou do copista). É interessante que os diversos editores filólogos não corrigiram esta palavra no texto.

¹⁵ Do gr. *ἀνάστασις* ‘ressurreição’; Igreja da Ressurreição ou Santo Sepulcro, construída por Constantino.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com todo o clero e com todos os neófitos, isto é, os que foram batizados, e todos os outros que são apotactitas, homens e mulheres, também quantos do povo querem, sobem ao Eleona.

Christianus também coincide com *populus*. É empregado a todos que possuem a fé cristã (17,2) e se opõe aos pagãos (*gentes*) (20,8):

(18)

17,2: *Nam mihi credat volo affectio vestra, quoniam nullus **Christianorum** est, qui non se tendat illuc gratia orationis, quicumque tamen usque ad loca sancta, id est in Ierusalimis, accesserit (...)*

Efetivamente, quero que me creia, Vossa Caridade, que não há nenhum dentre os cristãos que não almeje ir para lá para orar, pelo menos todo aquele que tenha se dirigido até os lugares santos, isto é, a Jerusalém (...)

(19)

20,8: *In ipsa autem civitatem extra paucos clericos et sanctos monachos, si qui tamen in civitate commorantur, penitus nullum Christianum inveni, sed totum **gentes** sunt.*

Todavia, nessa cidade (*sc.* a cidade de Carra, onde Etéria foi visitar as memórias de Abraão) exceto os poucos clérigos e santos monges, se é que porventura alguns moram na cidade, não encontrei quase nenhum cristão, mas tudo são *gentios*.

Vemos, no exemplo abaixo, que *fratres* e *sorores* coincidem com *Christiani* que, por sua vez, coincidem com *populi*:

(20)

47,4 *Lectiones etiam, quaecumque¹⁶ in ecclesia leguntur, quia necesse est grece legi, semper stat, qui siriste interpretatur **propter populum**, ut semper discant. Sane quicumque hic latini sunt, id est qui nec siriste nec grece nouerunt, ne contristentur, et ipsis exponitur eis, quia sunt alii **fratres et sorores** grecolatini, qui latine exponunt eis.*

Também as leituras, não importa quais sejam, são lidas na Igreja. Já que é necessário que sejam lidas em grego, sempre há alguém que <as> traduz para o siríaco¹⁷, *por causa do povo*, para que entendam sempre. Certa-

¹⁶ Observa-se aqui a perda do ditongo: *quaecumque* ao invés de *quaecumque*.

¹⁷ O siríaco é um dialeto do aramaico médio falado historicamente em grande parte do Crescente

mente todos aqueles que aqui são latinos, isto é, que não conhecem nem o siríaco nem o grego, para que não se entristeçam, também a eles próprios expõem-se <as leituras>, porque há outros *irmãos e irmãs* greco-latinos que expõem a eles em latim.

Segundo Bastiaenense, autor do livro mais importante sobre o vocabulário litúrgico dessa obra, no século III, o uso variava entre *populus* e *plebs* para designar a cristandade. O autor afirma que *populus* era o termo mais usado na África para designar a Igreja no seu conjunto, e *plebs* a comunidade particular. Em Roma, ao contrário, a comunidade particular era designada de preferência por *populus*. No caso de Egéria, ela se refere, usando esse termo, sempre à comunidade de Jerusalém.

Podemos resumir o que até aqui foi exposto: no relato de Egéria, o termo *populus* é empregado para designar o povo cristão; porém, outros termos também são usados para se referir ao povo cristão: *christiani, fratres, sorores, plebs, fideles*. Há também cargos e funções de pessoas da Igreja que não fazem parte do povo, como os catecúmenos, os monges, os presbíteros, os ascetas.

Observamos, no exemplo abaixo, que os irmãos (no texto *fratribus*) são os monges (*monachis*):

(21)

10,3: *Proficiscens ergo Ierusalima faciens iter cum sanctis, id est presbytero et diaconibus de Ierusalima et fratribus aliquantis, id est monachis, peruenimus ergo usque ad eum locum Iordanis, ubi filii Israhel transierant, quando eos sanctus Iesus, filius Naue, Iordanem traiecerat, sicut scriptum est in libro Iesu Naue.*

Fértil, região que compreende os atuais Israel, Cisjordânia e Líbano bem como partes da Jordânia, da Síria, do Iraque, do Egito, do sudeste da Turquia e sudoeste do Irã. Surgido por volta do século I d.C., o siríaco clássico se tornou um dos principais idiomas literários em todo o Oriente Médio, do século IV ao VIII, e foi a língua clássica de Edessa, conservada num grande *corpus* de literatura siríaca. Tornou-se o principal veículo da cultura e do cristianismo ortodoxo oriental, espalhando-se por toda a Ásia, chegando até Malabar e a China oriental. Foi um importante meio de comunicação e disseminação cultural entre os árabes e, em menor escala, os persas. Primordialmente um meio de expressão cristão, o siríaco teve uma influência cultural e literária fundamental no desenvolvimento do árabe, que o substituiu na região no fim do século VIII. O siríaco continua a ser a língua litúrgica do cristianismo siríaco. Escrito no alfabeto siríaco, derivado do alfabeto aramaico, o siríaco pertence ao ramo ocidental da família linguística semita (Beyer, Klaus; John F. Healey (trad. para o inglês). *The Aramaic Language: its distribution and subdivisions*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986).

Partindo, portanto, de Jerusalém, fazendo o caminho *com os santos*, isto é, *com um presbítero* e diáconos de Jerusalém e muitos *irmãos*, isto é, *monges*, chegamos pois até aquele lugar do Jordão onde os filhos de Israel atravessaram quando o santo Josué, filho de Nave, os fez passar o Jordão, assim como está escrito no livro de Josué de Nave.

A palavra *diaconus* vem do grego *διάκονος* e significa ‘assistente’, ‘alguém que serve à mesa’ (Jo. 2,5,9). Os cristãos escolhidos pelos apóstolos para servir os pobres da Igreja de Jerusalém (At 6,1-7) foram chamados “diáconos”. Logo após, esses diáconos começaram a se dedicar à pregação do evangelho, sendo auxiliares dos bispos junto às jovens comunidades cristãs. Do ponto de vista morfológico, Egéria alterna a declinação dessa palavra entre a segunda e a terceira declinação. Na passagem 24,1 e em 10,3 a palavra segue a flexão da terceira declinação. Ao contrário, nas passagens 24,6 *Et at ubi diaconus perdixerit omnia quae dicere habeat* e 24,5 *Et diacono dicente (...)* a flexão pertence à segunda declinação.

É digno de menção, no trecho 10,3, o emprego da palavra *sanctis*, pois se refere ao presbítero e diáconos (*presbytero et diaconibus*). De fato, na *Peregrinatio* a palavra *sanctus* adquire um sentido mais restrito em comparação ao seu uso inicial, no qual *sancti* eram os fiéis servidores de Deus, os cristãos, porque pelo batismo foram consagrados a Cristo (*Rm* 1,7; 1 Cor 1,2) para viver uma vida nova (*Rm* 6,3-14). Ilustremos essa acepção com mais um exemplo:

(22)

7,2: *In eo ergo itinere sancti, qui nobiscum erant, hoc est clerici vel monachi, ostendebant nobis singula loca, quae semper ego iuxta scripturas requirebam.*

Nesse percurso, pois, os *santos* que estavam conosco, isto é, *clérigos* ou *monges*, mostravam a nós cada um dos lugares que eu sempre requeria, conforme as escrituras.

Na *Peregrinatio*, a hierarquia da Igreja é a seguinte: *episcopi, presbyteri, clerici – archidiaconi, diaconi (subdiaconi), ascites – confessores, monachi – monazotes*. Os *fratres* pertenciam ou não ao clero; os *apudactitae* podiam ser homens – pertencentes ou não ao clero – ou mulheres; havia ainda os *hebdomadarii*, as *sorores* – monjas ou leigas – e todos os outros *laici*.

3.7. Considerações finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi mencionar as especificidades em relação ao vocabulário utilizado para designar o povo cristão e as funções das pessoas que faziam parte da Igreja, na obra “Peregrinação de Etéria” ou “Itinerário de Egéria”. Deixamos de nos referir a muitos outros vocábulos que dizem respeito à terminologia litúrgica, como a terminologia utilizada na prece, no ofício litúrgico, na catequese etc. Informações a esse respeito fazem parte das notas de crítica histórico-literárias, presentes na edição crítica da obra.

Convém que se diga que as funções da Igreja e a designação dos seus membros não estavam totalmente estabelecidas no século IV, período em que foi escrita essa narrativa de viagem. Esperamos, todavia, que dentro das limitações deste trabalho, tenhamos conseguido dar uma ideia das palavras mais usadas no cotidiano da liturgia, em relação ao povo cristão e aos membros do clero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, A. *Itinerario de la virgen Egeria (381-384)*. Madrid: 1980 (*Biblioteca de Autores Cristianos*, 416)

BASTIAENSEN, C. M. *Observations sur le vocabulaire liturgique dans l'itinéraire D'Égérie*. Utrecht: Dekker & Van de Vegt. N. V. Nijmegen, 1962. (*Latinitas Christianorum Primaeva*, 17)

Biblia de Jerusalém: nova edição, revista e ampliada. 8ª impr. São Paulo: Paulus, 2012.

WEBER-GRYSON. *Biblia Sacra Vulgata*. 5. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2008.

BLAISE, Albert. *Dictionnaire latin-français des auteurs chrétiens*. Turnhout: Brepols, 1954.

CODEX Arretinus 405.

GINGRAS, George E. *Egeria: diary of a pilgrimage*. Mahwah (New Jersey): The Newman Press, 1970. (*Ancient Christian Writers*, 38)

HAVET, Louis. *Règles pour éditions critiques*. Paris, s.d.

LÖFSTEDT, Einar. *Commento filologico alla “Peregrinatio Aetherae”*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Bolonha: Pàtron, 2007. (Tradução italiana do original em alemão, de 1962)

MARAVAL, Pierre. *Égérie, Journal de voyage*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2002. (*Sources Chrétiennes*, 296)

PÉTRÉ, H. *Éthérie, Journal de Voyage*. Paris: 1948 (*Sources Chrétiennes*, 21)

PRINZ, O. *Itinerarium Egeriae (Peregrinatio Aetheriae)*. Heidelberg: 1960.

**INTERNET E GÊNEROS DIGITAIS:
UM ESTUDO SINCRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Matheus Seiji Bazaglia Kuroda (USC)
msbkuroda@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discutir como a internet e as novas tecnologias acabaram influenciando no aspecto sincrônico da língua portuguesa, gerando novos processos de alterações morfofonêmicas. Para tal, visa-se analisar o idioma como produto de uma manifestação cultural, que se molda de acordo com as demandas do homem e da sua capacidade de comunicação e interação. Assim, observa-se, pela relação entre cultura e língua, a problemática que envolve o ensino e tecnologia, bem como a necessidade, em tempos atuais, da interação entre eles.

Palavras-chave: Internet. Língua. Metaplasmos.

1. Introdução

A língua portuguesa está vivendo um momento singular desde a sua existência, quando ainda era considerada a última flor do Lácio. Há um grande debate a respeito do atual tratamento do idioma, principalmente no seu uso e funcionamento. De um lado, teóricos da gramática associam, de forma equivocada, a linguagem culta como uma totalidade da língua, desconsiderando seu caráter multissistêmico. Em oposição, linguistas atuais consideram que toda manifestação linguística é importante, independentemente do nível de formalidade.

Ao analisar um ambiente cujas tecnologias reafirmam a globalização, os gêneros virtuais ganharam espaço e se difundiram. Em consequência, levantou-se um novo debate a respeito da inserção dos recursos tecnológicos na educação.

Tendo isso em vista, discutiremos, ao longo deste artigo, como a cultura da internet atingiu (e vem atingindo) a língua portuguesa e moldou o comportamento humano. Além disso, levantaremos a questão da inserção das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando os limites e as possibilidades entre eles, principalmente no ensino da língua portuguesa.

2. *A cultura virtual*

Na atualidade, as mídias e os meios de comunicação estão fornecendo uma exponencial gama de informações. Essas informações, que se manifestam como formas de textos, acabam provocando um choque de sentidos no interlocutor. Como reflexo de uma sociedade construída sob os ideais capitalistas, a dinamicidade e o fluxo de conhecimento são características marcantes; evidências facilmente encontradas no dia a dia, principalmente quando se analisa, nas ruas, a inúmera quantidade de outdoors com propagandas – muitas vezes carregando uma mensagem subliminar.

Para tal, Pierre Lévy (1996) desenvolve os termos cibercultura e ciberespaço e, posteriormente, aplica esses conceitos à política (ciberdemocracia). O francês acredita em uma mutação cultural provocada pelo avanço das tecnologias. Tendo três pilares essenciais como alicerce dessa “nova cultura” – educação, informação e interação –, a internet passa a ser vista como um espaço autônomo e aberto, de diálogo e reflexão. A *cibercultura* é, nesse contexto, uma grande fonte de conhecimentos. Cabendo, assim, ao seu usuário, a responsabilidade de filtrar essas informações, escolhendo as fontes mais confiáveis, categorizando e criando uma espécie de “biblioteca pessoal”.

Ainda, retomando os aspectos políticos, esse espaço permite a liberdade de voz, pois qualquer pessoa que tem acesso às tecnologias pode expressar seus pensamentos e produções artísticas, criando *blogs*, ou *sites* na *internet*.

Esse novo ponto de vista, que pretende enxergar o mundo de forma holística, representou um marco na história da língua portuguesa, pois se criou um ambiente virtual propício para que surgissem novos fenômenos linguísticos. A internet vem fornecendo diversas informações, sobre tudo e sobre todos. Diariamente, notícias, teses científicas, descobertas, fofocas ou até mesmos acontecimentos mais inusitados são divulgados pelas mídias, em um processo de globalização e redução de espaços.

O homem contemporâneo, de característica autônoma e influenciado pelos signos que recebe como interlocutor de textos, mesmo que de forma passiva, se adapta a esses moldes sociais. Logo, nesse contexto, o uso da língua, como aspecto da comunicação verbal humana, acabou sofrendo alguns fenômenos curiosos.

É o que se observa, por exemplo, na linguagem utilizada na internet. Com um cunho informal e com uma escrita “apressada”, este tipo de variação do idioma sofre preconceito linguístico, sendo vista como uma forma errada de ser falar o português. Há, por outro lado, quem considere o “internetês” como outra língua distanciada da língua portuguesa. Pode-se dizer que essa manifestação linguística é apenas uma variação da norma padrão, que, utilizada dentro de seu contexto, não representa uma abominação ou algo a ser repudiado. A gramática, pois, é e não é uma totalidade da língua.

Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo ... Também a gramática não é a língua. A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela da norma culta (BAGNO, 1999, p. 9).

A linguagem utilizada na internet é muito frequente em sites de relacionamentos, entre os quais vale citar o *Orkut* e o *Facebook*, além dos programas de comunicação instantânea e vídeos como o *Messenger*, o *Skype* e o extinto *ICQ* – bem como as mensagens enviadas pelos celulares. Porém, é um senso comum atribuir o início do “internetês” aos *chats* de bate-papo, nas quais os jovens, do final da década de 90, utilizavam para conhecer outras pessoas de lugares distantes, estabelecendo um vínculo virtual.

Nesta perspectiva, afirma Soares (1997) que,

O maior instrumento da globalização cultural na sociedade tem sido certamente o conjunto das redes de comunicação de massa. A abrangência, extensão e eficácia dessas redes estão na raiz das maiores transformações na virada do século.

A globalização é proveniente da grande expansão das tecnologias modernas, entre outros motivos.

3. Uma nova variante da língua

Como já foi dito, adequado em um ambiente voltado às novas tecnologias, surgiu um novo tipo de comunicação social: a variante virtual ou “internetês”. Em outras palavras, ela se apresentou como uma variante da língua (baseada na fala) que atendesse às demandas propostas por esse novo tipo de comportamento humano, na qual o homem passa a ser muito mais dinâmico e interativo em suas atividades. A língua nada mais é do que uma fonte de interação e comunicação.

Foi sendo percebidas, desde então, uma série de fenômenos linguísticos que se estendem aos estudos do léxico e da terminologia. A variação terminológica nada mais é do que uma resposta às demandas sociais. Assim, em situações de uso, o léxico da língua acabou sofrendo modificações significativas: usa-se uma linguagem mais acessível e isenta de regalias ou formalismos.

Neste sentido, o desenvolvimento e a utilização da Internet acabaram produzindo, entre seus usuários, uma linguagem própria, repleta de termos típicos, ou seja, todo usuário, de uma maneira ou de outra, acaba compreendendo o conjunto da rede e os termos que determinam seu conteúdo e funcionamento. As expressões, no campo da lexicologia e da terminologia, ultrapassam o contexto cibernético e representam um fator concreto da globalização (GALLI, 2010).

Surge, então, uma variante da língua portuguesa que se efetiva na globalização, representando como um padrão linguístico unificado pelos falantes que utilizam a *internet*. Em um processo de interferências, a evolução dos processos comunicativos depende do avanço tecnológico – é evidente a mutação que a língua vem sofrendo, principalmente se for analisar a progresso exponencial do campo científico.

Inserido em um ciberespaço, o homem cria uma série de recursos linguísticos para suprir suas necessidades de fala e interação. A globalização permitiu que se desenvolvesse uma linguagem universal, fazendo que as informações regionais circulassem pelo mundo. Ainda, mediante a tal contextualização, o campo lexical da língua portuguesa vem sofrendo grande expansão. A *internet*, da mesma forma que disponibiliza informações prontas, tem contribuído, de forma contraditória, para o aspecto criativo e produtivo de seus usuários; o que também afeta a língua na sua estilização.

A dinâmica do comportamento humano, ditada pelo ritmo frenético das mudanças tecno-científicas, tem atingido diretamente as ações linguísticas e, conseqüentemente, vem produzindo criações lexicais e terminológicas inéditas. A informática é uma das áreas de inovação tecnológica que mais tem contribuído para o surgimento de neologismos (MARCUSCHI & XAVIER, 2004, p. 8).

A criação de neologismo é um exemplo nítido da influência do mundo global no jogo quiasmático entre cultura e língua. Na medida em que há um intercâmbio entre costumes e práticas culturais diferentes (principalmente na *internet*), aumentam as possibilidades de empréstimos linguísticos ou da criação de novos vocábulos. Ainda, pela agilidade no processo de comunicação, é comum algumas palavras sofrerem processo

de composição.

Porém, a maior problemática que remete ao uso do “internetês” se deve à escrita. A língua sempre está em processo de mutação, mas, em tempos atuais, ela vem apresentando novos fenômenos que têm instigado os estudiosos da área: a atividade humana sempre acompanha o modo como o homem encara a linguagem. Logo, a tendência atual é enaltecer a oralidade sob as normas da escrita.

Da mesma forma que há uma linearidade na produção oral representada por um *continuum*, na qual os vocábulos formais se adequam em vocábulos fonológicos, as palavras sofrem processos de composição, unindo-as da mesma forma que se unem os sons.

Na fala, a produção e a recepção acontecem de forma instantânea e consequencial – mas não estática e maniqueísta¹⁸. Por esse motivo, a linguagem da internet visa uma escrita voltada às normas da produção oral, justamente por ela ter as mesmas características – ao conversarmos, as mensagens são recebidas de imediato; enquanto um texto escrito ou formal, pode ser caracterizado como temporal –, não lido de forma consequencial, mas sim programada pelo leitor.

Além disso, a escrita da *internet* prega a concisão, que, para deixar a interação mais rápida e dinâmica, utiliza-se uma linguagem abreviada, sendo que algumas palavras sofrem quedas de letras ou até mesmo de sílabas. É uma tendência atual que afeta a língua no seu aspecto sincrônico, o que causa novos processos de metaplasmos.

Coutinho (1974, p. 13) conceitua metaplasmos como modificações fonéticas sofridas pelas palavras por meio de sua evolução histórica. “Essas transformações não se deram por acaso, não foram produzidas pela moda ou capricho, mas obedeceram a tendências naturais, a hábitos fonéticos e espontâneos”. Os fonemas constituem o material sonoro da língua. Este material está sujeito à lei das transformações fonéticas. Essas mudanças são motivadas pela permuta, troca, acréscimo ou supressão de fonemas, bem como a transposição da posição do fonema ou do acento tônico. “É que cada geração altera inconscientemente, segundo as suas tendências, as palavras da língua, alterações essas que se tornam perfei-

¹⁸ Charaudeau (2008), em “Discurso e Leitura: modos de organização”, diz que existem dois momentos na atividade discursiva: Produção e Recepção, nos quais os sujeitos necessitam desenvolver competência linguístico-situacional.

tamente sensíveis, só depois de decorrido muito tempo” (COUTINHO, 1974, p. 143).

Em uma conversa de *chat* ou mensagens instantâneas, por exemplos, são dispensáveis os formalismos e a escrita normativa. Preza-se apenas o significado, independente do seu significante. Logo, as palavras são escritas de forma que remetam à oralidade.

Exemplo 1:

Vc tah aí? (Você está aí?) – Nessa expressão, em “tah”, ocorre a redução vocábular, ocasionada pela aférese da primeira sílaba. Além disso, há o acréscimo do “h” em substituição do acento agudo.

Exemplo 2:

Eu to bm. (Eu estou bem) – Ocorre uma redução do verbo “estou”, pela aférese da primeira sílaba, concomitante com uma monotongação na sílaba final (ou > o). Ainda, em “bm”, ocorre a síncope da vogal “e”.

Assim, vale analisar os metaplasmos que, nos estudos sincrônicos, ocorrem neste tipo de uso da língua.

- Tudo > td – Síncope da vogal /u/; apócope da vogal /o/.
- Você > vc – Síncope da vogal /o/; apócope da vogal /e/.
- Hoje > hj – Síncope da vogal /o/; apócope da vogal /e/.
- Cadê > kd – Síncope da vogal /a/; apócope da vogal /e/.

É comum, nessas escritas, a queda de todas as vogais, o que torna os vocábulos mais próximos da oralidade. Em alguns casos, as letras são trocadas, por assimilação, de acordo com os sons que produzem: cadê > kd, porque pronuncia-se /ka'de/, no qual o fonema /k/ é representado pelo grafema “c”.

Monteiro (2002, p. 193) diz que essas palavras se assemelham com siglas. As siglas são signos acrossêmicos, isto é, quando a sequência de fonemas não se organiza em padrões silábicos próprios da articulação das palavras portuguesas, não se tem um vocábulo autônomo. Por outro lado, a escrita abreviada, se com caráter de ideograma, não constitui processo de formação de vocábulos, pois “numa acrografia, a letra não vale pelo fonema que costuma representar, mas como símbolo da palavra que evoca”. Assim, de acordo com Laucas (2004 *apud* MONTEIRO, 2002) os exemplos das palavras acima apresentam um misto de acrossemia e acrografia.

A ampliação vocabular também é muito frequente. É o que acontece, por exemplo, no acréscimo da letra “m” no final de ditongos nasais: Não > naum – acréscimo da grafia “m”, como ressonância nasal, seguido da metafonia o > u.

Tendo a oralidade como base dessas mudanças morfofonêmicas, vale citar alguns casos curiosos e bem recorrentes da linguagem utilizada na internet:

- **Aférese:**

Amor > mor – aférese da vogal /a/.

Imagina > magina – aférese da vogal /i/.

Esse tipo de metaplasmos se explica pelo fonema ser uma vogal inicial pretônica desapoiada, por causa da força expiratória que se dá à consoante seguinte, uma tendência que ocorre na língua desde a sua evolução do latim.

3.1. Síncope:

Bem > bm – queda da vogal “e”.

Falei > flei – queda da vogal “a”.

Casa > ksa – queda da vogal “a”.

De modo geral, as vogais estão mais propícias à quedas.

3.2. Apócope:

Comer > come – apócope da consoante /r/

Andar > anda – apócope da consoante /r/

Nesses casos acima, existe a supressão do fonema final “r”, que morfologicamente indica o verbo no seu estado infinitivo. Em seu uso, na *internet*, existem ocorrências de jovens que eliminam essa desinência do vocábulo; muitas vezes dizemos /ko'me/ em vez de /ko'mer/. O que define a classificação do verbo é, então, a posição da sílaba tônica.

3.3. Metafonia:

Menino > minino – e > i = metafonia.

Bonita > bunita – o > u = metafonia.

Resolvendo > resolvendu – o > u = metafonia.

3.4. Monotongação:

Pouco > poco – ou > o = monotongação.

Chorou > choro (/ʃo'ro/) – ou > o = monotongação.

3.5. Ditongação:

Dente > deinte – e > ei = ditongação.

Gente > geinte – e > ei = ditongação.

3.6. Assimilação:

Quieto > keto – qu > k = assimilação

Cadê > kd – ca > k = assimilação.

O assimilador não se encontra na grafia, mas sim na fala: o fonema /k/.

4. *Língua e Internet: reflexões sobre o ensino da língua*

As leis do ensino e os seus regimentos sempre estiveram organizados de acordo com as exigências sociais. Com o avanço desenfreado das tecnologias e com o desenvolvimento das mídias, surgiu uma sociedade dinâmica, que vem expandindo os níveis de conhecimento e estabelecendo novas dimensões. Para tal, criou-se um ambiente virtual atraído por uma cibercultura, fazendo com que as pessoas entrassem em contato como esse novo mundo globalizado, repleto de informações, e interagindo com ele. Nessa ambientação, é discutido um novo tratamento para o uso da língua.

Segundo Pierre Lévy¹⁹, com a evolução da humanidade, a necessidade da interação entre *cibercultura* e educação passou a ser de extrema importância. Nos dias de hoje, as instituições de ensino, com a acessibilidade às ferramentas da informática, provocam uma interatividade global e, conseqüentemente, uma inteligência coletiva necessária. Os seres humanos vivenciam uma era demarcada pelo dinamismo, na qual as mudanças atuais contribuem para o desenvolvimento do sistema cognitivo dos estudantes.

Durante muito tempo, a educação brasileira esteve inerte às mudanças sociais, oferecendo um ensino autoritário e sem significado ao aluno. Tal tendência permaneceu na ativa durante muitos anos, fazendo com que essa cultura se enraizasse no comportamento dos cidadãos brasileiros. As linguagens que se contextualizavam fora da norma padrão da língua acabavam sendo vistas como um modo errado de se falar o português.

Esse tipo de pensamento esteve à frente de toda metodologia de ensino de língua portuguesa. O objetivo da educação – que utilizava gramáticas tradicionais como recurso de apoio – era formar pessoas conhecedoras da norma padrão, desconsiderando o uso das linguagens e seus coloquialismos. Mas, com as novas ideias, discute-se a dinamização do ensino, de caráter mais liberal e construtivista, voltado a suprir as demandas e aos ansieis da sociedade.

Mesmo com todos os avanços nítidos, ainda existem estudiosos conservadores que repudiam a linguagem utilizada pelos internautas. Alguns linguistas, jornalistas, políticos ou até mesmo alguns professores da área de língua portuguesa acreditam que o “internetês” funciona como uma espécie de corrupção à norma culta; alega-se, pois, segundo os mesmos, que os alunos chegam à escola infectados por inúmeros vícios, entre os quais estão as gírias e abreviações.

Por outro lado, teóricos atuais e linguistas que prezam a língua, não somente no seu aspecto normativo, acreditam que toda manifestação linguística é fundamental, pois ela representa uma parte significativa da cultura de uma comunidade falante. Afinal, a língua viva é a língua usada no dia a dia. Para os mesmos, é capital que o aluno saiba a normativa,

¹⁹ Palestra proferida por Pierre Lévy no III Simpósio Internacional de Linguagens Educativas: “Educação, Mídia e Cultura”, em Bauri, em nove de março de 2010.

mas também é necessário que ele saiba que existem outras variantes que não a padrão.

De certa forma, esse debate coloca em conflito duas perspectivas: uma caracterizada pelo seu caráter tradicional; outra que se coloca como renovadora, a ponto de ocasionar uma subversão do ensino da língua. Em outras palavras, existe uma dualidade manifestada pela cisão entre passado e presente, representada respectivamente pelos estudos gramaticais ou pela teoria da variação linguística.

5. *Considerações finais*

São visíveis as mudanças que esse novo ambiente vem provocando no formato da cultura, principalmente na língua. Como já foi explicada, a grafia ou a forma de escrita das palavras vem sofrendo mutações significativas. Existe uma tendência com a preocupação do significado, independente do significante. Em outras palavras, o homem atual se preocupa apenas em construir enunciados entendíveis – independe da forma com que as palavras são escritas, o importante é que a mensagem chegue até o seu receptor.

Observe-se que ortografia designa sistema normativo que gerencia o processo da grafia da língua no uso padrão com vistas a neutralizar os fatos fonomórficos decorrentes da variação linguística e garantir uma compreensão ampla dos textos verbais escritos no mundo lusófono, como é o nosso caso. Logo, escritas emergenciais, apressadas, secretas, cifradas, etc. são possibilidades que sempre existiram e existirão na grafiação das línguas. Contudo, os equívocos sociais, culturais e educacionais vêm pressionando a inserção dessas escritas nas classes de língua portuguesa, sob a alegação de que já é uma realidade irreversível e que a escola não pode ignorá-la (SIMÕES, 2008).

Língua e *internet* nada mais são do que duas das principais manifestações culturais que o homem utiliza em seu cotidiano. É uma junção entre o que a sociedade foi (em termos de língua) em relação àquilo que ela passou a ser, definindo a situação real da organização do mundo e da existência humana.

Antigamente utilizava-se de regras como metodologia de ensino. Mas com o desenvolvimento tecnológico, foi possível criar um conceito novo de interação; ideia essa que abrangeu dois campos que, ao longo de suas existências, andaram de lados opostos, a educação e a *internet*. São visíveis as significativas mudanças educacionais e culturais decorrentes dos últimos tempos, pois alunos e professores passaram a ter uma vasta

concentração de informações quase que instantâneas.

O aluno pode usar a linguagem da internet tanto que esteja adequada àquele contexto, mas, em sala de aula, é necessário que saiba usar a língua padrão. Ou seja, um sujeito de competência linguística não é somente aquele que domina a normativa, mas sim que saiba utilizar a língua (e suas variantes) de acordo com a situação ou nível de formalidade que determinado contexto exige.

Se inserido no ambiente virtual, é correto dizer “vc tah bm”. Mas, se estou entre as quatro paredes de uma sala de aula, ou se estou com um lápis sobre um papel, é fundamental que eu escreva: “Você está bem”. Por outro lado, mesmo na escola, em situações informais, eu posso escrever de outras maneiras que não a padrão. Independente da forma de escrita ou da fala, o importante é que eu saiba a norma culta. Afinal, manter uma linguagem culta em determinadas situações também é falta de competência linguística, o que gera um estranhamento.

O universo está passando por grandes revoluções e, nesse conjunto, a internet não deve ser vista como algo imóvel (somente de dados). O mundo está no início de uma nova grande mudança cultural, baseado na busca e no intercâmbio do saber. A interatividade entre a tecnologia e a educação deve existir, pois possibilita o desenvolvimento das capacidades intelectuais do ser humano e aperfeiçoa as funções cognitivas (raciocínio, memória, interpretação etc.).

É necessário, então, que o professor, consciente do seu papel de formador de opiniões, seja crítico o suficiente para aceitar toda bagagem que o aluno carrega. É preciso saber lidar com os mais variados tipos de linguagem, seja ela culta ou não, normativa ou virtual. Ou seja, o linguajar dos internautas não deve ser visto como uma variante digna de repensão; necessita-se reavaliar a verdadeira função da educação nacional.

Toda manifestação linguística é importante e fonte de estudos. A língua sempre está em movimento; ignorar as suas tendências significa rejeitar a costumes de seu povo, pois ela é nada mais do que um produto cultural (criado pelo homem), que se renova de tempos em tempos, de acordo com as nossas demandas sociais ou interacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 21. ed.

São Paulo: Loyola, 1999.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Linguagem da Internet: um meio de comunicação global. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 147-164.

LAUCAS, Giannina. *A interação e a construção da linguagem em rede: uma análise das ocorrências morfossintáticas do português no "chat"*. UERJ, 2004.

LÈVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

SIMÕES, Darcilia. A filologia e o ensino da língua nacional em tempos de internet. In: *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 884-888. Disponível em:
<http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_231.pdf>.

SOARES, D. A Globalização numa perspectiva sociocibernética. *Revista Contracampo*, nº 1. Mestrado da UFF, jul/dez/1997. Disponível em:
<<http://www.uff.br/mestcii/cc2.htm>>.

**MANIFESTAÇÃO DE DIGRESSÕES
NO EVENTO COMUNICATIVO
“AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA”**

Juliely Veiga Gomes (UFV)

julielyveiga@gmail.com

Wânia Terezinha Ladeira (UFV)

wania.ladeira@ufv.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as ocorrências de digressões no evento comunicativo “Aula de Língua Portuguesa”. Os conceitos teóricos que nortearam a realização do trabalho são pertencentes ao campo da análise da conversa etnometodológica. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, empregou-se basicamente a gravação em áudio, a transcrição seguindo o modelo de transcrição de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e a observação participante. Deve-se lembrar de que esses recursos foram aplicados em aulas de língua portuguesa de uma turma de nono ano do ensino fundamental. A partir da realização do trabalho, observou-se que as digressões fazem parte do contexto da sala de aula e, além disso, percebeu-se que a professora não é capaz de prever integralmente a aula. Isso se justifica pelo fato de que os alunos podem gerar ou provocar o surgimento de digressões que podem virar até mesmo tópicos digressivos, fazendo com que haja interferência no planejamento feito pela professora em relação à aula, já que muitos desses tópicos não eram aguardados por ela.

Palavras-chave: Digressão. Fala em interação. Tópico discursivo.

1. Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa cujo interesse é voltado para a análise de tópico discursivo no ambiente educacional. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo examinar a ocorrência de digressões de tópico em sala de aula e observar também quais ocasiões são propícias para o surgimento das mesmas no contexto escolar.

Desse modo, conta-se com o auxílio de teorias pertencentes ao campo da análise da conversa etnometodológica. Segundo Garcez (2011), essa linha teórica tem caráter sociológico, já que se preocupa com o estudo das atividades sociais humanas realizadas dentro de um espaço e de um período real.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho é de caráter qualitativo, já que se tem como interesse analisar, refletir e interpretar a

fala em interação em aulas de língua portuguesa ministradas para alunos do nono ano do ensino fundamental. Além disso, utilizou-se métodos como a gravação de aulas, observação e a transcrição das mesmas, o que permitiu um contato maior com o ambiente e com os indivíduos da interação.

A partir desse trabalho, busca-se compreender melhor o funcionamento do evento aula de língua portuguesa em uma escola de nível fundamental do Espírito Santo, pois acredita-se que esse tipo de trabalho, voltado para a análise de fala em interação no ambiente escolar, pode contribuir significativamente para o entendimento de situações em sala de aula que tenham sido ou não bem sucedidas.

2. Referencial teórico

A partir de agora será possível conhecer os conceitos teóricos básicos que nortearam a realização deste trabalho. Desse modo, primeiramente serão apresentados os pressupostos principais defendidos pela análise da conversa, que corresponde à linha teórica adotada na pesquisa. Posteriormente, serão abordados os conceitos de tópico discursivo e suas propriedades (centração e organicidade), já que este conceito influenciou diretamente na análise das digressões, tendo em vista que para isso é necessário conhecer como se dá a organização tópica do *corpus* escolhido. Finalmente, será abordado o conceito de digressão e algumas das suas principais peculiaridades.

2.1. Análise da conversa

A análise da conversa defende que interações do dia a dia, de caráter institucional ou não, são organizadas e, portanto, passíveis de serem estudadas na perspectiva científica. Gumperz (1982), segundo Marcuschi (2005), acredita que a cooperação dos falantes influencia intensamente na conversa e, portanto, ultrapassa os limites meramente linguísticos. Nesse caso, pode-se dizer que “as decisões interpretativas dos interlocutores decorrem de informações contextuais e semânticas mutuamente construídas ou inferidas de pressupostos cognitivos, étnicos e culturais, entre outros” (MARCUSCHI, 2005, p. 7).

A organização de tomada de turnos é um dos temas centrais quando se pensa em análise da conversa. Ela foi elaborada levando-se em conta o fato de as regras para a alocação de turnos serem livres de con-

texto e sensíveis ao contexto. Isso significa que a conversa sempre ocorre em alguma situação real de comunicação, porém as regras de organização de tomada de turnos não são distintas em cada tipo de contexto interacional. Então, deve-se pensar que elas ocorrem semelhantemente nos variados contextos comunicativos em que há alocação de turnos, lembrando que, em cada situação, as regras de tomada de turno vão se adaptar de acordo com as particularidades do contexto. Assim, a organização de tomada de turno não se refere a nenhum contexto específico, pois ela captura as propriedades gerais mais importantes da conversa (SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, 2003).

Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) sugerem um conjunto de regras que descreveriam como os turnos são alocados em lugares relevantes de transição:

- REGRA 1:** a) Se o falante corrente identificou e selecionou o próximo falante, então esse falante deve tomar o turno naquele lugar;
- b) Se não houve nenhuma seleção, qualquer falante pode se autosselecionar no ponto de relevância transicional;
- c) Se não houve seleção de próximo falante, então o falante corrente pode continuar falando em outra unidade de construção de turno.

REGRA 2: Qualquer que seja a opção operacionalizada, as regras 1 a-c entram em vigor novamente no próximo lugar relevante de transição.

Através desse conjunto de regras pode-se perceber inúmeras práticas de tomada de turnos, envolvendo quaisquer número de participantes, conjuntos de relações, contextos e tópicos. Desse modo, obtêm-se regras que revelam um conjunto de práticas normativas através das quais os participantes de uma interação realizam a tomada de turnos ordenadamente. Essas regras, segundo Hutchby e Wooffitt (1998), são descrições de práticas através das quais os participantes exibem uma orientação para a ocasião local da tomada de turnos em conversa cotidiana ou em contexto institucional.

2.2. O tópico discursivo e suas propriedades

O tópico discursivo pode ser compreendido como “aquilo acerca do que se está falando” (BROWN & YULE, 1983 *apud* FÁVERO, 1993,

p. 38). Além disso, ele é resultado de um processo cooperativo construído pelos integrantes de uma determinada interação e, portanto, seu sentido é elaborado no momento da atividade interativa, levando-se em conta elementos e conhecimentos que estão ligados ao contexto da interação.

Jubran *et al* (2002) expõe de forma muito clara que a conversa é uma atividade organizada e desenvolvida com base na troca de turno de pelo menos dois falantes, sendo que esse evento comunicativo é resultado de um processo de colaboração entre os dois interlocutores, já que o turno seguinte é relevante para o anterior. Outro ponto que os autores abordam é a interdependência entre os turnos dos falantes, fato que está relacionado com a preocupação de promoverem uma conversa entrosada e, para isso, é preciso que eles mantenham em comum um tópico discursivo.

Um conceito importante de ser tratado quando o assunto é tópico discursivo refere-se ao fato de que para se conversar sobre algum tópico é fundamental a existência de uma “interação centrada” (GOFFMAN, 1981, *apud* LADEIRA, 2008, p.182), ou seja, deve haver a concentração de ambos os interlocutores em um mesmo assunto, lembrando que isso dependerá principalmente da finalidade dos integrantes da conversa. Assim sendo, pode-se relatar que essa propriedade relaciona-se com o conceito de centração que é definido como sendo “o falar-se acerca de alguma coisa, implicando a utilização de referentes explícitos ou inferíveis (...). A centração norteia o tópico de tal forma que, quando se tem uma nova centração, tem-se um novo tópico” (FÁVERO, 1993, p. 40).

De acordo com Jubran (2006), a centração é regida por três princípios: concernência, relevância e pontualização. O primeiro deles refere-se à dependência dos enunciados de uma dada interação em relação ao aspecto semântico, sendo que isso se dá em torno de um conjunto de objetos do discurso (foco da interação); a relevância refere-se ao destaque atribuído a esse conjunto de objetos do discurso; e, por fim, a pontualização diz respeito ao local em que se encontra esse conjunto na interação.

Seguindo Jubran (2006), a organicidade, que é a segunda propriedade do tópico, se dá no plano hierárquico e no plano linear. O primeiro se caracteriza pela presença de supertópicos e subtópicos que são classificados levando-se em consideração o alcance do assunto. Já o segundo está associado às relações intertópicas, isto é, são as relações estabelecidas entre os tópicos vizinhos ou as interposições de tópicos distintos que acabam interferindo na linearidade do discurso. Desse modo, o plano li-

near está relacionado com a maneira pela qual o tópico se organiza na linha discursiva.

2.3. Digressão

Fávero (1993) define digressão de forma muito clara e simplificada como sendo “uma porção de conversa que não se acha diretamente relacionada com o tópico em andamento” (FÁVERO, 1993, p. 50). A partir do momento que se pensa em digressão é fundamental que o analista se atente para a conversa com o intuito de observar se o desvio tópico provocou mudança tópica, desenvolvimento espontâneo ou digressão. Desse modo, uma mudança tópica pode ocasionar um abandono do tópico que estava em andamento ou ele pode ser introduzido novamente.

Para Fávero (1993, p. 51), no contexto interacional “há uma constante flutuação dos tópicos discursivos”, sendo que ela não deve ser compreendida como sinônimo de incoerência, já que a conversa apresenta um caráter ativo e isso faz com que os falantes percebam que os tópicos possuem um conjunto de “relevâncias”, isto é, um conjunto de tópicos distintos que vão se modificando e/ou alternando no decorrer da conversa.

Dascal e Katriel (1982), citados por Fávero (1993), propõem a classificação das digressões em três tipos:

(i) digressão baseada no enunciado: são assim denominadas pelo fato de estabelecerem um vínculo com o conteúdo do tópico que está sendo desenvolvido e o digressivo. Na maior parte das vezes, esse tipo de digressão se caracteriza por apresentar marcadores discursivos, como por exemplo: por falar nisso..., isso me lembra, já que você mencionou isso e outros.

(ii) digressão baseada na interação: esse tipo de digressão está conectado com o contexto interacional, isto é, com algum fato que esteja associado a algum conteúdo que não faz parte da essência do tópico relevante num dado momento, isto é, um conteúdo externo ao tópico conversacional em questão.

(iii) digressão baseada em sequências inseridas: consiste em uma sequência de turnos que tem por objetivo explicar algum tipo de informação que não foi compreendida com clareza por um dos interlocutores. Assim, a sequência inserida se caracteriza pela pre-

sença de um turno, geralmente composto por uma pergunta, que é elaborado pelo ouvinte que não compreendeu claramente ou não aceitou o enunciado anterior presente no turno do interlocutor. Desse modo, somente após o esclarecimento é que o evento comunicativo retoma o seu fluxo conversacional.

3. Metodologia

A análise da conversa, segundo Loder (2011), procura atingir seus objetivos com base na observação de interações que sejam realizadas espontaneamente, ou seja, os analistas, através da observação de situações interativas, buscam fatos para compreender melhor as ações realizadas pelos participantes da interação.

De acordo com Loder (2011), a gravação em áudio é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, porque é através dela que o analista terá a possibilidade de realizar um estudo pormenorizado do evento comunicativo escolhido. As anotações de campo também são utilizadas na metodologia, porém elas não dão conta de captar todas as informações relevantes para a realização da pesquisa, pois diversos fatos podem passar despercebidos aos olhos do observador. Entretanto, isso pode ser resolvido quando ele tem em mãos as gravações, que poderão ser ouvidas e analisadas pelo pesquisador a quantidade de vezes que ele achar pertinente para atingir uma análise mais aprofundada.

Diante da importância da gravação em áudio, os analistas perceberam que havia a necessidade de sistematizar os dados coletados, no caso as gravações, com o intuito de realizarem uma análise da fala em interação rica em detalhes (LODER, 2011). Por esse motivo, utilizou-se neste trabalho o método da transcrição de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), para representar por escrito as gravações. Assim sendo, as informações das gravações são organizadas na transcrição por meio de três colunas: a primeira indica o número da linha, a segunda o nome do participante a que a elocução pertence e a terceira possui a transcrição da fala dos participantes. O analista pode acrescentar uma quarta coluna, caso desejar fazer um breve comentário ou colocar uma flecha para chamar a atenção de algum fenômeno específico.

A numeração da coluna torna-se relevante para uma melhor localização dos fenômenos que são do interesse do pesquisador. O analista deverá mudar de linha no momento em que a escrita atingir a margem di-

reita ou quando um turno é finalizado. A formatação das transcrições é usualmente constituída de espaço simples, fonte *courier new*, número 10. Não se utilizou, nas transcrições, letras maiúsculas para nomes próprios, com o intuito de que o leitor não se confunda com a sinalização de ênfase que é feita por meio de letras maiúsculas (LODER, 2011).

A forma adotada para nos referirmos aos participantes da interação foi através de pseudônimos. Escolhemos essa prática porque “ela anonimiza os participantes e, por outro lado, evita a imposição de categorias *a priori* aos participantes” (LODER, 2011, p. 149).

A observação participante, segundo Johnstone (2000, p. 81-82), é a principal técnica da etnografia, através da qual os pesquisadores “tentam registrar e compreender os pressupostos tácitos do senso comum do grupo que estão estudando”. Esse método, segundo Cicourel (1992), pode ser um complemento útil da análise da conversa, contribuindo para cobrir lacunas desse método de análise, que conta apenas com a gravação. Cicourel (1992) considera problemático o desempenho de pesquisas concentradas exclusivamente no discurso gravado e na análise sequencial da conversa, pois esse quadro contextual local limita o que pode ser identificado como relevante nos dados, como a sua organização, o tipo de análise e de inferências a que esses dados poderão ser submetidos. Portanto, a observação foi um complemento da técnica de gravação e de transcrição de fala durante as aulas de língua portuguesa analisadas nesta pesquisa.

4. Análise de dados

Apesar de a professora ter o controle do tópico durante a maior parte da aula, através da análise, observou-se que, em vários momentos, ocorrem digressões do tópico que está sendo desenvolvido. Elas podem ser introduzidas tanto pelos alunos, quanto pela professora.

Percebe-se que grande parte das digressões feitas pela professora tem por finalidade chamar a atenção dos alunos, geralmente em relação à conversa simultânea entre eles, a qual Goffman (1998) chama de interações em conluio, situação que a incomoda demasiadamente pelo fato de que isso pode impedir ou atrapalhar o desenvolvimento de algum tópico proposto por ela. No momento desse tipo de digressão, percebe-se também a necessidade que a professora tem de finalizar o supertópico que foi escolhido para a aula. As digressões com o intuito de chamar a atenção

da turma, na maioria das vezes, ocorrem quando há a leitura de algum texto ou atividade, correção de exercício, explicação de matéria ou no início da aula, quando a professora pede silêncio para iniciar o desenvolvimento de algum tópico. As digressões podem ser de pequena extensão, como por exemplo, a palavra “psiu”; ou de maior extensão, como por exemplo, o fragmento abaixo:

Excerto 1:

01	Ângela	gente olha só eu não <se:i se
02		vo:cês: percebe:ram>
03		mas hoje eu tô com pou:ca
04		paciên:cia
05		então quem: estiver:
06		conversan:do ou de
07		gracinha fique sabendo que eu
08		vou anotar aqui tá?

As digressões provocam a descontinuidade do tópico que estava sendo trabalhado pela professora. Comumente o tópico interrompido é retomado, porque a professora tem um objetivo específico que está atrelado ao tópico interrompido. Assim sendo, nos casos em que ela realiza digressões para controlar o comportamento da turma, perde-se um tempo significativo da aula, fato que pode influenciar negativamente no fluxo do conteúdo que está sendo abordado. Essa situação pode vir a gerar consequências negativas para os alunos, pois eles talvez deixem de estudar uma determinada matéria em decorrência da falta de tempo, já que se gastou um longo período das aulas chamando a atenção dos mesmos.

Existem tópicos desenvolvidos na aula que não estão ligados diretamente ao supertópico e, portanto, podem ser considerados digressões. Um exemplo é o tópico *Exercício da substituta*, que é iniciado pelos alunos em decorrência de uma dúvida sobre um exercício feito em uma aula na qual a professora não foi e, por isso, mandou uma substituta. Isso mostra que, apesar de ser a professora quem inicia e sugere a maior parte dos tópicos, os alunos também podem vir a desenvolver um tópico ou uma digressão na aula como já foi dito. Outro exemplo dessa situação refere-se ao tópico *Justificativa da presença da observadora*, que foi introduzido a partir de uma pergunta, feita pelo aluno, em relação à presença da pesquisadora:

Excerto 2:

01	Rafael	ela vai gravar nossa aula
02		també:m?
03	Ângela	a julie:ly está aqui <só para
04		assistir uma aula> né?
05		ela tá fazendo pedagogi:a né?
06	Marcele	hanhan professora
07	Juliely	le:tras
08	Ângela	le:tras

Por outro lado, observa-se que a professora também pode produzir tópicos digressivos, como por exemplo, os tópicos *Pérolas dos alunos* e *Casa da professora*, lembrando que o primeiro parece ter a função de tornar a aula um pouco mais descontraída. A professora também pode realizar digressões para corrigir algo que ela disse em determinado momento ou a digressão pode ser resultado da dúvida e/ou questionamento do aluno sobre algum fenômeno desconhecido ou que o intriga. Isso ocorre com o tópico digressivo *Abreviação*, tendo em vista que ele surge quando um aluno observa a abreviação feita pela professora em relação à palavra *você*. O surgimento desse tópico acontece no momento em que ela escreve, no quadro, um exemplo de oração subordinada adverbial proporcional. A partir dessa observação, surge um tópico digressivo denominado de *Abreviação*, pois o estudante questiona a palavra abreviada e, conseqüentemente, a professora se justifica, dizendo que, naquele contexto, não existe problema em se abreviar algum vocábulo. Ela ainda cita outras situações nas quais os alunos podem usar a abreviação. Assim sendo, a professora aproveita a oportunidade para ensinar sobre o assunto.

Excerto 3:

01	Talita	professora não pode °abreviar°
02	Ângela	só pra- só sai:ndo um pouco do
03		fo:co
04	Danilo	haha
05	Ângela	o mário fez uma crítica falando
06		que <u>você</u> não <po::de>
07		pepepepe
08	Talita	mentí:ra
09		po:de sim
10	Turma	fala simultânea (1,2)
11	Mário	se eu colocar no meu caderno
12		você vai ()
13	Danilo	no <u>fa</u> :ce po:de
14	Ângela	psi::u

Desse modo, percebe-se, por meio desta seção, que as digressões podem ser iniciadas tanto pelos alunos, quanto pelo professor durante a aula. No caso do aluno, ele tende a começar uma digressão quando a professora diz algo que não foi compreendido plenamente ou quando surge alguma dúvida ligada aos acontecimentos de caráter contextual, por exemplo. Por outro lado, a professora realiza a maior parte das suas digressões quando deseja controlar o comportamento da turma. Por fim, deve-se lembrar de que as digressões podem ser finalizadas e, conseqüentemente, o tópico anterior é retomado; ou podem se tornar tópicos digressivos.

5. Considerações finais

Através deste trabalho foi possível conhecer melhor o contexto da sala de aula e, portanto, espera-se que o professor possa ter obtido um conhecimento mais aprofundado da sua prática em sala de aula, enquanto ator social de uma atividade comunicativa. O estudo sobre as digressões também colaborou para mostrar que durante a interação em uma instituição também podem ocorrer tópicos de caráter inusitado, já que interações são construídas cooperativamente pelos interlocutores em contextos reais. Desse modo, o professor deve ter consciência de que não é possível preparar plenamente sua aula e, portanto, ele deve estar preparado para lidar com situações inusitadas e que, conseqüentemente, ele não estava esperando que acontecessem. O professor deve estar ciente também de que sua aula não é construída somente por ele, pois os próprios alunos podem gerar digressões que passam a virar um tópico digressivo que, portanto, influencia no andamento e no desenvolvimento da aula. Para finalizar, as observações realizadas contribuem também para que se perceba que, no contexto institucional escolar, as interações são fenômenos produzidos naturalmente, tendo em vista que elas vão sendo estabelecidas de forma cooperada pelos participantes daquela interação, no caso, professora e alunos, levando-se sempre em conta fatores contextuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CICOUREL, A. The interpenetration of communicative contexts: example from medical encounters. In: GOODWIN, C.; DURANTI, A. (Eds.). *Rethinking context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 33-54.

GARCEZ, Pedro M. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria. (Orgs.). *Fala em interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 127-157.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 70-97.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. *Conversation analysis: principles, practices and applications*. Cambridge: Polity, 1998.

JOHNSTONE, B. *Qualitative methods in sociolinguistics*. New York: Oxford University Press, 2000.

JUBRAN, C. C. A. S. O tópico discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. K. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: Construção do texto falado*. Campinas: Unicamp, vol. 1, 2006. p. 89-132.

_____. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo. (Org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. Campinas: Unicamp, 2002.

LADEIRA, Wânia Terezinha. Organização interacional e controle de tópico em audiências de conciliação. *The specialist*. São Paulo, v. 29, n. 2, 2008, p. 181-204.

LODER, Letícia Ludwig. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria. (Orgs.). *Fala em interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 127-157.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 2005.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização de tomada de turno na conversa. Trad.: Paulo Gago. *Revista Veredas*. Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, jan./dez.2003, p. 9-73.

_____; _____. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, v. 50, 1974, p. 696-735.

NOTAS DE UMA AULA: O “CARPE DIEM” DE HORÁCIO²⁰

Eduardo Tuffani (UFF, ABRAFIL)
etuffani@vm.uff.br

RESUMO

Esta publicação consiste em apontamentos para uma aula sobre a ode I, 11 de Horácio, o *Carpe diem*. Tal poema é um dos mais importantes da obra do poeta latino. O trabalho é de natureza didática, nele se traduz e se comenta a ode em questão, dentro dos limites de uma aula concebida para o nível de graduação em Letras. Como se trata de um texto original, de métrica elaborada, recomenda-se para níveis mais avançados.

Palavras-chave: Língua latina. Literatura latina. Poesia. Horácio.

1. Introdução

O trabalho que se segue tem origem em notas de uma aula ministrada numa prova de concurso público realizado na Universidade de Brasília. As notas serviram de roteiro para a aula da prova didática, e a sua divulgação evoca um trabalho de Bento Prado de Almeida Ferraz (out. 1961), em que o estudioso de Horácio discorreu sobre a ode I, 31 também por meio de um “Plano de aula”. Os trabalhos desse professor a respeito das *Odes* e dos *Epodos* de Horácio foram posteriormente organizados e publicados (HORÁCIO, 2003).

2. O autor

Contextualização de *Quintus Horatius Flaccus* no momento histórico e literário do Século de Augusto, tratando-se dos círculos de escritores de Roma, sobretudo o de Mecenas, que estavam ligados à política cultural do Principado. Enumeração de suas obras: *Epodos*, *Sátiras*, *Odes*, *Canto secular*, *Epístolas* e *Arte poética*. Alusão à origem do autor, filho de liberto, e à sua formação escolar, aluno do severo Orbílio. Encontro com Bruto e vida militar, interrompida após a derrota de Filipos. Anistia e volta a Roma, onde passou a se dedicar à poesia, granjeando a

²⁰ Agradeço a leitura atenta feita pela minha colega, Prof^a Edna Ribeiro de Paiva. Uma primeira versão deste trabalho foi publicada em *Principia*: Revista do Departamento de Letras Clássicas e Orientais, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 9-14, 2008.

amizade de Virgílio e de Mecenas, o que lhe proporcionou uma vida estável. Poeta do círculo de Mecenas, soube manter certa independência, recolhido à sua vila de Tibur, hoje Tivoli, nas redondezas de Roma.

3. *Texto*

Odes – Liber I, 11 – Carpe diem

Tu ne quaesieris (scire nefas) quem mihi, quem tibi
finem di dederint, Leuconoe, nec Babylonios
temptaris numeros. Vt melius quicquid erit pati!
Seu pluris hiemes seu tribuit Iuppiter ultimam,
quae nunc oppositis debilitat pumicibus mare
Tyrrhenum, sapias, uina liques et spatio breui
spem longam reseces. Dum loquimur, fugerit inuida
aetas: carpe diem, quam minimum credula postero.

4. *Tradução*

Saber não procures, saber é ilícito, o fim que os deuses a mim e a ti concederam, ó Leucônoe, nem tentes os números babilônios. Como é melhor suportar tudo o que há de vir! Ou Júpiter te deu vários invernos, ou o último, que agora, nos rochedos opostos, enfraquece o mar Tirreno. Compreende, coa os vinhos e suprime a longa esperança por causa da nossa breve existência. Enquanto falamos, o tempo inimigo terá fugido: colhe o dia de hoje, o menos crédula possível no seguinte.

5. *Comentário*

Embora o comentário à tradução deva ser feito passo a passo, aqui ele se encontra dividido em blocos de forma a reunir fatos e temas congêneres.

A assistência deve receber esclarecimentos sobre o papel de Júpiter e sobre o significado de *Babylonios... numeros*, alusão à arte divinatória dos caldeus. A referência ao mar Tirreno merece uma nota de natureza geográfica. O *amor fati* e a temática do vinho na literatura evocam o “suportar tudo o que há de vir” e o consumo da bebida, largamente explorados: Anacreonte, Omar Khayyam e outros, como Ricardo Reis, mas neste de forma original e *sui generis*. Quanto ao *carpe diem*, será tratado

após o comentário. Por fim, Leucônoe traz à luz a questão da veracidade das personagens literárias.

No que diz respeito à morfologia nominal e verbal, deve-se dar destaque a formas como *nefas* (neutro indeclinável da 3ª declinação), *di* (ao lado de *dei* e *dii*), *Leuconoe* (palavra grega da 1ª declinação), *quicquid* (ou *quidquid*, neutro de *quisquis*, pronome relativo indefinido, substantivo ou adjetivo), *pluris* (ou *plures*) e *pumex*, *-micis*, valendo lembrar que é sempre bom enunciar os verbos nas duas primeiras pessoas do singular do presente do indicativo, no infinitivo presente, na primeira pessoa do singular do perfeito do indicativo e no supino (em anexo).

Quanto à sintaxe dos tempos e dos modos, merecem digressão os empregos do futuro perfeito do indicativo (*fugerit*), do perfeito do subjuntivo (*dederint*) e a ordem negativa (*ne* + presente, 1ª e 3ª pessoas, ou perfeito, 2ª pessoa, do subjuntivo). Deve-se chamar a atenção para *ne... nec*, bem como para *seu... seu*. No mais, procurar explicar as elipses, particularmente a última, *postero diei*.

A tradução é escolar, sem pretensão poética, o mais literal possível. O emprego do verbo de ligação deve ser explicado em “saber é ilícito” e “como é melhor”. A tradução livre requer esclarecimento em “há de vir”. A expressão *spatio breui* é geralmente entendida como temporal, mas também se vê na passagem uma conotação causal (ACHCAR, 1994, p. 95). A lição “por causa da nossa breve existência” encontra guarida em Péricles Eugênio da Silva Ramos, explicativa: “que é breve o nosso prazo de existência” (*apud* ACHCAR, 1994, p. 119). A forma *dederint* é traduzida pelo perfeito do indicativo em português. O latim emprega o subjuntivo pois a oração *quem mihi, quem tibi finem di dederint* é objeto do verbo *quaero*, tratando-se de uma interrogativa indireta, o que alguns tradutores não observaram. Ao desenvolver as notas, foi mantido o texto da Hachette (HORACE, 1919), pois o confronto com edições críticas mais recentes não o desabonou para a empreitada. O dicionário de Antônio Gomes Ferreira (1983) deve ser usado com cautela, pois carece de uma revisão de conteúdo, o que pode comprometer o trabalho do aluno, sendo necessária a presença de um professor experiente. São exemplos de suas incorreções: *sapio* (4ª por 3ª conjugação), *flos*, *lapis*, *Messala* (femininos por masculinos), *anas* (sílabas final longa por breve), *quoque* (sílabas inicial longa por breve). O candidato a concurso que não tem fluência em língua estrangeira deve se servir do velho Saraiva (1993), sobretudo na prova de tradução e comentário. Ainda para o candidato, é de boa política fazer uso da pronúncia restaurada ou reconstituída, uma vez

que é a mais usada nos cursos superiores de Letras do Brasil. Também se recomenda a adoção da ortografia empregada na Collection des Universités de France (Les Belles Lettres), como se fez com o texto da ode em estudo, apesar das incoerências de tal ortografia: os antigos romanos não usavam a nossa letra *U* nem conheciam as nossas minúsculas.

6. *Carpe diem*

O papel da morte, em Horácio, é ensinar a viver, colhendo o dia de hoje, como se fosse um fruto, sem alimentar longos projetos. Ninguém sabe quando será o fim, inútil consultar os Horóscopos. O suicídio fica completamente excluído. O fim só depende dos deuses.

O modo de gozar o dia de hoje deriva do espírito eucarístico do vinho, nada tem a ver com um epicurismo vulgar, como pensam os que nunca entenderam o poeta. Não se pode quebrar as leis da natureza, impostas pelos deuses.

Etimologicamente, Leucônoe quer dizer mente branca, limpa, vazia no sentido zen-budista. (TRINGALI, 1995, p. 174.)

As *Odes* de Horácio refletem influências de poetas gregos como Alceu, Safo e Píndaro, mas o autor latino, além da sua originalidade, foi muito hábil na versificação. Horácio foi, sem dúvida, um dos maiores poetas latinos. A ode em questão, I, 11, I, 10 conforme outras edições, demonstra a permanência da obra do poeta de Venúsia, sua terra natal, no sul da Itália.

O tema do *carpe diem* é frequente na obra de Horácio: *rapiamus, amici, occasionem de die* “amigos, agarremos a ocasião prontamente” (*Epodo*, 13, 3-4), *dona praesentis cape laetus horae* “colhe com alegria as dádivas do momento presente” (*Ode*, III, 8, 27). Existem paralelos na literatura latina posterior, em Ovídio, Tibulo, Propércio, Sêneca, Plínio, o Jovem. Digno de nota é o lema em Pérsio *carpamus dulcia* “colhamos o que é agradável” (5, 151) (citações de TOSI, 2000, p. 276).

Embora a expressão latina seja mais usada, em muitas tradições proverbiais modernas existe a sua tradução: ver, por exemplo, o francês *Mets à profit le jour présent*, o alemão *Benutze den Tag/das Heute*; uma variação significativa é constituída pela inglesa *Take time while time is, for time will away*. Ademais são muitas as suas referências nas literaturas modernas, do tipo de *Doch der den Augenblick ergreift, / das ist der rechte Mann* na cena de Mefistófeles com o estudante, na primeira parte de *Fausto* de Goethe [...] alguns trechos conceitualmente semelhantes passaram a ter valor gnômico, como o início do canto goliardo *Gaudeamus igitur, iuvenes dum sumus*, “gozemos, pois, enquanto somos jovens” [...] (TOSI, 2000, p. 276).

O tema do *carpe diem*, tratado literariamente, não é o objetivo deste trabalho que se restringe a anotações de uma aula de língua latina concebida para o nível de graduação. Para uma aula de literatura latina, o roteiro a seguir seria outro. Para tanto, são de grande valia os trabalhos de, entre outros, Francisco Achcar (1994), Dante Tringali (1995) e “O tema do ‘carpe diem’ em Horácio: sua influência nos poetas do Renascimento” de Laura Chaer (1983). Há uma abundante bibliografia sobre literatura latina elaborada no País, artigos, livros, teses, que não é utilizada em sua grande parte por falta de informação.

7. Métrica

O verso é o asclepiadeu maior (de Asclepiades, poeta grego que o usou), que faz parte dos versos logaédicos (de *lógos*), versos esses com pés próprios da conversação: –U ou –|–UU–|UU–|UU–U|–U (coreu ou espondeu, coriambo, coriambo, dátilo, coreu, sílaba comum). Os jambos e os coreus foram usados nos diálogos das comédias e das tragédias, e, nos poemas épicos, os dátilos e os espondeus.

8. Anexo (segundo GAFFIOT, 1985)

<i>Quaero</i>	<i>quaeris</i>	<i>quaerere</i>	<i>quaesiui/quaesii</i>	<i>quaesitum</i>
<i>Scio</i>	<i>scis</i>	<i>scire</i>	<i>sciui/scii</i>	<i>scitum</i>
<i>Do</i>	<i>das</i>	<i>dare</i>	<i>dedi</i>	<i>datum</i>
<i>Tempto</i>	<i>temptas</i>	<i>temptare</i>	<i>temptaui</i>	<i>temptatum</i>
<i>Sum</i>	<i>es</i>	<i>esse</i>	<i>fui</i>	
<i>Patior</i>	<i>pateris</i>	<i>pati</i>	<i>passus sum</i>	
<i>Tribuo</i>	<i>tribuis</i>	<i>tribuere</i>	<i>tribui</i>	<i>tributum</i>
<i>Oppono</i>	<i>opponis</i>	<i>opponere</i>	<i>opposui</i>	<i>oppositum</i>
<i>Debilito</i>	<i>debilitas</i>	<i>debilitare</i>	<i>debilitaui</i>	<i>debilitatum</i>
<i>Sapio</i>	<i>sapis</i>	<i>sapere</i>	<i>sapui</i>	
<i>Liquo</i>	<i>liquas</i>	<i>liquare</i>	<i>liquaui</i>	<i>liquatum</i>
<i>Reseco</i>	<i>resecas</i>	<i>resecare</i>	<i>resecui</i>	<i>resectum</i>
<i>Loquor</i>	<i>loqueris</i>	<i>loqui</i>	<i>locutus sum</i>	
<i>Fugio</i>	<i>fugis</i>	<i>fugere</i>	<i>fugi</i>	
<i>Carpo</i>	<i>carpis</i>	<i>carpere</i>	<i>carpsi</i>	<i>carptum</i>

Notam-se no texto dois casos de síncope: *quaesi(u)eris* (-u- antes de -er) e *tempta(eu)ris* (-ue- antes de -r). Deve-se chamar a atenção para a formação dos perfeitos e suas variantes, os verbos sem supino e o verbo *do* (e seus compostos), únicos com tema em -a breve da primeira conjugação. A forma *tribuit* pode se referir ao presente e ao perfeito, no texto é

perfeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar-comum*: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

BESSELAAR, José van den. Sintaxe latina superior. In: _____. *Propylaeum Latinum*. São Paulo: Herder, 1960, v. 1. [O melhor trabalho no gênero em português. As suas falhas são meramente tipográficas.]

CAMPI, Anibal. *Síntese de métrica latina*. Com exercícios de escansão. Bauru: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do S. C. de Jesus de Bauru, [s. d.]

CART, A. et al. *Gramática latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: T. A. Queiroz, Universidade de São Paulo, 1986.

CHAER, Laura. O tema do “carpe diem” em Horácio: sua influência nos poetas do Renascimento. In: *O SER da linguagem*: estudos apresentados a Egídio Turchi pelos professores do Departamento de Letras. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983, p. 93-109.

FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. 2. ed. Brasília: Fundação de Assistência ao Estudante, 1995. [Sobretudo para gramática histórica.]

FERRAZ, Bento Prado de Almeida. Plano de aula. [Ode I, 31 de Horácio.] *Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 46-49, out. 1961.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de latim-português*. Porto: Porto, 1983.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette, 1985.

HORACE. *Oeuvres*. Texte latin par E. Plessis et P. Lejay. 8. éd. Paris: Hachette, 1919.

HORÁCIO. *Odes e epodos*. Tradução e nota: Bento Prado de Almeida Ferraz. Introdução: Antonio Medina Rodrigues. Organização: Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORÁCIO. Ode X. Trad. Paulo Leminsky. *Remate de Males*: Revista do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Departamento de Teoria Literária, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 4, p. 97, dez. 1984.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SPALDING, Tassilo Orpheu. *Pequeno dicionário de literatura latina.* São Paulo: Cultrix, 1968.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas.* 10.000 citações da Antigüidade ao Renascimento no original e traduzidas com comentário histórico, literário e filológico. Trad.: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRINGALI, Dante. *Horácio: poeta da festa: navegar não é preciso.* 28 odes latim-português. São Paulo: Musa, 1995.

TUFFANI, Eduardo. Horácio. In: _____. *Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830-1996).* Cotia: Íbis, 2006, p. 151-159.

ZENONI, G. *Gramática latina.* Tradução e adaptação da vigésima edição original autorizada pelo autor. 3. ed. Cucujães: Missões, 1961.

**O CONTINUUM DAS GRAMÁTICAS:
UM TRAJETO DA MENTE DO OUTRO À PRÓPRIA**

André Luiz Ming García (USP)
andrelnar@gmail.com

RESUMO

Apesar da existência de um sem-número de textos dedicados ao tema, a definição do que viria a significar “gramática” mantém-se pouco clara, e inclusive confusa, em grande parte da literatura específica. Isso se observa, à guisa de exemplo, em confusões terminológicas e conceituais entre elementos propriamente linguísticos e outros de ordem vária, do âmbito da ação política, entre outros. Deste modo, o objetivo do presente trabalho consiste, a partir de uma revisão da literatura disponível acerca dos conceitos de “gramática”, na apresentação de uma proposta triádica de definição do termo sob a forma de um *continuum* de instâncias, da gramática internalizada pelos falantes de uma língua natural àquela aprendida por um estudante de língua estrangeira a partir da pedagogização de modelos científicos descritivos. Espera-se que as reflexões aqui contidas possam constituir uma pequena fonte de auxílio e informação para o desenvolvimento de pesquisas acerca de ensino de gramática de línguas estrangeiras e, eventualmente, também de línguas maternas.

Palavras-chave:

Gramática. Ensino de gramática. Linguística teórica. Linguística aplicada

1. Introdução

As muitas tentativas de definição por parte de diversos autores do que venha a significar “gramática” são frequentemente díspares, ainda que uníssonas ao sublinhar a dificuldade que lhes é inerente e a polissemia do vocábulo em questão. Não há uma só gramática, senão muitas, em uso na linguagem corrente e no jargão linguístico. A disparidade das tentativas de definição do que viria a significar gramática depende, sobretudo, do ângulo a partir do qual o analista se debruça sobre o tema, mas se vê também perigosamente influenciada por valores que se atribuem a alguns dos diferentes sentidos do termo. Apesar de inexistir consenso quanto ao assunto, supõe-se, não sem frequência, que a origem da palavra inglesa “*glamour*” resida precisamente no vocábulo “*grammar*”, de origem grega e equivalente ao português “gramática”. Na Grã-Bretanha medieval, “*grammar*” referir-se-ia, de modo geral, a estudos formais, baseados em acesso e fruição de escrituras, privilégio este de uma pequena elite letrada à qual se atribuíam os poderes de um saber oculto e, por sua vez, misterioso. Na contemporaneidade, os primeiros contatos com no-

ções acerca de gramática se dão na infância, em idade escolar. Como amplamente observável na experiência quotidiana, é comum a associação de “gramática” a algo obscuro, confuso, desinteressante. E, como uma impressão que talvez tenha persistido num *continuum* desde pelo menos a Idade Média, misterioso.

Uma verificação dos diferentes sentidos do termo porá em evidência a ironia dessas observações. Entre os muitos significados atribuídos ao vocábulo nos seios de diferentes correntes teóricas e de pensamento, evidencia-se um ponto de intersecção entre eles: de modo constante, corresponderiam *a priori* à gramática ou *às gramáticas* noções tais como ordem, normas, conjunto de regras, sistema. Restaria, porém, verificar os demais semas componentes das diversas definições de “gramática”. O mais essencial é, sem lugar a dúvida, “linguagem”. Trata-se, pois, de conjuntos de regras ordenadores de sistemas de linguagens, dentre os quais destacam-se evidentemente as línguas naturais. Das linguagens sabe-se que intentos de dissociá-las do próprio pensamento são conceitualmente controversos e não funcionam a contento senão como pretextos de ilustração de vieses teóricos. O pensamento se dá através das diversas linguagens (verbal, visual, ...), por meio delas, nelas sustentado. Os níveis de conexão entre pensamento e linguagem verbal variam, entretanto, nas diferentes escolas e abordagens do tema, e Reicher (2007, p. 29) menciona dois posicionamentos extremos a respeito dessa relação encontrados no seio da filosofia da linguagem: de um lado, encontram-se aqueles que encaram o pensamento como sendo independente da linguagem, crendo que "*wir können jede Art von Gedanken haben, ohne uns Wörter oder andere Sprachzeichen vorzustellen*"²¹. De outro, prossegue a autora, encontram-se os que não concebem a ocorrência de pensamento "*ohne Sprache*"²². Para Humboldt (LEROY, 1967), a título de exemplo, a linguagem seria o órgão criador do próprio pensamento. Atente-se para o fato de que, na versão original alemã, contida no texto humboldtiano *Von der Sprache überhaupt*, o autor emprega o termo *Sprache*, de tradução portuguesa bivalente, equivalendo para nós ora a “língua”, ora a “linguagem”. Para Charles Sanders Peirce, pai da Semiótica triádica de origem estadunidense, nenhum fenômeno, de qualquer espécie, poderia ser imaginado senão como signo. O pensamento dar-se-ia, como tudo, através da

²¹ Podemos ter qualquer tipo de pensamento sem recorrer a palavras ou outros signos linguísticos (as traduções do Alemão são minhas).

²² sem linguagem

ação dos signos ou semiose, signos estes não necessariamente de natureza verbal.

Fazem-se observar, ainda, propostas intermediárias como a de John Locke, para quem a linguagem pode ter uma influência formadora do pensamento, e a de Vygotsky (2001), ao promulgar que linguagem e pensamento estariam profundamente inter-relacionados, num constante intercâmbio de recursos. Bloomfield (1914, p. 56) proclama que

we cannot conceive of the human mind without speech. The development of language, accordingly, must have advanced in inseparable connection with that of the mental powers generally. To demonstrate in detail the role of language in our mental processes would be to outline the facts of psychology. We are here concerned, of course, only with those mental processes which most immediately underlie the use of language.

O linguista reconhece, assim, a existência de esferas da arqueologia do pensamento de ordem averbal ou, talvez, pré-verbal, alheias, portanto, ao escopo da Linguística. Seja como for, não deveria causar estranhamento o fato de que o pensamento desordenado, como se verifica quando da manifestação de certos transtornos mentais de acentuada gravidade, como a esquizofrenia, reflita-se amiúde por meio de linguagem analogamente desregrada, como no caso de certas esquizofasias claramente agramaticais. Com efeito, ao discutirem-se os sentidos de “gramática”, faz-se imperioso recorrer, em primeiro lugar, à instância do pensamento. Ainda que linguagem verbal e pensamento não sejam sinônimos, a linha que os divide é tênue, imprecisa, indefinida e nebulosa. Deduz-se, assim, que igualmente estreita é a relação entre o sistema de regras que rege o funcionamento da língua e os mecanismos de funcionamento do próprio pensar.

Desta feita pretendo expor um panorama de algumas das principais definições de gramática ensaiadas por estudiosos do gênero, de modo a realçar manifestamente as que mais se aplicam aos propósitos deste trabalho. Estabeleço, a seguir, um diálogo entre elas que culmina numa proposta tripartite de um *continuum* de significados interdependentes para o termo. O fio condutor e eixo base desse diálogo será o modelo do linguista Gerhard Helbig (1993), com frequência citado em textos de ampla aplicação em cursos de formação de professores de alemão como língua estrangeira e segunda língua, a exemplo de Funk & Koenig (1991) e Spannake & Bogacz-Groß (2008). Helbig distingue três acepções principais para o termo em questão, das quais nos ocuparemos por etapas.

2. As gramáticas

À primeira (acepção A) corresponderia *das der Sprache innewohnende Regelsystem, unabhängig von dessen Beschreibung durch die Linguisten und von dessen Beherrschung durch die Sprecher*"²³ (1993, p. 21).

De encontro ao anteriormente exposto, é preciso sublinhar o fato de que um sistema de regras intrínseco à língua será concebível tão somente enquanto fenômeno de realização mental e índole psíquico-afetiva, lógica e social (COSERIU, 1986), tal qual a própria língua. Saussure (1970) salientava em seu *Cours* que o signo linguístico se compõe de um sentido indissociável de uma imagem acústica, sendo ambos de ordem notoriamente psíquica. A língua (*langue*), construto social, convencional, estaria depositada nos cérebros de seus falantes, que a utilizariam para expressar-se através dos atos de fala (*parole*), sem, contudo, disporem da possibilidade de modificá-la individualmente. Não obstante, o caráter vivo e mutável da língua deixa-se entrever a partir da comunicação entre seus falantes nela assentada. A extinção de uma língua coincide com a morte de seu último falante (ou seu abandono por parte de uma comunidade linguística que venha a adotar outra língua, *Ibidem*). Nesse evento, parece óbvio, extinguem-se suas mutações, deixando lugar apenas a, no caso de culturas em que se faz uso da escrita, registros do último estágio evolutivo da língua outrora viva. Sendo a linguagem "da partilha social, um meio de conversação e de compreensão" (VYGOTSKY, 2001, p. 27), a língua é um traço humano da categoria das funções sociais (COSERIU, *Ibidem*), que depende, portanto, de seus falantes, e por eles, através dos atos linguísticos, é (re)moldada em perspectiva diacrônica, diatópica, diastrática etc. Destarte, ao tratar-se de línguas maternas, devo adaptar, para os propósitos deste trabalho, a definição de Helbig. A gramática consiste num sistema de regras inerente à língua que, como tal, depende de seus falantes – seus coautores, membros de uma coletividade, desprovidos, contudo, da capacidade de modificá-la por iniciativa individual. A língua é externa ao sujeito individual enquanto uma "espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade" (*op. cit.*, p. 22), mas não independe de seus falantes e não se justifica nem observa em sua ausência *a priori* ou *a posteriori*, como no caso supramencionado de sua even-

²³ O sistema de regras inerente à língua, independente de sua descrição por parte de lingüistas e de seu domínio pelos seus falantes.

tual desapareção. Nas palavras de Leech *et al.* (1982, p. 51),

the mechanism according to which language works when it is used to communicate with other people. We cannot see this mechanism concretely because it is represented rather abstractly in the human mind. One way of describing this mechanism is a set of rules which allow us to put words together in certain ways, but which do not allow others.

Pelo seu domínio natural desses mecanismos, os falantes de uma língua podem-se considerar todos gramáticos em primeira instância. Assim como os signos, as normas determinantes de suas combinações geradoras de sentido estão depositadas nos cérebros de todos os falantes de uma língua, e cada um deles se encontra em condições de identificar instantaneamente infrações a essas regras que comprometam a expressão de sentido. Helbig cita como exemplos de frases malformadas em Alemão "Er treffe jeden Tag seinen Freund" (incorreta no âmbito morfológico), "Er besucht jeden Tag" (sintaticamente inaceitável) e "Peter stirbt manchmal"²⁴ (inviável do ponto de vista semântico). Nos três casos, um falante nativo dessa língua identificaria instantaneamente os desarranjos sistêmicos pronunciados nessas sentenças, o que vai de encontro à identificação, por parte de Chomsky (2002), de sentenças gramaticais (em oposição às agramaticais) como sendo aquelas aceitáveis por um falante nativo, dotado de um conhecimento implícito sobre o que constitui a língua materna e como ela funciona. Perini (2001, p. 13) descreve esse conhecimento implícito como sendo "altamente elaborado" e "perfeitamente adequado", mesmo quando os falantes não sejam capazes de explicitá-lo, tendo sido adquirido de forma "natural e espontânea". Essas noções se entrelaçam a um par de conceitos de origem chomskiana, resumidos por Chapman & Routledge (2009, p. 1) como segue:

Acceptability is the extent to which a sentence allowed by the rules to be grammatical is considered permissible by speakers and hearer; grammaticality is the extent to which a 'string' of language conforms with a set of given rules. It is assumed that a native speaker's grammar generates grammatical strings and that the speaker has the ability to judge a certain string to be either acceptable or not in her language. In practice, the two notions are frequently confounded and speakers are typically asked to give their 'grammaticality judgements' instead of 'acceptability judgements'.

Evidentemente, as regras determinantes da referida aceitação (ou não) de sentenças por parte de falantes nativos não serão uniformes den-

²⁴ Algo como "Ele *encontra* diariamente seu amigo", "ele visita diariamente" e "Peter morre às vezes".

tro daquilo que se delimita como compreendendo "uma língua", seja o critério de delimitação científico ou político. As regras variam assim como o fazem as diversas vertentes de uma mesma língua, definidas por questões topográficas (variantes diatópicas ou dialetos), sociais (variantes diastráticas), de registros (variantes diafásicas) e, de especial interesse para a filologia, de registros (variantes diacrônicas). Deste modo, a gramática "internalizada" pelo falante (expressão contida nas análises de diversos teóricos, entre eles Germain & Seguin, 1998; Odlin, 1994; Possenti, 1996; Perini, 2000 e, com o mesmo sentido, como "gramática explícita" em Costa, 1996 e Tavaglia, 2001) de uma variedade linguística não corresponderá necessariamente à de outro em todos os seus detalhes. Vai de encontro a estas observações a caracterização da língua, por Coseriu (1986, p. 12), como "*un sistema de isoglosas*" e, por Cunha e Cintra (1985), como um diassistema, um conjunto de sistemas linguísticos que, como observava Bakhtin (2006, p. 93), "apresenta-se como uma corrente evolutiva ininterrupta".

A acima transcrita acepção A atribuída por Helbig ao termo "gramática" implica, ainda que ao excluí-la, a possibilidade do exercício metalinguístico. O sistema de regras ordenador da linguagem não depende de sua descrição por parte dos linguistas, mas essa atividade existe desde a Antiguidade e, desde então, resulta em diferentes modelos teóricos dedicados à descrição de tal sistema. Cada um desses modelos também se denomina gramática. Tem-se, assim, a gramática tradicional, a gramática de valências, a gramática gerativa, entre diversas outras. À gramática compreendida como atividade metalinguística se dedica a segunda acepção de Helbig (B), que se refere a "*die Abbildung des der Sprache innewohnenden Regelsystems durch die Linguistik*"²⁵. Alguns autores preferem referir-se ao estudo teórico e científico (acepção B de Helbig) da gramática (A) como teoria gramatical (MOURA *et alii*, 2010) ou, com maior ocorrência, gramatologia, termos alternativos que possibilitam uma solução à ambiguidade terminológica profundamente enraizada na maior parte das referências ao semema B de "gramática". Todavia não pretendo adotar neste texto, apesar desta menção documentativa, nenhum desses termos, uma vez que abstém de fazê-lo a maior parte dos autores com cujos escritos dialogo neste artigo e pelo fato de o contexto, em geral, dar conta de evidenciar a qual concepção de "gramática" está-se a fazer referência.

²⁵ A representação do sistema de regras inerente à língua por parte da Linguística.

Ainda no âmbito desta acepção, a de gramática como disciplina científica, "ocupada, como as demais (...), em estudar um aspecto do mundo, a saber, a estrutura e o funcionamento das línguas" (PERINI, 2000, p. 78), faz-se notar que a pluralidade de modelos teóricos dedicados a descrever e analisar a gramática internalizada pelos falantes das línguas ou variantes linguísticas atende, a princípio, a diferentes perspectivas de análise correspondentes, por sua vez, a interesses distintos (HUFFEISEN & NEUNER, 1999) e pode render benefícios específicos quando aplicada à persecução de objetivos concretos como, à guisa de exemplo, no processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Outrossim, parecem derivar do contexto do ensino/aprendizagem formal de língua materna as anteriormente mencionadas impressões negativas comumente difundidas entre estudantes em fase escolar (e entre ex-estudantes) acerca do que é provável que eles entendam por gramática. Isso está relacionado a um tema que deriva de uma distinção vária vez estabelecida por estudiosos da área (POSSENTI, 1996; CRYSTAL, 2000; TAVAGLIA, 2001; FARACO & MOURA, 1998) entre o que denominam *gramática descritiva* e *gramática normativa* (em Roulet, 1972, consoaria *grosso modo* com a noção de gramática descritiva o que o autor nomeia *gramática estrutural*). A primeira corresponde aos estudos descritivos e científicos da suprarreferida gramática internalizada pelos falantes nativos de uma dada língua natural, a partir de uma motivação de índole investigadora que, como tal, descarta a submissão de seu objeto de estudo à aplicação de quaisquer juízos de valor. Ao aplicar um método específico de análise do fenômeno gramatical em acepção A, cabe ao linguista identificar em seu *corpus*, registro de amostras de fala ou escrita de falantes nativos de uma língua, um conjunto de regras que espelhe seu funcionamento sistêmico de acordo com a ótica observadora por ele adotada. A segunda, por sua vez, é de caráter prescritivo e visa ao registro, em manuais ou compêndios também denominados gramáticas, do que durante séculos compreendeu-se em unísono como sendo as intocáveis normas do bem falar e bem escrever, equivalentes aos traços peculiares do modo de falar das classes superiores (CÂMARA Jr., 1986) – e dominantes – de uma dada sociedade. Em concordância com essa perspectiva, formas outras de expressão verbal, identificadas com membros de classes sociais menos abastadas, assim como variantes diatópicas oriundas de regiões outras senão aquelas donde advém o falar da classe dominante, seriam consideradas desvios de um padrão linguístico aceitável: a norma culta.

Há-se de relevar que a gramática normativa prescreve um amplo

espectro de regras cujo acolhimento é considerado, ainda que extraoficialmente, obrigatório quando da escritura, por exemplo, de tratados linguísticos de qualquer feitio, inclusive os que versam sobre formas coloquiais da linguagem, ou a redação do presente trabalho acadêmico. A gramática normativa já não prescreve tão-somente uma suposta linguagem dos escritores e poetas, mas um registro linguístico próprio de uma escrita culta ideal. Como estudo linguístico carece, pois, de neutralidade. Desconsidera a fala espontânea, a constante mutabilidade da língua através da realização de atos de fala individuais, as variações linguísticas. Não investiga a origem nem os desdobramentos possíveis do fenômeno sobre o qual se debruça. Estas observações procedem, mas procede também salientar a distinção entre gramática e linguística, de que trataremos mais adiante. E, ainda, entre os tipos e propósitos das gramáticas. O erro reside, como nos lembra Bechara (1998), em endossar a visão da variante descrita pela gramática normativa como opção exclusiva (e, adicionalmente, impraticável) de uso da língua, como a própria língua em sua totalidade histórica. É assim que Neves (2002, p. 231), Possenti (1996), Mattoso Câmara Jr. (1986) e Tavaglia (2001) defendem o ensino da gramática normativa como forma de ofertar ao aluno também o conhecimento da variedade culta (e escrita) da língua e a capacidade de adequação a contextos e situações dele advinda que lhe permitam "ocupar posições na sociedade", pelo prestígio – papel social e indiscutível condição de veículo de parte considerável da produção cultural associados à norma culta da língua.

À diferença, pois, da atividade metalinguística "neutra" surgida a partir do advento do estruturalismo europeu e americano, note-se que a normatização de uma descrição gramatical está calçada num contexto ideológico maior que, como tal, oculta do homem a realidade social em que se insere, caracterizada por relações de dominação e exploração (CHAUÍ, 2004). O desejo sub-reptício de conservação de um *status quo* sociocultural através da transmissão de saberes e costumes tradicionais a gerações futuras permeou o estudo e o ensino de gramática com exclusividade até meados do século XX, e seus traços se alastram até a atualidade em salas de aula. E é nessas salas de aula que estudantes se deparam formalmente com a imposição de formas (descritas) baseadas em normativas regentes de uma variedade linguística alheia à sua e com complexa terminologia que assinala o recorte de formas linguísticas raras e de utilidade questionável, sem maiores explicações acerca das relações entre língua e estruturas sociais, variedade de registros e a necessidade ou não

de conhecê-los e dominá-los. Atravessado esse processo, em geral, esses ex-alunos, leigos em linguística, tendem a relacionar "gramática" a *gramática normativa* (STEINING & HUNEKE, 2007) e, de modo ainda mais preocupante, o fenômeno "língua" a "uma gramática" (PÉREZ, 1993) – a essa gramática que se lhes apresenta como exclusiva.

Seja como for, a gramática descrita em livros não corresponde inicialmente àquela que se desenvolve nos cérebros dos falantes de uma língua. Steining & Huneke denominam externa a gramática elaborada por um linguista, e interna aquela,

die z.B. ein Deutsch-als-Fremdsprache-Lerner oder – ganz allgemein – jeder Mensch als kleines Kind in seinem sprachlichen Wissen und Können nach und nach weitgehend unbewusst aufbaut. Ohne diese interne Grammatik können wir keine korrekten Äußerungen produzieren" (2007, p. 154)²⁶.

Num primeiro momento, a gramática interna, assim como definida pelos autores, pareceria corresponder à acepção A de "gramática" de Helbig, e seu reflexo, a gramática externa, à acepção B. Entretanto, a delimitação de um terceiro semema para "gramática", por parte do linguista alemão (acepção C), suscita dúvidas quanto à univocidade de sua primeira acepção. Verifique-se: "*Grammatik C: das dem Sprecher interiorisierte Regelsystem (seine "subjektive Grammatik"), auf Grund dessen dieser die betreffende Sprache beherrscht" (1993, p. 21)²⁷*". A dualidade *gramática interna/gramática externa* de Steining & Huneke dá lugar, em Helbig, a uma tríade conceitual, onde tanto a noção A quanto a C ocupam-se da língua como fenômeno necessariamente mental. Entrementes, uma tentativa de apartar a gramática enquanto sistema de regras de seus falantes, o que passaria a supor a acepção helbiguiana A, em oposição ao recém-apresentado significado C, não pode ser-nos de serventia senão em contextos puramente teóricos e, ainda nesses, vejo-me muito pouco compelido a endossá-lo. Funk & Koenig, ao parafrasear este último recorte de gramática por parte de Helbig, transpõem-no como *das Regelsystem, das sich Sprachlerner im Sprachunterricht systematisch aneignen oder ohne Sprachunterricht unsystematisch erwerben. Diese Definition meint*

²⁶ que, por exemplo, um aprendiz de Alemão como língua estrangeira, ou – de modo geral – qualquer indivíduo, quando criança pequena, pouco a pouco constrói inconscientemente a partir de seu conhecimento e capacidade linguísticos. Sem esta gramática internalizada, não se podem construir enunciados corretos.

²⁷ Gramática C: o sistema de regras interiorizado pelo falante (sua "gramática subjetiva"), em cuja base ele domina a língua em questão.

die 'Grammatik im Kopf'²⁸ (1991, p. 12).

Alguns questionamentos:

- até que ponto pode-se considerar a gramática um sistema de regras intrínseco à língua e independente de seu domínio por parte de seus falantes? Sem o supracitado domínio, de que modo poder-se-ia justificar a existência mesma de tal sistema?
- que nível de precisão terminológica podem oferecer escolhas verbais da sorte de "Grammatik im Kopf"²⁹? Em que instância a gramática consistiria em fenômeno não mental? Onde se sustenta a existência desse sistema de regras senão, como anteriormente promulgado, depositado nas mentes dos falantes de uma língua?
- em que consistiria exatamente a interiorização da "gramática subjetiva" depositada na mente de um falante, graças à qual possa este último dominar a língua? Referir-se-ia Helbig à gramática adquirida de modo assistemático e espontâneo quando da aquisição das línguas maternas (e, em eventuais ocorrências, de aspectos de segundas línguas e – não sem maiores discussões – das línguas estrangeiras?). Ou do processo de apropriação sistemática de um sistema linguístico não materno sustentado pelo estímulo à condução de processos cognitivos através do emprego de estratégias de ensino? Estaria incluído, ali, o estudo da gramática da língua materna em contexto escolar (*Schulgrammatik*³⁰) e a dele advinda interiorização de normas gramaticais eventualmente não integrantes do "falar materno", espontâneo do aprendiz, correspondente à sua própria variante linguística e, ainda, ao seu idioleto?

Clara está, a despeito das dúvidas que suscita, a relevância do sublinhado teórico de um terceiro significado para "gramática", e considero o esboço de Helbig um ponto de partida propício, ainda que não sem adaptações, para a elaboração de uma definição que enfatize o fenômeno do que Besse & Porquier (1984) denominam "gramática de aprendizagem", condizente àquela que é "construída" pelo próprio aluno quando

²⁸ O sistema de regras do qual estudantes de línguas apropriam-se sistematicamente ou que adquirem de modo não sistemático, sem aulas formais. Esta definição se refere à "gramática na mente".

²⁹ "gramática na mente" ou, literalmente, "na cabeça".

³⁰ "gramática escolar".

confrontado com uma gramática pedagógica que, de acordo com o pensamento de Vygótsky (2001) acerca dos benefícios do aprendizado consciente da gramática no contexto da língua materna, perfeitamente aplicável ao contexto da aprendizagem de línguas estrangeiras, favorece o próprio desenvolvimento cognitivo do aluno.

Os autores documentam duas correntes distintas de exegese desse fenômeno, condizentes, *grosso modo*, com a dicotomia aquisição/aprendizagem de Krashen (1981). Trata-se, de todos os modos, da consideração do processo de aprendizagem de uma descrição gramatical, incluídos os seus resultados. Entre eles, a representação implícita ou explícita do conjunto de regras que regem o funcionamento da língua e a formulação de enunciados e seu funcionamento na mente do aprendiz (JUNG, 1993).

Julgo preciso, por conseguinte, proceder a uma fissão do terceiro semema de "gramática" apresentado por Helbig, de tal modo que referências à interiorização intuitiva desse sistema de regras por parte dos falantes nativos de uma língua natural quando de sua aquisição e, eventualmente, por parte de falantes não nativos de segundas línguas ou línguas estrangeiras que venham a apropriar-se de aspectos delas de forma inconsciente, distanciem-se daquilo que se compreende como a aprendizagem sistemática e consciente das gramáticas das línguas maternas e não maternas a partir da didatização de modelos gramaticais teóricos. Não obstante, ambas as acepções pertencem ao âmbito interno da gramática, subdividido, por sua vez, em um espectro de cunho, em sua origem, inconsciente, e em outro modelado, de forma consciente, num processo de aprendizado formal.

Em assim sendo, com vistas à adaptação das reflexões aqui expostas para os propósitos dos estudos acerca da aprendizagem formal de gramática de línguas estrangeiras, proponho um modelo em que se estabelece um contínuo entre três acepções principais de gramática:

1. Gramática *a priori* ou gramática propriamente dita: um sistema limitado de regras interiorizado pelos falantes nativos de uma língua natural de modo concomitante e não mais que teoricamente indissociável do processo mesmo de aquisição da língua materna como um todo, que lhes possibilita a comunicação através da elaboração de infinitas sentenças nessa língua (CHOMSKY, 2002).

Propriedades: não consciente *a priori*, do âmbito interno, de caráter implícito, de aprendizagem assistemática, pré-requisito para a exis-

tência de todas as demais acepções, de índole coletiva, da ordem do "saber a língua";

2. Gramáticas científicas, linguísticas ou descrições gramaticais: modelos teóricos resultantes das atividades metalinguísticas descritivas desse sistema, de contorno científico e passíveis de transmissão a estudantes de língua materna bem como de línguas não maternas.

Propriedades: da ordem da consciência, de âmbito externo, de caráter explícito e explicitável, trabalho sistemático (científico), dependente da acepção 1 e determinante da 3, de elaboração individual e difusão na coletividade, da ordem do "saber sobre a língua";

3. Gramática formalmente adquirida, de apropriação consciente ou "do aluno": o registro das regras próprias de (1) transmitidas sob o prisma do(s) modelo(s) teórico(s) estudado(s) (2) na mente dos aprendizes. Este registro constitui o objetivo último e o resultado da atividade pedagógica própria do processo de ensino e aprendizado de línguas para adultos, com vistas a facilitar aos estudantes de língua estrangeira a formação de sentenças com propósito comunicativo na língua do outro e, aos estudantes de língua materna, por sua vez, a análise de sua própria variedade linguística com finalidades múltiplas e/ou o domínio de um registro linguístico culto requerido em diversas esferas do convívio social. Em outras palavras, trata-se do desenvolvimento de competência gramatical por parte dos aprendizes.

Propriedades: da ordem da consciência, de âmbito interno, de caráter explícito e/ou implícito, trabalho sistemático (a partir da recepção de modelos científicos), dependente das acepções 1 e 2, de índole individual, entre o "saber sobre a língua" e o "saber sobre a língua".

Repetida menção encontra-se ainda, na literatura especializada, ao conceito há pouco anunciado de gramáticas didáticas ou pedagógicas (que se pode inserir como ponte entre as acepções 2 e 3, idealmente como 2a), acerca das quais assevera Fliegner (1986, p. 12) que "*sie sollen die maßgebenden Grundbegriffe der Grammatik möglichst für jeden Benutzer einer Sprache so verständlich erklären, dass er sie leicht auf alle*

*Texte anwenden kann*³¹. Nas palavras de Krenn (2001, p. 82), nos últimos anos

*hat sich die Forderung [nach einer 'pädagogischen' oder 'didaktischen' Grammatik für den Unterricht Deutsch als Fremdsprache] darauf beschränkt, die Anschaulichkeit und Lernwirksamkeit der Grammatikdarstellung in den Lehrwerken zu verbessern, wobei dieser Bereich wieder an Umfang und Bedeutung zugenommen hat.*³²

Por vezes, o conceito de gramática pedagógica (ou didática) é lançado por autores em oposição ao de gramática científica (NICKEL, 1993) ou gramática linguística (GNUTZMANN, 2001). Note-se, porém, que uma gramática didática ou pedagógica inexistente senão como fruto de uma adaptação intencional e sistemática de modelos teóricos de descrição gramatical desenvolvidos por linguistas, sem que tal adaptação implique em perda necessária de rigor científico. Ao contrário, ela exige o emprego consequente e dialógico de advenimentos oriundos de não poucas disciplinas, da estirpe da Psicologia, das Ciências da Educação, da Sociologia e, fato não tão frequentemente reconhecido, da Semiótica, quando se pretenda enquadrar de modo consciente a pluralidade de linguagens envolvida nos processos de didatização de fenômenos linguísticos (exemplos não exaustivos). As gramáticas "linguísticas" e, por consequência, científicas, distinguem-se das pedagógicas enquanto persecutoras do máximo aprofundamento possível na descrição de fenômenos linguísticos observáveis à luz de ampla gama de enfoques, desprovidas de motivação de perfil instrumental, pedagógico ou funcional.

3. Da gramática científica à pedagógica: percursos

No processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, assume máxima importância a segunda parte do *continuum* acima apresentado das três acepções centrais de "gramática". É na passagem da gramática científica, por intermédio da gramática pedagógica, à gramática formalmente adquirida (ou a de aprendizagem de Besse & Porquier,

³¹ Elas devem explicar os conceitos normativos básicos da gramática para qualquer usuário de uma língua, de modo tão compreensível quanto possível, de forma que ele possa aplicá-los facilmente em todos os textos.

³² A reivindicação (por uma gramática didática ou pedagógica para o ensino de Alemão como língua estrangeira) restringiu-se a melhorar a visualização e a eficácia da explicitação gramatical nos livros didáticos, o que levou essa área a um crescimento em abrangência e importância.

1984; os sistemas aproximados de Nemser, 1971; a competência transitória, em Corder 1967; a interlíngua de Selinker, 1972), perpassando um processo de conscientização e explicitação gramatical, seguido da execução do aprendizado, mediado pela figura do professor e o emprego de materiais didáticos, que centro minhas reflexões. A gramática, dentro dos moldes dessa concepção, constitui uma descrição de um pre-existente "conjunto de regras capaz de permitir ao aluno generalizações, e a reutilização em novos contextos" (JOVANOVIĆ, 1986, p. 145). Essa reutilização dependeria da formação daquilo a que Neuner *et al.* (2009, p. 74, *passim*) aludem como sendo, de um lado, uma *Verstehensgrammatik*³³, de contorno passivo e referente às formas e estruturas assimiladas pelos alunos com vistas ao seu reconhecimento quando encontradas em textos ou outras amostras autênticas de discurso na língua aprendida ou para "consultas mentais" às informações salvas (*Referenzgrammatik*, *Identifikationsgrammatik* ou *Wiedererkennensgrammatik*³⁴) e, de outro, uma *Mitteilungsgrammatik*³⁵, um conjunto de recursos linguísticos de índole gramatical assimilados pelo aprendiz e aos quais recorre para expressar-se.

Como afirmam Spannhake & Bogacz-Gross (2008, p. 244), "*während die Grammatik in der Diskussion der 70er Jahre zunächst zurücktritt, hat sie in den neueren Lehrwerken durchaus wieder Konjunktur. Dennoch wird sie in nur mehr dienender Funktion gesehen*" (negrito meu). Assim, a questão de uma suposta gramática funcional (ou da funcionalidade da gramática) não se origina em fenômenos de índole gramatical, senão na adoção de preceitos pragmatolinguísticos para o ensino de gramática a partir das propostas da abordagem comunicativa.

4. Conclusão

Uma análise crítica da literatura especializada acerca dos muitos sentidos atribuídos ao vocábulo "gramática" levou-me à proposta de estabelecimento de três significados principais para o termo: (1) a gramática *a priori* ou propriamente dita – um sistema de regras interiorizado pelos falantes de uma língua natural; (2) as gramáticas científicas, linguísticas ou descrições gramaticais da gramática propriamente dita (às quais

³³ Gramática "de/para a compreensão" (ou passiva).

³⁴ Gramática de referência, de identificação e de reconhecimento.

³⁵ Gramática(s) de comunicação/informação.

podem-se ou não haver atribuído, em determinados contextos históricos e socioculturais, características extralinguísticas como prescritividade e normatividade); e (3) a gramática formalmente adquirida, de apropriação consciente ou "do aluno". O transpasso entre a gramática (2) e a gramática (3) dar-se-ia por meio das "gramáticas didáticas ou pedagógicas", como são comumente denominados os processos de filtragem didática das gramáticas científicas. Dada a inexistência de modelos teóricos de descrição gramatical elaborados expressamente com vistas à sua aplicação em contextos de ensino/aprendizagem comunicativo ou funcional de línguas (NICKEL, 1993), cabe aos componentes ativos do processo de filtragem pedagógica (a saber, autores de livros didáticos e, sobretudo, aos professores), a idealização e condução de suas próprias gramáticas pedagógicas ou pedagogizações gramaticais, tendo em vista seu conhecimento ímpar acerca das características e necessidades próprias de seus aprendizes e necessariamente munidos de vastos saberes, adquiridos e renovados através de processos de formação contínua e da prática profissional, advindos das distintas disciplinas envolvidas neste processo. E é somente por meio da boa condução desse processo que a aura de mistério associada ao termo "gramática" poderá ser substituída, junto aos aprendizes, por um sentimento de segurança ao dominar instrumentos de vasta aplicação e serventia em contextos comunicativos de natureza vária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BATSTONE, R. Product and process: Grammar in the second language classroom. In: BYGATE, M. et alii. (Orgs.) *Grammar and the language teacher*. London: Prentice Hall, 1994, p. 224-236.

BECHARA, E. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1998.

BESSE, H.; R. PORQUIER. *Grammaire et didactique des langues*. Paris: Hatier, 1984.

BLOOMFIELD, L. *An introduction to the study of language*. New York: Henry Hold and Company, 1914.

CHAPMAN, S.; C. ROUTLEDGE (Orgs.). *Key ideas in the Linguistics and the Philosophy of Language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Berlin/New York: de Gruyter, 2002.
- CORDER, S. P. The significance of learner's errors. *IRAL*, 4, 1967, p. 161-170.
- COSERIU, E. *Introducción a la lingüística*. Madrid: Centro de Lingüística Hispánica, 1986.
- COSTA, L. Gramática: variações sobre um tema. In: AZAMBUJA, J. (Org.) *O ensino de língua portuguesa para o segundo grau*. Uberlândia: UFU, 1996.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. *The fight for English. How language pundits ate, shot, and left*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARACO & MOURA. *Gramática*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FLIEGNER, J. *Grammatik verstehen und gebrauchen*. Frankfurt/Main: Scriptor, 1986.
- FUNK, H.; KOENIG, M. *Grammatik lehren und lernen*; Fernstudieneinheit 1 des Fernstudienprojekts zur Fort- und Weiterbildung im Bereich Germanistik und Deutsch als Fremdsprache. Berlin/München/Wien/ Zürich/New York: Langenscheidt, 1991.
- GERMAIN, C.; H. SEGUIN. *Le point sur la grammaire*. Paris: Clé International, 1998.
- GLABONIAT, M. *et alii. Profile Deutsch. A1 – C2*. CD-Rom plus Begeleitbuch. Berlin: Langenscheidt, 2001.
- GNUTZMANN, C. Das geht doch nicht, oder? – Grammatik für Lehrende. In: BÖRNER, W.; VOGEL, K. *Grammatik lehren und lernen. Didaktisch-methodische und unterrichtspraktische Aspekte*. Bochum: AKS-Verlag, 2001, p. 9-26.
- GÓMEZ TORREGO, L. *Gramática didáctica del español*. Madrid: SM, 1988.

HEIBIG, G. Wieviel Grammatik braucht der Mensch? In: HARDEN, T. (Org.). *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium Verlag, 1993, p. 19-29.

HUFEISEIN, B.; NEUNER, G. *Angewandte Linguistik für den fremdsprachlichen Deutschunterricht*. Eine Einführung. Fernstudienreihe 16 des Fernstudienprojekts zur Fort- und Weiterbildung im Bereich Germanistik und Deutsch als Fremdsprache. Berlin/München/Wien/Zürich/New York: Langenscheidt, 1999.

JOVANOVIC, A. Ensino de línguas e o papel da gramática. *Revista da Faculdade de Educação*, ano 12, n. 1/2, jan./dez. 1986, p. 145-156.

JUNG, L. Fremdsprachenunterricht ohne Grammatik? Nein, danke! In: HARDEN, T.; CLÍONA, C. (Orgs.). *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium, 1993, p. 65-90.

KRASHEN, S. D. *Second language acquisition and second language learning*. New York: Pergamon, 1981.

KRENN, W. Alles ist Grammatik. Ein Plädoyer für die Erweiterung des Grammatikbegriffs in der Didaktik Deutsch als Fremdsprache. In: PORTMANN-TSELIKAS et alii. (Orgs.). *Grammatik und Sprachaufmerksamkeit*. Innsbruck/Wien/München/Bozen: Studien Verlag, 2001.

LEECH, G. et alii. *English grammar for today*. Houndmills: Macmillan, 1982.

LEROY, M. *As grandes orientações da linguística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1967.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. New York: Cambridge University Press, 1968.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

MOURA, M. D. et alii. Teoria da Gramática: tendências e perspectivas. *Revista Anpoll*, Vol. 1, N. 29. Campinas: Unicamp, 2010, p. 119-168.

NEMSER, W. Approximative systems of foreign language learners. *IRAL*, vol. IX, n. 2, 1971, p. 115-123.

NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2002.

NICKEL, H. Scientific Grammar (SG) vs. Pedagogical Grammar (PG). In: HARDEN, T. (Org.) *Wieviel Grammatik braucht der Mensch?* München: Iudicium Verlag, 1993, p. 47-55.

ODLIN, T. Introduction. In: _____. *Perspectives on pedagogical grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 2000.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: Mercado de Letras, 1996.

REICHER, M. E. *Skriptum zur Vorlesung Einführung in die Sprachphilosophie*. Manuscrito não publicado. Universidade de Graz. Disponível em: <<http://www.uni-graz.at/maria.reicher/sprachphilosophieskriptum.pdf>>. Acesso em: 15-02-2011.

ROULET, E. *Teorias linguísticas, gramática e ensino de línguas*. São Paulo: Pioneira, 1972.

SÁNCHEZ PÉREZ, A. *Hacia un método integral en la enseñanza de idiomas*. Madrid: Sociedad General Española de Librería. 1993.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1967.

SELINKER, L. Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, 10, 1972, p. 209-241.

SMITH, F. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

SPANNHAKE, B.; BOGACZ-GROß, A. Grammatik im DaZ-Unterricht. In: KAUFMANN, S. et alii. (Orgs.). *Fortbildung für Kursleitende Deutsch als Zweitsprache*. Band 2. Didaktik. Methodik. Ismaning: Hueber Verlag, 2008.

STEINING, W; HUNEKE, H. W. *Sprachdidaktik Deutsch; Eine Einführung*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2007.

TAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 2001.

**O SENTIDO DA PALAVRA IGREJA
PARA OS CRISTÃOS PRIMITIVOS
EM CONFRONTO COM O SEU SENTIDO ATUAL**

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (ABRAFIL)
calbertoglopes@hotmail.com

RESUMO

Uma vez criada, toda palavra está sujeita a ter o seu sentido modificado com o passar do tempo. Com a palavra *igreja*, originária do grego *ekklesia*, não foi diferente. Portanto, o que se pretende na abordagem desse tema é mostrar a discrepância existente entre o sentido atual e o sentido original, e, com isso, fazer ver que aplicar o sentido atual na interpretação de textos antigos da era apostólica não implica só em cometer distorções inconcebíveis, por violar princípios elementares de exegese, como também adotar procedimentos perigosos possíveis de levar a conclusões equivocadas. Sendo assim, não se pode ignorar que as palavras são resultantes do duplo processo de *nomeação* e *evolução* dos valores de sentido, fato esse provavelmente ignorado pela maioria dos usuários da língua.

Palavras-chave: Linguística textual. Semântica. Etimologia.

As palavras mudam de sentido com o decorrer do tempo, fenômeno este conhecido por *metassemia* e que pode se constituir em fonte de ambiguidade na conversação.

Um exemplo típico disso ocorreu com a palavra *vilão*, que na Idade Média designava o *morador de uma vila*, enquanto hoje serve para designar um *malfeitor*, um *bandido*. Nesse caso a palavra vilão foi contaminada pejorativamente pelo comportamento dos habitantes da vila que trapaceavam os camponeses que a frequentavam.

Outro caso semelhante é o da palavra *formidável* citada por Bueno (1951, p. 75), o qual relata que, aparecendo num livro do século XIX, teria o sentido de algo *apavorante*, *que incute medo*, a exemplo de animal *formidável* e exército *formidável*, mas que atualmente teria o sentido de algo *que desperta admiração*, que é *excelente*, a exemplo de livro *formidável* e festa *formidável*, isto é, um sentido totalmente diferente do sentido etimológico original. A palavra continua sendo a mesma, mas o sentido que ela passou a ter num texto atual é outro.

Curioso ainda é o que ocorreu com a palavra *pagão*, cujo significado antes do século III era o de *morador do campo*, e que, depois do século III, quando o Cristianismo se urbanizou, passou a significar “todo aquele que não é cristão”; e, mais tarde, “um praticante da feitiçaria”, de acordo com Viola (2011, p. 213-214).

Algo parecido com os exemplos referidos ocorreu também com a palavra *igreja* em português, originária do grego *ekklesia*, através do latim *ecclesia*, com a significação etimológica de *assembleia*, e que serve para nos mostrar a importância de, sempre que se ler um texto antigo, a exemplo de um texto bíblico, verificar se o sentido das palavras que aparecem nele corresponde ou não ao sentido assumido por elas atualmente.

Não resta dúvida de que ao se mencionar a palavra *igreja* nos dias de hoje, logo surge em nossa mente o nome de uma instituição, a imagem de um prédio com bancos enfileirados, uma plataforma com um púlpito, a figura de um sacerdote (pastor, padre etc.) que profere um sermão e dirige uma liturgia, assessorado ou não por um grupo de louvor (ou coral) dentro de uma organização religiosa que pode ter um gabinete pastoral, uma secretaria, uma tesouraria e até mesmo uma série de subdivisões do tipo sociedade de senhoras, sociedade de homens, grupo de jovens, presbitério, junta diaconal, confederação nacional dos bispos, etc.; ou pensamos em todos os membros das diversas organizações religiosas cristãs espalhadas pelo mundo.

Mas, será que para os cristãos do primeiro século a palavra *igreja* evocava em suas mentes o mesmo significado que evoca para nós hoje?

Fazendo uma leitura imparcial, atenta, destituída de preconceito religioso dos óculos denominacionais e sem deixar de levar em conta a linguística textual com os seus fatores linguísticos de contextualização, de coesão, de coerência e de pragmática (a intencionalidade, a informatividade, a situacionalidade, a aceitabilidade e a intertextualidade), não há como não constatar que o sentido da palavra *igreja* para os cristãos primitivos quase nada tem a ver com o sentido que ela tem para os cristãos de hoje, da mesma forma que aconteceu com a palavra *vilão* (que hoje não significa mais *habitante da vila*), com a palavra *formidável* (que hoje não significa mais algo *apavorante, que incute medo*) e com a palavra *pagão* (que hoje não significa mais *morador do campo*).

Proveniente da palavra *ekklesia*, que designava os cidadãos que na antiga Grécia se reuniam em assembleia no *forum* da cidade para tomar decisões, a palavra *igreja* era compreendida pelos cristãos do primeiro

século não como uma organização com um prédio onde as pessoas comparecem pelo menos uma vez por semana para assistir a um culto ou a uma missa; e, depois, retornam aos seus lares para viverem as suas vidas individuais em suas famílias independentes umas das outras. Não, muito pelo contrário! Os cristãos primitivos jamais diriam *vamos à igreja*, porque para eles a igreja eram eles mesmos, unidos por laços fraternos de amizade. E a concepção que eles tinham da igreja expressa nas páginas do Novo Testamento era a de uma família espiritual composta de membros que se amavam e se importavam uns pelos outros, mais até do que pelos da família biológica. Prova disso é que quando Jesus foi advertido com as seguintes palavras: “Eis que estão ali fora tua mãe e teus irmãos, que querem falar-te”, sua resposta (que pode parecer até estranha ou mesmo chocante para quem valoriza mais a família biológica) foi:

Quem é minha mãe? E quem são meus irmãos? E, estendendo a sua mão para os seus discípulos, disse: Eis aqui minha mãe e meus irmãos; porque, qualquer que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, este é meu irmão, e irmã e mãe (Mt 12.47-50).

Também em outra oportunidade Ele manifestou o grande apreço que tinha pela família espiritual (a igreja) ao dizer: “Quem ama o pai ou a mãe mais do que a mim não é digno de mim; e quem ama o filho ou a filha mais do que a mim não é digno de mim” (Mt 10.37). Parafrazeando, é mais ou menos como se tivesse dito: “Quem ama os seus pais mais do que ama um cristão, seu irmão na fé, não é digno de mim; e quem ama os seus filhos mais do que ama um cristão, seu irmão na fé, não é digno de mim”.

O ensino cristão de que somos “o corpo de Cristo, e seus membros em particular” (1Co 12.27) do qual “Cristo é a cabeça” (Ef 5.23) implicou na redefinição do conceito original de igreja para significar mais do que meramente uma assembleia, levando os cristãos primitivos a terem uma alta estima entre si por se reconhecerem como partes de Cristo aqui na Terra, de modo que se alguém agredisse ou perseguisse a qualquer um deles, agiria como se estivesse agredindo e perseguindo a própria pessoa de Jesus. É por isso que na indagação feita por Saulo ao Senhor Jesus no caminho de Damasco, por ocasião da sua conversão, a resposta ouvida por ele foi: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues” (At 9.5). Mas Saulo estava a perseguir a igreja e não a Cristo, alguém pode refutar. Só que essa conclusão é equivocada, porque como Jesus e a igreja pertencem à mesma família espiritual da qual Ele é a cabeça, e a igreja (o Corpo) não sobrevive sem a cabeça (Jesus) com a qual está indissocia-

velmente ligada, perseguir a igreja é o mesmo que perseguir a Jesus Cristo. É o que acontece com a família biológica também, pois quando agredimos ou maltratamos a mãe de uma pessoa ocorre como se estivéssemos agredido e maltratado essa própria pessoa e vice-versa.

Também em Mt 25.34-46, Jesus diz: "...tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro e hospedastes-me; estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e fostes ver-me (...)". Indagado sobre a ocasião em que aconteceu isso em sua vida, pois parece que nos evangelhos não consta que Jesus tenha passado por todas essas tribulações, Ele respondeu: "Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes".

Esse trecho ilustra o alto conceito que as Escrituras têm da igreja e o sentido que a palavra igreja tinha para os cristãos primitivos. A concepção de igreja deles era prática e não teórica. Eles entendiam que ao socorrer um irmão da mesma fé em sua necessidade (de roupa, de afeto, de visitação, de comida, de hospedagem etc.) seja ela qual for, eles estavam socorrendo a Jesus.

Na família biológica também ocorre algo parecido, pois quando presto socorro ao meu irmão biológico em necessidade ajo como se estivesse socorrendo aos pais dele, como se estivesse ajudando e prestando um favor aos pais dele, que também são os meus pais.

Essa concepção de igreja como um organismo vivo, semelhante a uma família de pessoas que se amam não menos do que se amam os membros de uma família biológica e que se doam umas às outras está claramente expressa em vários trechos bíblicos, dentre os quais o de João 19.26-27, naquela cena comovente, em que Jesus na cruz, "vendo ali sua mãe, e que o discípulo a quem ele amava estava presente, disse a ela: Mulher, eis aí o teu filho. Depois disse ao discípulo: Eis aí tua mãe. E desde aquela hora o discípulo a recebeu em sua casa". Observa-se aqui o alto valor dado a Maria, um membro da família espiritual, não menos importante do que um membro da família biológica. Esse era o conceito apostólico de igreja, vista não como um prédio, não como uma organização religiosa, não como uma instituição insensível e fria, mas como algo muito precioso, como uma assembleia de pessoas que se amam, como pedras vivas atraídas por um sentimento comum de verdadeira amizade e afeto, unidas pela mesma fé na pessoa do seu único chefe (Jesus Cristo), e que se reúnem frequentemente para compartilhar seus dons e para mu-

tuamente se ajudarem.

Para o teólogo reformado Brunner (*apud* VIOLA & BARNA, 2008, p. 323) a igreja, conforme a concebiam os cristãos primitivos, era “uma comunhão pura de pessoas, e não tem nada a ver com o caráter próprio de uma instituição”; sendo, por isso, “enganoso identificar qualquer uma das igrejas historicamente desenvolvidas, marcadas por um caráter institucional, como igrejas (*Ekklesia*)”.

Essa ideia de igreja como família de Deus é também claramente expressa nas cartas paulinas, a exemplo de Efésios 2.19, onde se diz que já não somos “estrangeiros, nem forasteiros, mas concidadãos dos santos, e da família de Deus”; de Romanos 8.29, onde está escrito que “os que dantes conheceu também os predestinou para serem conforme à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos”, entendendo-se por Filho à pessoa de Jesus Cristo; e de Romanos 12.5, que nos diz o seguinte: “Assim nós, que somos muitos, somos um só corpo em Cristo, mas individualmente somos membros uns dos outros”.

Os cristãos do primeiro século entenderam tão bem esse conceito bíblico de igreja que viviam exatamente como numa família, pois “era um o coração e a alma da multidão dos que criam”, como também “ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns”, conforme lemos em Atos 4.32; sem falar no fato de inexistir necessitados entre eles, “porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. E repartia-se por cada um, segundo a necessidade que cada um tinha”, como relata Atos 4.34. Na realidade, ao agirem assim eles entendiam que ao socorrerem um irmão necessitado estavam socorrendo o próprio Jesus, a quem amavam muitíssimo, uma vez que criam que a salvação de suas vidas da perdição eterna devia a Ele.

Hoje, uma atitude como essa seria impensável para uma boa parte das pessoas, exatamente por terem uma concepção de igreja bem diferente, segundo a qual ela se confunde com a organização religiosa da qual pertencem. E é por isso que muitos são movidos a contribuir com dinheiro e com afeto muito mais para a organização do que para um irmão necessitado. Essa também é a razão pela qual surgem tantas organizações religiosas, algumas delas amealhando fortunas em dinheiros, enquanto há tantos necessitados não só de comida, mas muito mais até de uma amizade, de uma visita, de um afeto, de uma palavra de consolo, de compaixão.

Outra evidência de que os cristãos primitivos concebiam a igreja como a família de Deus é que eles usavam entre si o tratamento de *irmão*. Prova disso é que Paulo chama os crentes coríntios de irmãos mais de trinta e cinco vezes em sua carta. Hoje, mesmo que você se identifique como cristão ou até pertença a uma instituição religiosa por mais de um ano, nem sempre será tratado como irmão. Se o seu nome for Maria ou José, provavelmente chamá-lo-ão por Dona Maria, Senhor José ou, se possuir título, Dr. José, Prof^a Maria, e não irmão José, irmã Maria. E, pior ainda, se for o líder da organização, tratá-lo-ão por Reverendo José, Pastor José, Padre José, Monsenhor José ou Dom José, dentre outras possibilidades, mas dificilmente dirão irmão José. Isso, porque a concepção de igreja mudou, não se concebendo mais a igreja como uma irmandade, como uma família espiritual, como um organismo vivo de pessoas que se amam de fato, mas sim como uma organização dividida não só em inúmeras denominações como também em duas classes distintas de pessoas: o clero e o laicato. No primeiro século, como a concepção de igreja era outra, não tinha sentido um cristão chamar outro cristão de senhor, professor, padre, pastor ou doutor, da mesma forma que na família biológica seria um absurdo e até ridículo um irmão chamar o seu irmão de senhor, professor, padre, pastor ou doutor. Não existe isso. Você não encontra em família nenhuma um irmão tratando o outro dessa forma; e como a igreja era concebida como uma família, o princípio se aplicava a ela também. É por isso que em Mateus 23.8,10 e 11 encontramos Jesus dizendo: “Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmãos. Nem vos chameis mestres, porque um só é vosso Mestre, que é o Cristo. O maior dentre vós será vosso servo”. A proposta aqui é revolucionária, porque se opõe ao que encontramos no reino dos homens, onde tanto se valoriza títulos e posições, mais até do que se valoriza o caráter de uma pessoa.

Vejamos ainda alguns trechos das cartas de Paulo nas quais há irrefutáveis provas de que a concepção de igreja no primeiro século era a de uma família espiritual, até mesmo superior à de uma família biológica. Em Gálatas 6.10 recomenda Paulo a não nos cansarmos de fazer o bem a todos, “mas principalmente aos domésticos da fé”; em 1 Timóteo 5.1-2, a não repreender asperamente os anciãos, mas a admoestá-los “como a pais; aos mancebos como a irmãos”; em Romanos 12.13 recomenda comunicarmos “com os santos” (os irmãos) em nossas “necessidades”; e em 1 Coríntios 12.25-26 exorta a não haver “divisão no corpo e a ter os membros igual cuidado uns para com os outros. De maneira que, se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e, se um membro é

honrado, todos os membros se regozijam com ele”.

Essa é a visão paulina de igreja e é também a dos cristãos primitivos, isto é, a de um corpo de membros interdependentes; a de uma comunidade que pratica a cooperação e a mutualidade; a de um grupo de membros que, de comum acordo, se submetem e se deixam ser dirigidos pela cabeça desse corpo, que é Cristo, mas sem um chefe humano exercendo domínio sobre eles, já que todos são irmãos e entre irmãos as relações são de igualdade e não de hierarquia ou subordinação unilateral. Evidência disso são os inúmeros mandamentos de mutualidade encontrados nos textos bíblicos, dentre os quais os que recomendam os irmãos a amarem-se cordialmente, preferindo-se em honra, uns aos outros (Rm 12.10); a serem misericordiosos e afáveis (1 Pe 3.8); a exortarem-se uns aos outros, a edificarem-se uns aos outros (1 Ts 5.11); a receberem-se uns aos outros (Rm 15.7); a admoestarem-se uns aos outros (Rm 15.14); a saudarem-se uns aos outros com santo ósculo (Rm 16.16); a terem cuidado uns dos outros (1 Co 12.25); a servirem-se uns aos outros (Gl 5.13); a suportarem-se uns aos outros em amor (Ef 4.2); a perdoarem-se, sendo benignos e misericordiosos uns para com os outros (Ef 4.32); a falarem uns com os outros com salmos, hinos e cânticos espirituais (Ef 5.19); a sujeitarem-se uns aos outros (Ef 5.21); a ensinarem uns aos outros (Cl 3.16); a confessarem os pecados uns aos outros, a orarem uns pelos outros (Tg 5.16); a serem hospitaleiros uns para com os outros (1 Pe 4.9) e a terem comunhão uns com os outros (1 Jo 1.7).

Será impossível obedecer a esses mandamentos de mutualidade (que, por sinal, não são opcionais, mas um dever cristão) sem que a igreja funcione como uma família na qual os seus membros, atraídos entre si por um vínculo de amizade, companheirismo e camaradagem, se encontrem frequentemente em reuniões que funcionem com a participação de todos. Só numa comunidade igualitária de irmãos é que haveria liberdade entre eles para o exercício da caridade, da misericórdia, da afabilidade, da exortação, da edificação, da recepção, da admoestação, do cuidado, do serviço, da tolerância, do perdão, da sujeição, da confissão, da hospitalidade e da comunhão. Numa organização religiosa em que as pessoas se limitam a um encontro esporádico dentro de um espaço chamado templo, torna-se inviável essa comunhão, não só pelo fato de a maioria dos fiéis passarem quase o tempo todo ali calados, sem se intercomunicarem, como também porque a visão da maioria é outra, com a ênfase sendo colocada na organização e não nas pessoas. A propósito, dentre outros trechos, encontramos em Mateus 19.21 Jesus dizendo: “Se queres ser per-

feito, vai, vende tudo o que tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me”. Por que Ele não recomendou dar pelo menos uma parte do dinheiro dessa venda à organização religiosa, como muitos hoje em dia poderiam pensar, se fosse essa a forma correta de contribuir para acumular tesouro no céu? Por que ele recomendou dar apenas aos pobres? Porque a ênfase e a visão de Jesus, assim como a dos primeiros cristãos, está colocada não na organização, como se a organização fosse algo sagrado, quando de fato não é, mas nas pessoas, dentre as quais se inserem, principalmente, aquelas pertencentes ao organismo vivo chamado igreja. Não foi por acaso que no ministério de Jesus vamos encontrá-lo na maior parte do seu tempo andando com as pessoas, falando com elas, comendo com elas, dialogando com elas, visitando-as, aconselhando-as, socorrendo-as, ouvindo-as; e, poucas vezes, falando sozinho para as multidões.

É por isso também que o Cristianismo se torna inviável entre pessoas individualistas e acomodadas. Sem sair do nosso individualismo egocêntrico para construir laços de amizade com os irmãos não temos como entrar no reino de Deus. Nesse caso, a única alternativa é o reino das trevas, é o reino deste mundo; e, para tanto, basta aderir a um movimento religioso qualquer não comprometido com o alvo de pôr em prática os mandamentos de mutualidade.

Viola (2009, p. 110) percebeu muito bem essa concepção de igreja como família ao reconhecer que “a igreja que nos é apresentada nas Escrituras é uma família amorosa, não uma empresa; um organismo vivo, não uma organização estática. Ela é a expressão coletiva de Jesus Cristo, não uma instituição religiosa; é a comunidade do Rei, não uma bem azeitada máquina hierárquica”.

Concebida como um organismo, a igreja do primeiro século se via como parte inseparável de Jesus Cristo, uma vez que, conforme diz Paulo em Colossenses 1.18, “ele é a cabeça do corpo, da igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência”.

É por isso que não tem sentido o ensino equivocado de que temos que ser sal e luz no mundo como indivíduos, porque assim como Jesus não pode ser compreendido mais como um indivíduo, o cristão também não pode ser concebido como um indivíduo (isolado) pois todos nós, tendo Jesus Cristo como cabeça, fazemos parte de uma corporação constituída de diversas pessoas convertidas, pois o propósito de Deus é corporativo e não individualista.

Sendo assim, “o governo de uma igreja local não é uma autocracia (...), nem uma democracia – é uma cristocracia, porque Cristo é a cabeça” (FIGUEIRA, 1991, p. 178) junto à qual todos os outros membros se unem numa unidade corporativa fraterna. Por outro lado, concebida a igreja como uma família constituída de irmãos, não cabe um chefe espiritual humano exercendo primazia ou autoridade sobre eles, razão pela qual em 1 Pedro 5.3 há a recomendação para que os presbíteros não exerçam domínio sobre a igreja (herança de Deus) e em 1 Pedro 5.1 há a referência de igualdade entre eles ao se referir aos presbíteros que havia “entre” eles e não “sobre” eles. Dessa forma, como numa assembleia legislativa em que nenhum deputado exerce domínio ou autoridade sobre os outros, nem mesmo o presidente da assembleia, e todos têm direito à palavra e podem se manifestar participando dos debates, também na igreja do primeiro século nenhum dos cristãos exercia primazia sobre os demais nem exclusividade no uso da palavra, pois todos podiam falar quando se reuniam, razão pela qual não havia entre eles hierarquia e muito menos divisões do tipo leigos e clero, jovens e velhos, crianças e adultos, por não ter lógica nem sentido, tanto numa irmandade como numa família, esse tipo de separação, e muito menos alguns terem certos privilégios, certas distinções e outros não. Na família unida por Jesus e tendo Jesus por cabeça nenhum de seus membros quer ficar separado um do outro e todos sentem a falta um do outro, e nenhum dos irmãos almeja ser mais importante ou ter mais regalias e distinções do que o outro, uma vez que a relação entre eles só pode ser horizontal e não vertical. A propósito, Jesus Cristo deixou bem claro que no reino de Deus as coisas caminhariam na contramão do reino do mundo. Quando respondeu à contenda entre os seus discípulos sobre qual deles parecia ser o maior dentre eles, foi taxativo: “Os reis dos gentios dominam sobre eles, e os que têm autoridade sobre eles são chamados benfeitores. Mas não sereis vós assim; antes o maior entre vós seja como o menor; e quem governa como quem serve” (Lc 22.25-26).

No âmbito dessa visão, as palavras *presbíteros*, *bispos* e *anciãos* da igreja primitiva eram usadas, intercambiavelmente, para designar o serviço, dentre outros, de cuidado e supervisão não remunerado exercido por alguns irmãos mais velhos na fê, e não designavam cargo ou profissão, nem se reportavam para uma escala hierárquica; da mesma forma que a palavra *diácono*, usada para designar os irmãos encarregados do serviço assistencial aos necessitados da igreja. Eram nomes para designar função ou atribuição de serviço (como hoje se usa os nomes de *secretário* e *relator* para definir o tipo de serviço dos membros de uma comis-

são) e não servia para atribuir título honorífico ou ofício vitalício, nem para designar uma classe especial de cristãos, pois isso seria inconcebível na concepção de igreja do primeiro século, onde as relações entre os irmãos era horizontal (sem privilégios) e não vertical (com privilégios). Em oposição a isso, várias organizações religiosas dos nossos dias têm uma concepção de igreja dividida em dois grupos distintos (o clero e o laicato), o que significa não só fragmentar o corpo de Cristo como também ir frontalmente contra o princípio bíblico do sacerdócio de todos os cristãos, expresso em 1 Pedro 2.9 ao se referir aos cristãos como o povo de Deus, como *geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa*. A Reforma Protestante defendeu esse princípio, mas, infelizmente, só na teoria, pois falhou na sua execução. Aliás, o problema da Reforma, sem deixar de reconhecer a sua grande contribuição em prol da fé cristã, parece ter sido mais entusiasmo pela ortodoxia e menos entusiasmo pela ortopraxia, que não deixa de ser também um problema atual; cabendo aqui observar que doutrina correta sem prática correta, além de ser incoerente e promover o orgulho religioso, pode implicar em demagogia e até mesmo em hipocrisia.

Dentro dessa concepção de igreja como família, os cristãos primitivos entendiam também que a Igreja de Cristo na Terra era uma só em cada cidade. É por isso que não encontramos expressões do tipo “nas igrejas que estavam em Antioquia” (no plural), mas sim, como se encontra em Atos 13.1, “na igreja que estava em Antioquia” (no singular). Observe também que o autor do texto não dá nome à igreja. Ele não diz “na Igreja Pentecostal ou na Igreja Reformada ou na Igreja Católica que estava em Antioquia” porque era inconcebível não só nomear como haver mais de uma igreja cristã numa cidade. Isso seria mutilar o Corpo de Cristo e negar o ministério do Espírito Santo na igreja, o qual promove a união e não a desunião; e, pior do que isso, seria impedir também o ministério evangelístico, ao proclamar para o mundo incrédulo a mensagem de que os cristãos estão desunidos naquela cidade.

Na oração proferida por Jesus momentos antes da sua morte sacrificial em nosso favor fica bem patente essa concepção unitária e não fragmentada de igreja, quando disse:

E não rogo somente por estes, mas também por aqueles que pela sua palavra hão de crer em mim; para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. (...) Eu neles, e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade, (...). (Jo 17.20-21, 23).

Paulo também não tinha outra concepção de igreja que não fosse a de uma igreja unida ao expressar a sua indignação aos coríntios com a seguinte pergunta: “Está Cristo dividido?” (1 Co 1.13); e ao exortá-los com as seguintes palavras: “Rogo-vos, porém, irmãos, pelo nome do nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos uma mesma coisa, e que não haja entre vós dissensões; antes sejais unidos em um mesmo pensamento e em um mesmo parecer”. (1 Co 1.10). Hoje, seria utópica essa unidade da parte dos grupos religiosos não só pelo fato de se aceitar com naturalidade entre eles a ideia de uma igreja dividida, como também pelo fato de ser muito raro encontrar pessoas sedentas pela verdade e com sinceridade de propósitos, condição indispensável para que todos cheguem a um denominador comum, a um mesmo pensamento e a um mesmo parecer, como recomendou o apóstolo Paulo.

Por outro lado, na cabeça do cristão primitivo, ao ouvir o nome igreja, essa palavra de modo algum evocaria a existência de um templo ou prédio especial para reuniões públicas, porque eles eram o templo; nem roupas distintivas entre eles para ir a essas reuniões, porque todos eram irmãos que se reuniam na simplicidade de um lar; nem um chefe religioso à frente dirigindo o ritual litúrgico no qual apenas ele fala e os outros assistem calados sem poder participar, porque todos participavam como numa assembleia, e quando havia necessidade de deliberar sobre alguma questão, as decisões eram consensuais; nem uma Ceia na qual se come apenas um pedaço minúsculo de pão e se bebe apenas uma porção muito pequena de vinho, porque a Ceia era uma refeição completa num ambiente festivo; nem um seminário destinado à diplomação de uma classe distintiva de clérigos, porque a própria igreja era o seminário e não havia aceção de pessoas entre eles; nem a existência de cantores solo, grupos de louvor ou coral nas reuniões, porque o cantor, o grupo de louvor e o coral eram eles mesmos cantando todos juntos para a glória de Deus.

Logo, se ressuscitasse um cristão do primeiro século e entrasse hoje em alguns prédios denominados igreja, ele ficaria perplexo, sentindo como se estivesse entrando numa empresa, ao ver na fachada o logotipo com o nome da organização e, dentro dela, uma secretaria, na qual se encontra um livro de atas, um planejamento estratégico, um computador, etc., tudo isso sob os cuidados de uma funcionária remunerada. Além disso, ele encontraria também um gabinete pastoral, uma tesouraria e, dentre outros departamentos, um grande salão parecido com uma sala de espetáculos com cadeiras enfileiradas para a plateia, uma plataforma ele-

vada com púlpito, aparelhos de som, amplificadores, refletores, bateria, guitarra, teclado, órgão etc., recebendo no final da visita o convite para assistir o ritual litúrgico.

Caso aceitasse o convite, até poderia se deleitar com os hinos cantados pelo coral, o som belíssimo do órgão, o solo do cantor, o sermão cheio de floreios retóricos do pregador, fazendo uma ressalva apenas no contraste brusco do chamado *momento de louvor*, por achar estranho as pessoas ficarem de pé enquanto cantam sem que alguém explique a razão para isso, e por não vê coerência em se misturar a harmoniosa música sacra inicial com o estilo mundano e barulhento das bandas de *rock*, em altos decibéis, responsável pelo incômodo e pelo prejuízo à saúde auditiva e psíquica de todos; mas sentiria uma falta enorme da igreja reunida no aconchego das casas dos irmãos em que todos participam, tal como menciona Paulo em Colossense 4.15, ao enviar saudações a Ninfa e à igreja que estava em sua casa; e não confundiria a igreja verdadeiramente dita, a casa de Deus, com uma edificação feita por mãos humanas (a exemplo de uma catedral ou de um prédio religioso), conforme se lê em 1 Coríntios 3.16 “Não sabeis vós que sois o templo de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?”, já que o templo, na concepção bíblica de igreja, passa a ser os cristãos, as pessoas, e não o prédio, uma vez que “o Altíssimo não habita em templos feitos por mãos de homens”, segundo doutrina Atos 7.48; e muito menos confundiria o ritual litúrgico ou a ordem de culto com o culto propriamente dito, já que, segundo afirma Davies (*apud* VIOLA & BARNA, 2008: 48), citando João 4.23, “o culto não é algo que acontece em um determinado lugar em um certo momento. É um estilo de vida. O culto acontece em espírito e em verdade dentro do povo de Deus, porque é onde Deus vive hoje”.

Outro diferencial na concepção de igreja dos cristãos primitivos é que nela ninguém era espectador e todos participavam num ambiente isento de ritualismo e de um dirigente falando quase o tempo todo e exercendo domínio manipulador sobre os demais, como se depreende da leitura de 1 Coríntios 14.26 ao lermos o seguinte: “Que fareis pois, irmãos? Quando vos ajuntais, cada um de vós tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação. Faça-se tudo para edificação”. Observe que o texto é claro ao dizer “cada um”, sem excluir ninguém. Isso prova a participação plural, a participação coletiva de todos, e não a participação singular de apenas uma pessoa nas reuniões coletivas, principalmente levando-se em conta que uma igreja de tamanho médio nas casas não tinham muito mais do que trinta pessoas, em virtude da

própria limitação do espaço de uma casa. Também, em 1 Coríntios 14.31, há evidências da participação coletiva, e não de uns poucos, quando se diz: “Porque todos podereis profetizar, uns depois dos outros; para que todos aprendam, e todos sejam consolados”, cabendo observar que profetizar não quer dizer, necessariamente, *fazer previsão do futuro*. Por conseguinte, a correta compreensão desses trechos supracitados exclui a participação do sacerdote solo, isto é, a de um oficiante na congregação desempenhando sozinho o papel de pregador e dirigente com primazia sobre os demais, porque, conforme o puritano Johns Owen (*apud* VIOLA, 2008, p. 296) escreveu, “cada igreja (...), era um seminário onde se providenciava a provisão e a preparação”, deduzindo daí que todos os cristãos passavam por uma formação prática e vivencial na companhia dos outros irmãos, seguindo o exemplo de Jesus Cristo, e que o termo pastor, bem entendido, não designava cargo, ofício ou título, sendo mais propriamente uma metáfora para indicar a função desempenhada por um cristão que se colocava em pé de igualdade com os demais, sem qualquer pretensão hierárquica.

Percebendo essa problemática toda envolvendo a figura do pastor como líder eclesialístico é que Viola e Barna (2008, p. 163) indagam:

Como pode o pastor aprender dos demais membros do Corpo de Cristo quando estão sempre mudos? Como pode a igreja aprender do pastor quando seus membros não podem fazer perguntas durante sua oratória? Como podem os irmãos e irmãs aprenderem uns dos outros se todos estão impedidos de falar nas reuniões?

A essas indagações poderíamos ainda acrescentar: Como pode o pastor ser pastoreado sem estar sujeito ao pastoreio dos outros irmãos e sem se colocar em posição de igualdade com eles? Essa problemática certamente não havia no primeiro século em que a concepção de igreja era plural, era coletiva, era a de um grupo de amigos, era a de uma família espiritual convivendo num relacionamento dialógico; jamais monológico.

De tudo o que foi dito até aqui, pode-se concluir, então, que o sentido da palavra igreja para os cristãos primitivos é bem diferente do seu sentido atual, passando a palavra igreja até a ser ambígua, pois hoje tanto pode significar um prédio onde os fiéis se reúnem, quanto uma organização religiosa dirigida por uma classe especial de profissionais distinta dos demais e até mesmo uma federação de igrejas locais sob o governo de um presidente eleito por seus representantes.

Nada disso tem a ver com o sentido da palavra igreja encontrado

no texto bíblico e que era como entendiam os cristãos primitivos, para os quais a igreja não era vista como uma organização, como uma empresa, mas como um organismo vivo constituído apenas de pessoas numa determinada localidade, unidas por um vínculo de amizade mediante a operação do Espírito Santo em seus corações e que se reuniam nos lares, onde todos podiam participar (sem que ninguém exercesse proeminência entre eles) com o propósito de se edificarem mutuamente, pondo em prática os mandamentos de mutualidade, orando, cantando, estudando as Escrituras e realizando a Ceia comunitária à qual denominavam *feita do amor*. Entendiam assim que o Cristianismo não tinha templo nem classe sacerdotal distinta dos leigos nem sacrifício, por se considerarem “pedras vivas, (...) edificados casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo”, como se encontra expresso em 1 Pedro 2.5; e também em Hebreus 13.15-16, onde se lê: “Portanto ofereçamos sempre por ele a Deus sacrifício de louvor, isto é, o fruto dos lábios que confessam o seu nome. E não vos esqueçais da beneficência e comunicação, porque com tais sacrifícios Deus se agrada”. Ou seja, o templo somos nós como cristãos verdadeiramente convertidos, não é um prédio, o que significa dizer que não há mais um prédio sagrado como houve o templo de Jerusalém; o sacerdócio agora é exercido por todos os cristãos e não mais por uma classe sacerdotal como havia no Judaísmo; e o sacrifício agora consiste não só no reconhecimento sincero através dos nossos lábios, em atitude de gratidão, do quão bom tem sido Deus para conosco, principalmente por enviar o seu Filho para morrer na cruz em nosso favor e ressuscitá-Lo depois de três dias, como também nos atos de caridade e de ajuda sacrificial em prol dos nossos irmãos que vieram em substituição aos sacrifícios de animais do Judaísmo.

Cientes de que a prova de autêntica conversão ao Cristianismo é o amor que se passa a ter pelos irmãos da mesma fé, conforme registra 1 João 3.14 “Nós sabemos que passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos. Quem não ama a seu irmão permanece na morte” é que os cristãos do primeiro século concebiam a igreja como um grupo de amigos que se reuniam pelo menos semanalmente, uma vez que o amor cristão não é platônico, não se concretiza à distância, e não existe sem se manifestar visivelmente através dos vínculos afetivos de amizade. Para eles, igreja sem amor, sem amizade, sem comunhão, sem vínculo afetivo igual ou até maior do que o existente na família biológica não existe, não é igreja. Pode até ser um ajuntamento de pessoas que se encontram frequentemente para assistir a uma apresentação, a um espetáculo, a um culto ou a uma missa, mas onde ninguém se importa com ninguém, ninguém

tem compromisso de formar laços de amizade com ninguém, ninguém quer se envolver com a vida de ninguém, ninguém tem prazer de ajudar ou socorrer ninguém; e, assim, depois que termina a apresentação, o espetáculo, o culto ou a missa, cada qual vai para sua casa viver a sua vida individualista com seus filhos, com sua família biológica, esquecendo-se da família de Deus, da família espiritual, da família de Jesus, sem ter consciência de que ao agir assim está desprezando a Jesus e está negando a sua conversão. Isso não é Cristianismo, é outra coisa bem diferente do que bíblicamente se concebe por Cristianismo. É por isso que em nossa cultura ocidental pós-cristã onde reina o individualismo e onde se dá mais valor ao dinheiro do que à amizade ou a qualquer outra coisa, o Cristianismo autêntico se coloca como um movimento revolucionário, como um movimento de contracultura que não é bem aceito pela maioria das pessoas, que preferem associar-se a um grupo religioso qualquer, desde que não se exija nada além de uma contribuição monetária mensal.

Infelizmente, as tradições de homens pecadores foram sendo incorporadas entre os cristãos através dos séculos, tradições estas já existentes na época de Jesus e que mereceu a sua condenação ao se dirigir aos fariseus, como se pode constatar lendo Mateus 15.6: “E assim invalidastes, pela vossa tradição, o mandamento de Deus”. E foram exatamente essas tradições que, como vimos, contribuíram também para os acréscimos de práticas inexistentes na igreja do primeiro século, levando consequentemente à alteração metassêmica da palavra igreja, com consequente mudança de âmbito por extensão do seu significado, o que resultou na ambiguidade do termo, razão pela qual, se alguém diz hoje que não gosta da igreja, ficamos sem saber se ele está dizendo que não gosta do prédio, que não gosta das pessoas que frequentam o prédio ou que não gosta da organização religiosa dentro da qual as pessoas se reúnem, dentre outras possibilidades.

Finalmente, cremos ter ficado claro na exposição deste ensaio o fato de que ao nos depararmos com a palavra igreja nos textos bíblicos sempre devemos interpretá-la atentando para o sentido assumido por ela no texto; e que corresponde sempre ao sentido tido por ela na época em que o texto foi escrito, há mais de 1900 anos, sem confundir igreja com um prédio, com uma catedral ou com uma organização religiosa do nosso tempo, sob o risco de se cometer graves distorções exegéticas e de chegar a conclusões erradas, inverídicas e totalmente equivocadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA Sagrada. Edição corrigida e revisada fiel ao texto original. Trad.: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994.

BRUNNER, Emil. *O equívoco sobre a igreja*. Trad.: Paulo Arantes. São Paulo: Novo Século / Fonte Editorial, 2004.

BUENO, Francisco da Silveira. *Tratado de semântica geral: aplicada à língua portuguesa do Brasil*. 2. ed. aumentada com a polêmica. São Paulo: Saraiva, 1951.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIGUEIRAS, S. G. *Os “irmãos”*: notas históricas sobre o grupo evangélico conhecido como os “irmãos”. Petrópolis, 1991.

VIOLA, Frank. *Reimaginando a igreja: para quem busca mais do que simplesmente um grupo religioso*. Trad.: Leandro Marques. Brasília: Palavra, 2009.

_____. *Da eternidade até aqui: redescobrimo o propósito eterno de Deus para a sua vida*. Trad.: Marília Peçanha. Brasília, Palavra, 2011.

_____; BARNA, George. *Cristianismo pagão?: analisando as origens das práticas e tradições da igreja*. Trad.: Tatiana Luques. São Paulo: Abba Press, 2008.

WRIGHT, N. T. *Simplesmente cristão*. Trad.: Jorge Camargo. Viçosa: Ultimato, 2008.

**OS SUFIXOS: -EIRO, -OR, -NTE E -ISTA
NO AUTO DA ALMA E NO AUTO DA COMPADECIDA**

Nilsa Areán-García (GMHP USP)
nilsa.arean@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar de forma comparativa as palavras formadas com os sufixos *-eiro(a)*, *-or*, *-nte* e *-ista*, que são encontradas no *Auto da Alma*, obra de autoria de Gil Vicente e datada em 1518 (século XVI), e *Auto da Compadecida*, obra de Ariano Suassuna e datada em 1955 (século XX), a título ilustrativo, para verificar como se comportam ao longo dos séculos tais formações.

Palavras-chave: Sufixos. Derivação. Formação de palavras.

1. Introdução

Neste breve estudo, observamos a formação de nomes agentivos por meio da sufixação, sejam na formação de nomes que designam objetos, designam profissionais ou outros agentes. Convém lembrar que o termo nome agentivo, deve ser entendido, neste estudo, do ponto de vista mais amplo possível, não apenas no caso de nome de profissionais, porém também no caso de nomes instrumentais, aos quais não se aplica o requisito de voluntariedade, mas que tem em comum com os profissionais o exercício de uma função ou uma ação. Nota-se também que, nestes casos, as formações derivadas eram inicialmente, em geral, adjetivos, que com a frequência de uso isolada, ou seja, com elipse dos substantivos de referência, acabaram cristalizando-se como substantivos, por exemplo: *profissional dentista*, *profissional cozinheiro*, *profissional varredor*, *profissional negociante*. Dentre os sufixos nocionais que derivam nomes agentivos, escolheu-se para tal: *-eiro(a)*, *-or*, *-nte* e *-ista*.

Assim, preliminarmente, situa-se cada sufixo no âmbito da língua portuguesa e posteriormente faz-se um estudo comparativo de suas produções, utilizando como *corpus* duas obras de teatro: *Auto da Alma*, escrita por Gil Vicente em 1518 (século XVI) e *Auto da Compadecida*, escrita por Ariano Suassuna em 1955 (século XX). Deste modo, com a finalidade comparativa, escolheram-se duas obras de mesmo gênero, cuja linguagem, embora escrita, aproxima-se da oralidade apresentando um estilo simples e coloquial. Assim, o que as distanciam é o período em que foram compostas, uma no século XVI e outra no século XX. Para compa-

rá-las, então, é feito um cômputo e um estudo da ocorrência de palavras formadas com os sufixos em questão em cada obra. Para, posteriormente, efetivamente se proceder à análise comparativa destas ocorrências e tentar justificá-las.

2. O sufixo *-eiro(a)*

O sufixo *-eiro(a)*, de acordo com Viaro (2008), é proveniente do sufixo latino *-arius, -aria, -arium*, que no latim já era um sufixo muito produtivo como formador de adjetivos. No próprio latim, este sufixo se tornou um formador de substantivos. Sob a forma *-arius*, o sufixo derivava substantivos significando 'o que /quem produz e/ou negocia, cuida, trata de; objeto designado pelo radical' e, como tal, já era produtivo na designação de agentes e profissionais, por exemplo, *ferrarius* 'ferreiro'. Já, na forma *-aria, -arium*, o sufixo foi produtivo na derivação de substantivos significando 'lugar, local, receptáculo; relativo ao radical', por exemplo, *caldarium* 'casa de banho' ou *caldaria* 'caldeira'. E, dada a sua grande produtividade na formação de palavras no latim, estendeu-se para formações em outros campos semânticos, por exemplo, *denarius* 'dinheiro'.

Ao passar para o português, este sufixo latino deu origem a dois sufixos: *-ário(a)* e *-eiro(a)*, e, de modo análogo, deu origem a seus cognatos nas demais línguas românicas. O sufixo *-eiro(a)*, no português, já é muito produtivo e encontrado desde os primórdios da língua. Dada sua grande produtividade, segundo Viaro (2007, p. 45-84), abrange, atualmente, várias categorias semânticas:

1) adjetivos caracterizadores; 2) gentilícios; 3) tendência, gosto ou propensão; 4) adjetivos pejorativos; 5) substantivos agentivos; 6) substantivos indicadores de posse; 7) instrumentos;	8) locativos ou recipientes; 9) árvores frutíferas; 10) coletivos e intensidade; 11) frequência em atividades [ou ações]; 12) doenças; 13) efeitos abstratos etc.
--	--

Devido à sua diversidade de noções semânticas e sua flexibilidade combinatória é um dos sufixos mais empregados no processo derivacional da língua portuguesa.

Quanto à formação *nomina agentis*:

Pelo fato de ser aplicado à uma base denominal, o sufixo nominaliza o agente que exerce uma determinada ação sobre o objeto nomeado na base. As-

sim, uma regra de formação é N + *-eiro*, na qual N é a base denominal e uma paráfrase de sua formação seria 'que V N', que pratica uma ação V relacionada com o objeto N, no qual V é um verbo no presente do indicativo e N é o nome do objeto. (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 1583-1584).

De acordo com as datações obtidas por meio do dicionário Houaiss (2001), as formações *nomina agentis* com o sufixo *-eiro(a)* são encontradas na língua portuguesa desde o século XI.

3. O sufixo *-or*

O sufixo nominal *-or* é originário, de acordo com Pharies (2002, p. 169) do sufixo latino *-oris*, que era aplicado ao participio perfeito dos verbos latinos formando nomes, muitas vezes, substantivos que provêm de adjetivos, com noção de qualidade, prosperidade ou maneira de ser.

A formação em *-or*, na maioria dos casos, corresponde em português aos substantivos que caracterizam um ser pelo exercício ou prática de uma ação. Por exemplo, na palavra *observador* tem-se um indivíduo caracterizado pela ação de *observar*. Pode-se notar que há muitas palavras terminadas em *-dor*, *-tor*, *-sor*, *-or*, nas quais se observa que as consoantes *d*, *t*, *s*, pertencem a temas do participio passado. Assim, as palavras formadas com o sufixo *-or*, tomam como base da derivação a formação participial passada do verbo, ou seja, da ação que caracteriza o substantivo formado. Com o sufixo formam-se, então, nomes de agentes, por exemplo, *amador*, *roedor*, *sofredor*, *observador*, e em alguns casos transfere-se o sentido do nome da pessoa-agente para o nome do objeto-agente, caracterizado pela prática da ação, por exemplo, *aspirador*, *aquecedor*, *regador*.

Quanto à formação *nomina agentis*:

Pelo fato de ser aplicado à uma base de participio passado, o sufixo nominaliza o agente de uma ação que vem sendo praticada, ou seja, uma ação já iniciada desde um passado. Assim, uma regra de formação é V + *-or*, na qual V é um verbo em participio passado e uma paráfrase de sua formação seria 'que tem V (participio passado)'. Por exemplo, *fumador* indica 'quem tem *fumado*' (*fumado* + *-or*). Por indicar uma ação já iniciada desde um passado, o sufixo *-or*, em uma análise mais pragmática, culmina na indicação de uma experiência, competência e trajetória do agente na ação indicada pelo verbo. Quicá tal indicação tenha sido responsável pela ampla utilização de *-or* na formação de nomes de profissionais. (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 1581-1581).

De acordo com as datações obtidas por meio de Houaiss (2001), as formações *nomina agentis* com o sufixo *-or* são encontradas na língua portuguesa desde o século XII.

4. O sufixo *-nte*

O sufixo *-nte*, de acordo com Pharies (2002, p. 84-85) provém da desinência latina *-ns, -ntis*, que designava a forma do particípio presente ativo nos verbos. Portanto trata-se de uma desinência verbal que adquiriu o caráter de sufixo em muitas línguas românicas, dentre elas o português, no qual se mantêm quase que de forma intacta, se comparado à forma latina. Assim, na primeira conjugação latina: *-are > -(a)ns, -(a)ntis*; na segunda e na terceira conjugação latina: *-ere > -(e)ns, -(e)ntis*; na quarta conjugação do latim: *-ire > -(e)(i)ns, -(e)(i)ntis*. Então, em português, o sufixo assume as formas: *-ante* para os verbos da primeira conjugação e *-ente* para os da segunda e terceira, embora, a partir do século XIV, alguns verbos da terceira conjugação passaram a desenvolver a forma *-inte*, explicando os casos de: *referir > referente* e *ouvir > ouvinte*. Convém notar que há palavras no léxico do português que vieram diretamente do latim, daí exemplos como: *seguinte* e *sequente*; *nutrir* e *nutriente*; *receber* e *receptiente*.

Quanto à categoria semântica, *-nte* pode formar, em geral, adjetivos (*delirante, fervente*) e substantivos agentivos (*ajudante, calmante*), embora a preposição *durante*, o advérbio *bastante* e a conjunção *consoante* também sejam exemplos de suas formações.

Quanto à formação *nomina agentis*:

Pelo fato de ser aplicado a uma base de particípio presente, o sufixo nominaliza o agente de uma ação que é praticada no presente. Assim, uma regra de formação é *V + -nte*, na qual *V* é um verbo no tempo presente do indicativo e uma paráfrase de sua formação seria 'que *V* (presente do indicativo)'. Em alguns casos, ainda, sua significação pode ser equivalente a um gerúndio. Por exemplo, *fumante* indica 'que ou quem *fuma*' (*fuma + -nte*), em alguns casos: 'quem está *fumando*', ou seja o sufixo caracteriza um agente atual no decurso de sua ação. (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 1582-1583).

De acordo com as datações obtidas por meio de Houaiss (2001), as formações *nomina agentis* com o sufixo *-nte* são encontradas na língua portuguesa desde o século XIII.

5. O sufixo *-ista*

Conforme Pharies (2002, p. 358), *-ista* é um sufixo culto proveniente da terminação grega, *-istes*, que a partir de radicais nominais deriva nomes agentivos que designam, por um lado pessoas que exercem uma profissão ou ofício, e por outro, partidários de doutrinas de vários tipos.

Quanto à formação *nomina agentis*:

Analogamente ao *-eiro*, pelo fato de ser aplicado à uma base denominal, o sufixo *-ista* nominaliza o agente que exerce uma determinada ação sobre o objeto nomeado na base. Assim, uma regra de formação é N + *-ista*, na qual N é a base denominal e uma paráfrase de sua formação seria 'que V N', que pratica uma ação V relacionada com o objeto N, no qual V é um verbo no presente do indicativo e N é o nome do objeto. (AREÁN-GARCÍA, 2009, p. 1584).

Embora já tenhamos palavras no âmbito eclesiástico, tais como: evangelista, batista e organista, desde os primórdios da língua portuguesa (...) as primeiras produções com o sufixo efetivamente na língua se dão a partir do século XVI, durante o período das navegações e descobertas marítimas, porém com a designação gentilícia (...) é somente a partir do século XIX, ou seja, três séculos mais tarde, que o sufixo *-ista* se mostra produtivo na formação *nomina agentis* na língua portuguesa. (AREÁN-GARCÍA, 2012, p. 2476).

6. O sufixo *-eiro(a)* nas duas obras teatrais

No *Auto da Alma*, foram encontradas quatro palavras formadas com o sufixo *-eiro(a)* seguidas de suas datações, entre parêntesis, de acordo com o Houaiss (2001): *caminheiro* (1391), *cozinheira* (1326), *estalajadeira* (séc. XIV), *herdeiro* (séc. XIII). No *Auto da Compadecida*, foram encontradas dez palavras formadas com *-eiro(a)*: *cangaceiro* (1899), *carpinteiro* (1375), *catimbozeiro* (séc. XX), *chocadeira* (1899), *companheiro* (1297), *herdeiro* (séc. XIII), *lavadeira* (1813), *padeiro* (séc. XIII), *padroeiro* (séc. XIII), *vaqueiro* (1059).

Observa-se que todas as formações são agentivas, ainda que *chocadeira* seja um instrumento, a palavra pode ser considerada como instrumento-agente. Além disso, à exceção de *chocadeira*, as demais palavras referem-se a seres humanos, dentre os quais: *cozinheira*, *estalajadeira*, *cangaceiro*, *carpinteiro*, *lavadeira*, *padeiro* e *vaqueiro* designam profissionais.

Também, pode-se notar que a palavra *herdeiro* aparece nas duas peças sem alteração semântica, ou seja, se manteve com o mesmo significado durante quatro séculos e o mantém até hoje. A palavra *cozinheira*,

que aparece na peça *Auto da Alma* (século XVI), também se manteve até os dias atuais com o mesmo significado. Ao passo que a palavra *estalajadeira* está em desuso, um dos motivos é o de que sua base, *estalagem*, deixou de ser usada em favor de *hospedaria*, *pousada* ou *albergue*. A palavra *caminhairo* é usada no *Auto da Alma* (século XVI) como o agente do verbo *caminhar*, ou seja, 'quem caminha', identificando-se aqui uma ligeira mudança semântica ocorrida na palavra no decorrer dos séculos, pois atualmente apresenta o sentido de 'andarilho, quem caminha muito'.

Em o *Auto da Compadecida*, com exceção das palavras: *cangaço*, *catimbozeiro*, *chocadeira* e *lavadeira*, as demais palavras formadas com o sufixo *-eiro(a)* datam do século XIV (*carpinteiro*), do século XIII (*companheiro*, *herdeiro*, *padeiro*, *padroeiro*) e do século XI (*vaqueiro*) e continuam com a mesma designação semântica original.

7. O sufixo *-or* nas duas obras teatrais

No *Auto da Alma* (séc. XVI), foram encontradas nove palavras formadas com o sufixo *-or*: *criador* (séc. XIII), *defensor* (1344), *doutor* (séc. XIII), *emperador* (séc. XIII), *matador* (séc. XIII), *pecador* (séc. XIII), *redentor* (1485), *rogador* (séc. XIII), *tentador* (séc. XV). Na obra *Auto da Compadecida* (séc. XX), foram encontradas quinze palavras formadas com o sufixo *-or*: *administrador* (séc. XIII), *antecessor* (séc. XIII), *apaziguador* (1551), *ator* (1532), *benfeitor* (séc. XVI), *doutor* (séc. XIII), *encenador* (1766), *ensaiador* (séc. XV), *merecedor* (séc. XIV), *morredor* (1812), *pastor* (1188), *portador* (1275), *promotor* (1619), *sangrador* (1209), *trabalhador* (séc. XIV).

Observou-se que todas as formações são agentivas e com designação de seres humanos. No *Auto da Alma* encontrou-se apenas uma delas com a designação de profissional: *emperador*; ao passo que no *Auto da Compadecida* foram encontradas cinco palavras com a designação de profissional: *administrador*, *ator*, *pastor*, *promotor*, *trabalhador*.

Pode-se notar que, no *Auto da Alma*, quase todas as palavras formadas com o sufixo *-or* são do século XIII, à exceção de *defensor* (séc. XIV), *redentor* (séc. XV) e *tentador* (séc. XV). No *Auto da Compadecida* encontra-se uma variedade de datações dentre as palavras formadas com o sufixo *-or*, desde uma palavra do século XII (*pastor*), cinco palavras do século XIII (*administrador*, *antecessor*, *doutor*, *portador* e *sangrador*), duas do século XIV (*merecedor* e *trabalhador*), uma palavra do

século XV (*ensaiador*), três palavras datadas do século XVI (*apaziguador*, *ator* e *benfeitor*), uma do século XVII (*promotor*), uma palavra datada do século XVIII (*encenador*), até uma do século XIX (*morredor*). Tal variedade pode indicar a significativa produtividade do sufixo *-or* na formação *nomina agentis* na língua portuguesa, desde o século XII até os tempos atuais.

Convém notar que a palavra *doutor*, datada do século XIII, aparece nas duas peças teatrais, porém com diferenças semânticas significativas. Na obra de Gil Vicente (século XVI), a palavra *doutor* é utilizada com a significação de 'pessoa sábia e de grande conhecimento erudito', ao passo que na obra de Ariano Suassuna (1955) a palavra *doutor* é utilizada quase como um pronome de tratamento para identificar alguém pertencente a uma classe social privilegiada. Com exceção da palavra *doutor*, as demais palavras formadas com o sufixo *-or* e empregadas nas duas obras continuam com os mesmos significados de sua primeira datação.

8. O sufixo *-nte* nas duas obras teatrais

No *Auto da Alma* (séc. XVI), foi encontrada uma única palavra formada com o sufixo *-nte*: *caminhante* (séc. XIV). No *Auto da Compadecida* (séc. XX), foram encontradas quatro palavras formadas com o sufixo *-nte*: *ajudante* (séc. XIV), *negociante* (1682), *presidente* (séc. XV) e *protestante* (1660).

Observa-se que todas as formações são agentivas e com designação de seres humanos. No *Auto da Compadecida* encontram-se três palavras com a designação de profissional: *ajudante*, *negociante* e *presidente*.

Nota-se que a formação com o sufixo *-nte* encontrada no *Auto da Alma*, data do século XIV, ao passo que as formações encontradas no *Auto da Compadecida* datam do século XIV, XV e XVII.

Nota-se, também, que as palavras formadas com o sufixo *-nte* e empregadas nas duas obras continuam com os mesmos significados de sua primeira datação.

Observou-se que na peça *Auto da Alma*, do século XVI, aparece a palavra *caminhante*, mas também a palavra *caminheiro*. Aparentemente as duas formas são sinônimas no texto de Gil Vicente, não obstante, a palavra formada com o sufixo *-eiro(a)* seja encontrada na fala das personagens e a formação com o sufixo *-nte* seja encontrada no discurso do nar-

rador. Possivelmente *caminheiro* fosse uma forma mais coloquial e encontrada na oralidade, ao passo que *caminhante* poderia ser uma forma mais polida. Sabe-se que hoje as duas formas não são sinônimas, pois existe uma sutil diferença em seus significados: *caminhante* significa 'quem caminha' e *caminheiro* 'quem caminha muito', apontando para o fator intensidade que hoje é denotado pelo sufixo *-eiro(a)*.

9. Considerações sobre os dados obtidos

Inicialmente, convém observar que a peça o *Auto da Alma*, de autoria de Gil Vicente (1518), apresenta um total de três mil e trezentos e sessenta palavras, ao passo que a peça o *Auto da Compadecida*, de autoria de Ariano Suassuna (1955), apresenta vinte e sete mil e trezentos e cinquenta palavras. Nota-se, então, que não apenas as peças, com os séculos, podem se tornar mais longas pelo tratamento de vários assuntos, como também devido ao maior número de palavras disponíveis no léxico. Assim, desde o século XVI até o século XX, houve um significativo aumento no léxico da língua portuguesa, promovendo a possibilidade de crescimento do tamanho de textos sem a repetição das mesmas palavras.

Pode-se notar que, a exceção da palavra *estalajadeira*, que atualmente está em desuso, *caminheiro* e *doutor*, as demais palavras são usadas desde as suas datações até os dias de hoje mantendo suas significações semânticas. Assim, pode-se inferir que, embora haja vários processos de formação de palavras, processos de desgaste e alterações semânticas, a língua mostra-se muito conservadora na sua alteração lexical, pois a maior parte das palavras abordadas manteve a mesma significação semântica durante o intervalo de quatro séculos, do século XVI ao XX.

Neste estudo, notou-se que as formações com os sufixos *-eiro(a)*, *-or* e *-nte* além de se mostrarem *nomina agentis*, também apresentam o traço [+ humano]. Além disso, pode-se observar que o maior número de palavras agentivas encontradas foram as formações com o sufixo *-or*, indicando a sua significativa produtividade na formação *nomina agentis* no português representado pelo texto de Gil Vicente como também no representado pelo texto de Ariano Suassuna e, portanto, uma produtividade independente do período. Notou-se, ainda, que as formações com o sufixo *-eiro(a)* destacam-se na designação de profissionais, tanto no *Auto da Alma* (século XVI) como no *Auto da Compadecida* (século XX), ou seja, também de forma independente do período. Embora mais timidamente por serem mais recentes na língua, as formações com o sufixo *-nte* tam-

bém se concentram na formação de nomes de profissionais, ainda que o sufixo *-eiro(a)* seja mais antigo neste âmbito de produções.

Convém notar que não foram encontradas formações com o sufixo *-ista* nas obras utilizadas como *corpus*. No século XVI, quando Gil Vicente escreveu a sua obra, conforme já citado, as palavras sufixadas com *-ista* da língua portuguesa designavam gentílicos. As formações *nomina agentis* com o sufixo começaram a entrar no português a partir do século XIX, com traduções que vieram a se incorporar à linguagem técnica, acadêmica e científica no português. Ainda assim, como são palavras de forma mais culta, ainda hoje não apresentam uma produtividade alta nos meios de fala popular. Devido à isto, no *Auto da Compadecida*, de 1955, tampouco aparecem formações com *-ista*, embora na peça apareçam vários nomes de profissionais, as personagens pertencem a um contexto pouco urbano, no qual não há os profissionais denotados pelo sufixo culto que indica profissionais especializados.

10. Considerações finais

Com o estudo feito depreende-se, então, que há vários sufixos que podem designar a mesma função, entretanto no processo linguístico, alguns apresentam preferência ante outros. Por exemplo, no português paulistano, o agente que manobra veículos é designado pelo nome de *manobrista*, mas pelas regras de formação de palavras poderia ser: *manobrador*, *manobrate* ou mesmo *manobreiro*. Segundo Sandmann (1991, p. 75), neste caso “está-se frente a uma situação de conflito entre o sistema e o uso; o sistema permite mais de uma forma, o uso, porém, consagra e privilegia uma”.

Conforme foi visto nos exemplos estudados, havia duas palavras para designar o agente que caminha: *caminheiro* e *caminhante*. Com o decorrer do tempo houve uma modificação no sentido de uma das vertentes utilizada e houve a diferenciação semântica entre elas. Sucedeu o mesmo com as duas palavras que designam o agente que trabalha: *trabalhadora* e *trabalhadeira*, que apresentam atualmente sentidos diferentes. Assim, quando há concorrência semântica entre as palavras o uso encarrega-se com o passar do tempo em consagrar e privilegiar uma forma e alterar o sentido semântico das outras para diferenciá-las. Não obstante, muitas vezes a forma cristalizada pode não corresponder à forma teoricamente esperada, devido às mais diversas influências sofridas no decorrer do processo linguístico.

Se por um lado, há vários sufixos que podem designar a mesma função semântica, por outro lado, um mesmo sufixo pode ser polissêmico. O que aparentemente poderia formar um caos na comunicação, o uso resolve por meio dos mais variados processos, desde as acomodações fonéticas até processos extralinguísticos, que conforme pudemos ilustrar com o trabalho, ocorre ao longo de séculos.

Apesar de termos vários sufixos na língua com a mesma função que podem atuar sobre a mesma base, as formações não serão sinônimas, pois cada sufixo tem o seu âmbito semântico de atuação bem definido, ademais, a própria “idade” do sufixo apresenta um traço semântico que será incorporado às suas formações, seja como pejoratividade e/ou como conservadorismo, ou ainda como fator estilístico frente a outros usos. (AREÁN-GARCÍA, 2012, p. 2482)

Assim, como conclusão, cita-se Basílio (2001, p. 80), “a formação de palavras pode ter uma função exclusivamente cognitiva, como categorização. Mas, em termos de comunicação, a palavra se forma também em função do enunciado”. Dessa forma, o significado de uma palavra não está apenas em sua raiz, mas também pode estar no sufixo e no uso empregado, sujeito às preferências linguísticas. Estas preferências são reflexos de fenômenos culturais, sociais, políticos etc. e atuam na frequência das palavras, bem como, na produtividade dos sufixos que possam estar envolvidos em suas constituições, podendo provocar a cristalização lexical pelo uso e motivar as diferenças nas vertentes usadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. A variedade regional na sufixação. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIII, N. 04 *Anais do XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 1573-1586. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/tomo_2/a_variedad_e_regional_na_sufixacao_NILSA.pdf. Acesso em: abril de 2013.

_____. A formação de nomes de profissionais a partir do sufixo *-ista*. XVI Congresso Internacional da ALFAL, 2012, Alcalá de Henares. Cestero Mancera, Ana M., Molina Martos, Isabel y Paredes García, Florentino (Eds.) (2012), La lengua, lugar de encuentro. *Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal*. Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2012, p. 2475-2483. Disponível em:

<<http://alfal2011.mundoalfal.org/#/pdf/280alfal.pdf>>. Acesso em: abril de 2013.

BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2001.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PHARIES, David. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles*. Madrid: Gredos, 2002.

SANDMANN, Antônio José. *Competência lexical. Produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba: UFPR, 1991.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. 15. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

VIARO, Mário Eduardo. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. MASSINI-CAGLIARI, Gladis et alii. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 45-84.

_____. Os sufixos *-eiro* e *-ário*: história de morfemas divergentes. LI-MA-HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V. L. (Orgs.). *A Língua Portuguesa no Mundo – I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH USP, 2008, v. 2, CD-ROM.

VICENTE, Luis (Org.). *Auto da Alma. Copilaçam de totalas obras de Gil Vicente*. 1562. Disponível em:

<<http://www.usp.br/gmhp/corp/s16.zip>>. Acesso em: abril de 2013.

**TRADIÇÃO CLÁSSICA E SUA REPERCUSSÃO
EM GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Paulo Mosânio (UFCE)
paulo.mosanio@gmail.com

RESUMO

A finalidade deste artigo é mostrar os desafios que representam a classificação vocabular desde a Antiguidade Clássica até os tempos modernos em língua portuguesa. Nesta vamos passar em revista as gramáticas renascentistas, as gramáticas do período historicista, para enfim, chegarmos aos períodos pré- e pós-NGB. Concluímos que o desafio persiste, o esperado momento de unificação terminológica e conceitual das classes em pouco resultou. As grandes divergências continuaram, o que pode ser visto nas gramáticas de ponta em nossa língua. Essas lides já eram prenunciadas no Anteprojeto à NGB, diga-se de passagem.

Palavras-chave:

Classificação das palavras. Gramática. NGB. Tradição clássica. Língua portuguesa.

1. Introdução

Aquilo que hoje constitui disciplina gramatical com certa autonomia teve seu início na Grécia, no bojo das perquirições filosóficas. Era a filosofia a pedra angular sobre a qual se foram edificando, com o passar do tempo, os diversos setores do saber.

O ponto alto na reflexão filosófica encontra-se representado por Platão e Aristóteles, que refletiram sobre a linguagem em termos de categorias. Dada a importância de ambos os filósofos, mencionamos sua contribuição em secção à parte, juntamente com os estoicos. O que os une não é simplesmente o estudo do discurso articulado, mas o exame analítico do mesmo.

Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo serão referidos em seguida, quando tratarmos da tradição gramatical, embora o segundo retome em parte o legado filosófico, reorganizando as partes do discurso conforme os polos centrais do mesmo: o nome e o verbo, as classes por excelência.

Quanto à contribuição do mundo latino, houvermos por bem nos referir a Prisciano, cuja doutrina teve grande importância na Idade Média, e a Varrão, devido à sua originalidade, embora não tivesse logrado o reconhecimento conferido a Prisciano.

Por fim, fazemos algumas referências ao medievo, que, continuando a tradição greco-latina, conjugou a doutrina de Prisciano, seguidor de Apolônio Díscolo, ao ensinamento de Santo Tomás de Aquino, grande ideólogo da Idade Média, adaptador da filosofia de Aristóteles ao Cristianismo.

As obras consultadas para este capítulo são a de Robins (1979), Kristeva (s/d), Neves (1987), além das fontes originais colhidas em Varão (1990) e Eckfurt (1947).

2. Legado helênico

2.1. As classes de palavras no âmbito filosófico

É com Platão que o discurso (*lógos*) foi examinado como entidade digna de ser apreendida analiticamente. Por discurso, entende-se o de natureza declarativa, em *Sócrates corre, o cavalo é branco*. Ele reúne nomes e verbos (*onómata* e *rhémata*), através dos quais se espelharia o vínculo entre agente e ação.

Aristóteles desenvolveu o legado do mestre. Acrescentou às duas categorias retromencionadas a das conjunções (*syndesmoi*), que abrangiam o que posteriormente se chamou conjunção, artigo e pronome e, possivelmente, a preposição. O estagirita reconheceu a categoria de caso (*ptosis*), mas justificou-a de um ponto de vista lógico. Assim, o genitivo e o dativo seriam casos, tomando como ponto de partida o nominativo. Como apenas este último corresponderia ao nome em função do sujeito da proposição, ele não seria afetado pela categoria de caso. Destaquemos, porém, que o conceito de caso não é unívoco: ora abrange a flexão nominal e a verbal e a derivação; ora o conceito se restringe àqueles dois tipos flexionais.

Aristóteles também identificou a categoria de tempo, manifestada através do verbo, mas, em suas considerações lógicas, deu saliência ao presente.

Passo importante foi dado pelos estoicos. No afã de revelar a simetria entre a estrutura do pensamento e a da linguagem, identificaram inicialmente quatro partes do discurso: nome, verbo, conjunção e artigo. Distinguiram mais tarde o nome próprio do nome comum. O mérito deles não consistiu simplesmente na ampliação do número de classes. Ao reconhecerem a existência dos três gêneros, por exemplo, introduziram o

termo técnico *oudéteron* (literalmente “nem um, nem outro”) para designar o neutro.

A identificação da categoria de caso, relacionada aos nomes, foi obra desses estudiosos. A referida categoria serviu de base para inclusão dos adjetivos na classe nominal, para a distinção entre esta classe e a dos verbos. Trataram da noção gramatical de tempo, embora confusamente, e vislumbraram a de aspecto. A gramática dava sinais de libertação das amarras filosóficas.

2.2. As classes de palavras no âmbito gramatical

A disciplina gramatical propriamente dita é uma criação da época helenística. Tinha por objetivo cultivar e ensinar aquilo que o espírito havia criado e elaborado.

A gramática ganhou relativa autonomia com a *Téchne Grammatiké*, de Dionísio da Trácia, a primeira gramática do Ocidente, cuja influência sobre outras obras gramaticais foi incontestável. Dionísio identificava oito partes do discurso inspiradas em Aristarco: nome (*ónoma*), verbo (*rhema*), particípio (*metoche*), artigo (*árthon*), pronome (*antonymia*), preposição (*próthesis*), advérbio (*epírrhema*) e conjunção (*syndesmos*). O gramático reconhecia as propriedades acidentais (*parepóména*) para uma determinada classe de palavras, quando isto era cabível. Constituem, por exemplo, acidentes do nome: gênero (*génos*), número (*arithmós*) e caso (*ptosis*). Incluíam-se também entre os acidentes o tipo (*eídos*), que podia ser primitivo e derivado, e a forma (*schema*), que se dividia em simples e composta. Como vemos, sob o nome de acidentes, se abrigavam aspectos amplos relativos não apenas à flexão como também à derivação e à composição.

Outro gramático de nome foi Apolônio. Este estudioso, afastando-se de exame exterior, característico do período alexandrino, procurou versar sobre matéria linguística, respaldado em enfoque filosófico. Foi Apolônio que abriu espaço para os estudos sintáticos. Escreveu não somente sobre a divisão das partes do discurso, mas também sobre a sintaxe destas.

Vislumbrou o encadeamento das unidades menores nas maiores, nos moldes de uma hierarquia. Privilegiando a relação entre nome e o verbo no âmbito da frase, colocou as partes do discurso sob a égide da sintaxe e arrolou-as de modo a simularem uma proposição completa.

Embora mantendo o essencial da *Téchne* dionisiana, repensou as categorias, sua ordenação e o seu conceito. Não foi à toa que seu ensinamento, de extração filosófica, teve repercussão no pensamento linguístico medieval.

Apolônio distinguiu as seguintes classes, em conformidade com os parâmetros retrocitados:

1. o nome e o verbo, os dois polos, sem os quais inexistente proposição completa;
2. o particípio, que participa da natureza daqueles acima;
3. o artigo, que se liga ao nome e ao particípio, mas não ao pronome;
4. o pronome, que se coloca no lugar do nome, em contraste com o artigo, adjunto ao nome;
5. a preposição, que se antepõe às partes acima quer por composição (ex. andar com Pedro), quer por aproximação (conviver);
6. o advérbio, que é adjetivo do verbo;
7. a conjunção.

Não nos referiremos às categorias, que mantêm a essência da proposta de Dionísio. Passemos à contribuição dos latinos.

3. *As contribuições dos gramáticos latinos*

A tradição gramatical latina sofreu forte influência helênica. Nesta secção, trataremos de mostrar de que modo ela se manifestou através de Prisciano e de Varrão.

Em sua descrição morfológica das classes vocabulares variáveis, Prisciano procurou estabelecer formas básicas. Para o nome, elegeu o nominativo singular e, para o verbo, a primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa.

O gramático não separava fenômenos de natureza flexional dos de natureza derivacional. Neste particular, não soube tirar proveito das ideias de Varrão. Entretanto, ele tinha suficiente lucidez teórica para estabelecer as categorias e identificá-las, ainda que com fortes bases nocionais.

Prisciano chegou à descrição de oito classes de palavras com seus acidentes (gênero, número, caso, etc.) em conformidade com o ensinamento de Dionísio e Apolônio. As classes são: nome (*nomen*), verbo (*verbum*), participio (*participium*), pronome (*pronomem*), (*adverbium*), preposição (*praepositio*), interjeição (*interiectio*) e conjunção (*coniunctio*). Ele adaptou as categorias da língua grega, inerentes a cada classe, ao latim.

Além de Prisciano, outros gramáticos houve de grande valor, entre os quais Varrão, o primeiro gramático latino e o mais original dentre eles. Empenhou-se na sua obra, *De Língua Latina*, em questões etimológicas e em problemas ligados aos aspectos regulares e irregulares da linguagem.

Em seu livro III, cunhou o termo *declinatio*, que se relaciona não somente com a declinação dos nomes, mas também com a conjugação verbal. Estamos no terreno da *declinatio naturalis*, a flexão, que se caracteriza pela generalidade e sistematicidade e da *declinatio voluntaria*, relacionada com a derivação.

Levando em consideração aspectos da *declinatio naturalis*, Varrão identificou o seguinte sistema de classes: o que comporta palavras com flexão de caso (nomes), o que comporta palavras com flexão de tempo (verbo), o que abriga palavras com ambas as flexões retrocitadas (participios) e, enfim, palavras sem flexão de caso e de tempo (advérbios e conjunções).

Varrão, no estudo das categorias do verbo, distinguiu as noções de tempo e de aspecto. Na análise das formas verbais do modo indicativo, vozes passiva e ativa, considerou como fundamental divisão entre ação completa e incompleta (exemplos do português: estudou/estudava). Naturalmente, ainda era um estudo eivado de imperfeições, mais tarde reparadas por Prisciano. Não podemos, contudo, deixar de registrar o fato, tendo em vista o contexto histórico no qual ele se situa. Ressaltamos também que nossas gramáticas normativas, anos e anos depois de Varrão, ainda não acolhem a categoria de aspecto devidamente.

4. O legado clássico no medievo

O legado clássico teve importância tamanha que chegou à Idade Média, onde vigorou a filosofia de Santo Tomás de Aquino, a qual, por sua vez, remonta à doutrina aristotélica. A contraparte linguístico-filosó-

fica procede de Prisciano. Foi com base na conjugação destes legados que os medievais estudaram as classes de palavras, as categorias e a noção de *accidente*.

Os principais estudiosos do medievo são gramáticos modistas, assim chamados por terem dado a lume diversos tratados com o título *De Modis Significandi* (Sobre os Modos de Significar). Ao estabelecerem elo entre as categorias gramaticais e o estudo da frase, distinguiram as categorias sintaticamente relevantes, por exemplo, o gênero e o caso, daquelas sintaticamente irrelevantes, estas ligadas à formação de palavras. Separaram, pois, o tipo e a forma (*eidós* e *schema*) dos demais acidentes.

Os modistas ou gramáticos especulativos (assim também chamados porque viam na linguagem um reflexo ou espelho – latim *speculum* do pensamento) distinguiram dois modos de ser (*modi essendi*) fundamentais:

- a) modos de compreender (*modi intelligendi*)
- b) modos de significar (*modi significandi*)

Os primeiros dizem respeito à relação entre o pensamento e as coisas e os últimos, à relação entre a linguagem e as coisas. Os modos de significar são de crucial importância para se compreender a concepção linguística que os especulativos tinham. Cabe destaque aos modos de significar passivos (*modi significandi passivi*), as qualidades das coisas tais como nos chegam por meio das palavras. Daí a primazia dada ao estudo das classes vocabulares e ao modo como estas se articulam em discurso.

Uma teoria de vulto na época foi a de Tomás de Eckfurt, que parte da concepção do que seria frase aceitável. Esta pressuporia, segundo a tipologia aristotélica das causas, a existência de palavras (causa material), a união destas palavras nas mais variadas construções (causa formal), os vínculos gramaticais entre elas, expressos via mecanismo flexionais (causa eficiente) e a expressão de um pensamento completo (causa final).

Sua obra é a *Gramática Especulativa*, cuja terminologia o autor foi buscar à filosofia escolástica. Nela à maneira de Prisciano, o autor estuda as classes vocabulares e suas peculiaridades que envolvem não apenas a flexão, mas também a derivação.

Para as classes, se fosse o caso, Tomás de Eckfurt distinguia a espécie, segundo a qual se estabelecia uma divisão entre primitivo e deri-

vado (ex. branco/brancura), a figura, conforme a qual se colocava a divisão entre simples e composta. Aqui, à semelhança dos gregos, diferenciava-se o tipos (*eídos*) da forma (*schema*).

O gênero se caracterizava em ampla aceção pois dizia respeito tanto a substantivos quanto a verbos (no tocante à voz).

Como vemos, o ideário clássico se impôs no medievo, onde foi devidamente adaptado, em consonância com o substrato ideológico enfiado no tomismo.

5. O legado em língua portuguesa

5.1. As gramáticas renascentistas

O interesse pelas línguas clássicas, na Idade Média, não implica que tenha havido descaso para com as línguas vulgares. Ao contrário, a partir da Idade Média, no século XIV, já se delineava uma tendência para se estudarem as línguas românicas já consolidadas. É com o Renascimento, todavia, que a orientação dos estudos para as línguas nacionais se firmaram. Surgem as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, respectivamente a *Gramática da Linguagem Portuguesa* e da *Gramática da Língua Portuguesa*, de 1540.

A gramática de Fernão de Oliveira, que é mais um livro de anotações, não se detém a discorrer longamente sobre as partes do discurso nem a aplicar os esquemas formais da língua latina.

A influência clássica foi de fato saliente em João de Barros, que procedeu ao estudo das classes vocabulares, considerando sempre que possível os acidentes, estes compreendidos em ampla aceção.

Identificou o nome e o verbo como as partes principais da oração. De menor importância são as demais: o pronome e o advérbio, além do participio do artigo, da conjunção e da interjeição.

Os acidentes do nome eram, por exemplo:

- a) qualidade: própria ou comum;
- b) espécie: primitiva ou derivada;
- c) figura: simples ou composta;
- d) gênero: masculino e feminino;

- e) número: singular e plural;
- f) caso: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, ablativo, vocativo.

Quanto ao verbo, identifica-se:

- a) o gênero (voz): ativo e neutro;
- b) espécie e figura: as mesmas supra do nome;
- c) tempo;
- d) número;
- e) conjugação.

É óbvio que nem tudo elencado pelo gramático pode ser considerado categoria, à luz dos estudos modernos. Qualidade, espécie e figura certamente não o são. Isto se pode atribuir à nítida influência greco-latina, já patente pela inclusão dos acidentes no estudo das classes.

Influência mais evidente está na atribuição de caso aos nomes. Ora, sabe-se muito bem que, em geral, as funções sintáticas em português não são expressas por casos, exceção feita aos pronomes.

Só a partir do século XVII, com o advento do Iluminismo, se configura de fato uma salutar reação ao modelo gramatical latino. Representativa deste período foi a gramática de Barbosa (1871), que criticou os gramáticos que o antecederam, pelo fato de terem imposto o modelo latino às gramáticas de língua portuguesa.

Defendeu que a língua é um instrumento analítico do pensamento. Como todos os homens pensam segundo as mesmas leis, as línguas devem ser reguladas por princípios universais.

Estabeleceu duas partes para qualquer gramática: uma, de natureza mecânica, que considera as palavras como meros vocábulos, constituídos de sons articulados e letras, encaradas, portanto, quanto a sua ortoépia e ortografia; outra, de natureza lógica, que considera as palavras como signos, enfocadas quanto à etimologia, que versa, sobre as partes da oração, e quanto à sintaxe, que ensina a juntar as palavras e a dispô-las em discurso.

O adjetivo tem uma extensão bem ampla. Corresponde a grandes grupos, os *determinativos*, os *explicativos* e os *restritivos*. Os primeiros

incluem os artigos os pronomes pessoais os demonstrativos de quantidades (o que chamamos hoje de pronomes indefinidos e numerais). Os explicativos e restritivos abrangiam o que entendemos hoje por qualificativos.

O verbo *ser* é considerado de natureza substantiva. Os demais se enquadram naturalmente entre os verbos adjetivos. Quanto aos advérbios, estes não constituem classe autônoma, por se deixarem decompor em preposição e nome substantivo (*docemente* é igual *com doçura*).

Destaque-se que Barbosa, à maneira dos antigos, procedia ao estudo dos acidentes de tipo e forma juntamente com os acidentes propriamente gramaticais. Assim, discorrendo sobre os substantivos comuns, divide-os em primitivos e derivados, simples e compostos.

Barbosa apresenta uma nomenclatura muito complicada, que não teve continuidade em nossa tradição gramatical. Há um esforço por parte do autor em individualizar cada parte oracional no intuito de vez cada uma delas em seus aspectos peculiares.

Ao que nos consta, não apareceu em língua portuguesa, por um longo tempo, obras gramaticais tão destacadas quanto a de Barbosa. Somente numa fase historicista de nossa produção gramatical é que vêm a lume obras de autores como Júlio Ribeiro e João Ribeiro dentre outros, as quais oferecem uma visão diacrônica da língua, refletida principalmente no estudo da estrutura e formação de palavras.

5.2. Das gramáticas historicistas ao anteprojeto da NGB

No período que antecede a confecção do Anteprojeto à NGB, surgem gramáticas que, numa orientação historicista, que se reflete nitidamente no estudo da estrutura e formação de palavras, imprimiram novos rumos na descrição da classificação vocabular. Cada gramática do referido período apresenta em relação a outras divergências num ou noutro pormenor.

Não nos interessa analisar os detalhes sobre a classificação das palavras e os acidentes gramaticais relativos a elas, porque isto nos conduziria a pormenores desinteressantes. Importam somente as linhas gerais que norteavam os compêndios gramaticais, precisamente no que diz respeito à problemática ora em tela.

Ribeiro (1911) reconhece uma disciplina geral denominada *lexiologia*, à qual compete o estudo da palavra quanto aos seus elementos sonoros e quanto aos seus elementos mórficos. Neste último caso, identifica duas subdivisões: *taxionomia*, na qual se estuda a classificação vocabular, *kampenomia* ou *ptoseonomia*, em que se descrevem os acidentes gramaticais (gênero e número, por exemplo). Ribeiro (1893), por sua vez, reconhece na *lexeologia* dois subdomínios: a *morfologia*, que estuda o vocábulo considerado quanto aos seus elementos significativos, e a *taxionomia*, responsável pelo agrupamento dos vocábulos em classes.

Já Pereira (1943) reconhece a morfologia como domínio subdividido em *taxeonomia*, à qual cabe o estudo de diversas classes e de seus acidentes, e a *etimologia*, à qual compete o estudo da origem e da formação do léxico. Por fim, Maciel (1914) concebe um setor gramatical, denominado *lexiologia*, cujo escopo são as palavras “isoladamente consideradas, isto é, como organismos independentes.” Nela se insere a *morfologia*, a *taxonomia* e a *ptseonomia*, sendo a segunda responsável pela classificação vocabular e a última, pelo estudo dos acidentes e propriedades.

Como vemos, mesmo com o pequeno quadro ilustrativo acima, reinava uma confusão terminológica nas gramáticas do período pré-NGB. Convinha estabelecer certa ordem que atendesse a finalidades pedagógicas, unificasse as terminologias com base em critérios científicos. Para este fim, nasceu a NGB.

Antes da Nomenclatura Gramatical Brasileira, veio a lume o Anteprojeto a NGB de 13 de agosto de 1957, de cuja elaboração participaram Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Cunha e Rocha Lima. O Anteprojeto, além das dez classes vocabulares hoje conhecidas, propunha uma classe de partículas e locuções, às quais não nos referiremos aqui.

Sobrevieram divergências. Cândido Jucá (filho), por exemplo, não aceitava uma classificação vocabular senão dentro de um contexto oracional. A Academia Brasileira de Filologia não admitiu a existência de uma classe de partículas e locuções, pois deveriam ser inseridas, pelo menos em sua maior parte, entre os advérbios. Os gramáticos da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul não admitiram a interjeição entre as classes de palavras de valor morfológico.

Ao final de toda uma longa discussão, a cujos pormenores não aludiremos aqui, resultou soma de opiniões, não uma síntese. Bidermann (1978, p. 191), pronunciando-se sobre o *Anteprojeto*, assevera que gra-

máticos e linguistas que opinaram a respeito dele sempre lhe opuseram umas tantas restrições. Acabaram por adotar uma atitude política e não científica, tirando-se a média em os pareceres de gregos e troianos. Desse acordo entre os detentores da verdade gramatical, afirma a linguista, resultou a portaria ministerial de 28/01/1959, que instituiu a Nomenclatura Gramatical Brasileira. As classes de palavras permaneceram dez.

5.3. A NGB e as gramáticas subsequentes: as classes vocabulares

A NGB lista dez classes de palavras a serem tratadas no domínio da morfologia: seis variáveis – substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral e verbo. E quatro invariáveis.

Questionamos, em primeiro lugar, o enquadramento de algumas destas classes no setor morfológico, como as invariáveis. É objetável também a inclusão da interjeição entre as classes vocabulares, já que ela se comporta como frase, pois se associa sempre a uma entonação específica e a uma situação comunicativa, da qual fazem parte emissor e receptor (Cf. CAMARA JR., 1977, capítulo XI).

A NGB não estabelece definição para as classes. Temos que colhê-las nas gramáticas. Mas aí já se configura uma primeira dificuldade, pois as definições não coincidem em muitos casos. Para fins ilustrativos, tomamos como exemplo a gramática de Cunha (1983), que se situa entre as mais célebres, e segue mais de perto a NGB.

Na referida gramática, encontram-se definições de ordem semântica, imprecisas como estas:

SUBSTANTIVO é a palavras com que designamos ou nomeamos os seres em geral (1983, p. 121).

ADJETIVO é a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres, os objetos nomeados pelos substantivos... (1983, p. 170).

VERBO é (...) a palavra que exprime um fato (ação, estado ou fenômeno) representado no tempo (1983, p. 253).

Perguntamo-nos o que o autor entende por *designamos*, *seres*, *caracterizar*, *ação*, *estado* e *fenômeno*. As definições, vagas e imprecisas, contrastam com estas de caráter morfossemântico, de Dionísio da Trácia:

ónoma (nome): parte do discurso que possui flexão de caso e que significa pessoa ou coisa;

rhema (verbo): parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo pessoa e número, que significa atividade ou processo executado ou experimentado; (ROBINS, 1979, p. 27)

Devido à imprecisão conceitual, o que é classe em dado momento passa a ser subclasse em outro. Vejamos a conceituação de numeral: “Para indicarmos uma quantidade exata de seres ou objetos, ou para assinalarmos o lugar que eles ocupam em determinada série, empregamos uma classe especial de palavras – OS NUMERAIS” (1983, p. 193).

Ora, pela definição acima, não há como diferenciar numeral de substantivo coletivo, a exemplo de *dúzia* e *centena*. Acrescente-se também que a definição não se compatibiliza com o elenco de numerais, já que parece abranger apenas os cardinais e os ordinais.

Outro fato a considerar-se é mistura de critérios. Devido a ela ora os pronomes são classes, ora subclasses, enfocadas sob o aspecto sintático. Daí as denominações *pronome substantivo* e *pronome adjetivo*.

Mistura de critérios existe, às vezes, numa só definição, como esta, relativa ao advérbio, em que mescla o critério sintático ao critério semântico. “Estas palavras que se juntam a verbos, para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade, chamam-se ADVÉRBIOS”. (1983, p. 368)

Noutras vezes, sequer há definição como se vê em “Dar-se-á no nome de ARTIGO às palavras o (com as variações a, os, as) e um com as variações (uma, uns, umas), que se antepõe aos substantivos...” (1983, p. 144)

Em outros momentos, as definições padecem de inexatidão. Em Cunha, por exemplo, os pronomes são considerados palavras que servem para representar um substantivo e para acompanhar um substantivo, determinando-lhe a extensão do significado.

Pela primeira "definição", só sabemos o que é o artigo porque ele está citado. O fato de antepor-se ao substantivo nada esclarece, porque isto caracteriza também outras classes.

A segunda definição enfatiza somente o caráter substitutivo do pronome e não sua natureza mostradora, isto é, dêitica. Acompanhar o substantivo determinando-lhe a extensão do significado não difere alguns pronomes dos adjetivos.

Em suma, o problema da classificação vocabular permanece na NGB e nas gramáticas que a ela de algum modo se filiam. Isto se deve ora à adoção de critérios semânticos vagos, ora à mistura de critérios (como na definição de advérbio, por exemplo) ora à tautologia (vide definição do artigo), ora à inadequação da definição (a exemplo da definição do pronome).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencia, 1871.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Edição organizada por José Pedro Machado. Lisboa: sem editora, 1957.

BIDERMANN, M. T. C. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CAMARA JR, J. M. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CHEDIAK, A. J. (Org.). *A nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Direção do Ensino Secundário, 1960.

CUNHA, C. F. da. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

DUBOIS, J. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1974.

ERFURT, T. de. *Gramática especulativa*. Madrid: Lousada, 1947.

KHEDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1992.

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, [s/d.].

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Brasília: Hucitec/Universidade de Brasília, 1987.

OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva da língua portuguesa* (Curso Superior). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1943.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica & Alves, 1893. [Francisco Alves, 1911].

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

VARRÓN. *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Barcelona: Editorial del Hombre, 1990.

A NOÇÃO DE FRAME

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br



MORATO, Edwiges Maria; KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol. 55, n. 1, jan./jun.2013, 137 p.

<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/issue/view/201>

Edwiges Maria Morato é professora associada da UNICAMP, doutora em linguística pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio na Sorbonne-Nouvelle e experiência na área de linguística e de neurolinguística, com ênfase nos estudos que envolvem as relações entre linguagem, cérebro e cognição. **Ingedore Grünfeld Villaça Koch** é doutora em língua portuguesa pela PUC/SP, livre-docente e titular em análise do discurso pela UNICAMP, onde implementou a área de linguística textual, e é autora e organizadora de muitos e importantes trabalhos em sua especialidade, publicados em revistas e livros.

Este número dos *Cadernos de Estudos Linguísticos* reúne oito trabalhos sobre *frame*, além de trazer riquíssima contribuição bibliográfica para quem desejar ampliar seus conhecimentos ou produzir trabalho acadêmico sobre tema

frame, noção polissêmica pela qual se interessam vários domínios da linguística, tais como a semântica, a fonética, a linguística cognitiva, a linguística computacional, a linguística de *corpus*, a linguística textual, a pragmática, a análise do discurso. (p. 5, não numerada)

As organizadoras consideraram as “diferentes perspectivas e metodologias”, tentando colocar em destaque “alguns avanços obtidos na reflexão sobre o tema a partir de arbitragens interdisciplinares realizadas pela linguística nos últimos anos”. (*Idem, ibidem*)

Eis uma síntese do que se publicou sobre *frame* neste número dos *Cadernos de Estudos Linguísticos*:

No artigo de abertura do volume (p. 7-34), “A linguística cognitiva encontra a linguística computacional: notícias do projeto Framenet Brasil”, Maria Margarida Martins Salomão, Tiago Timponi Torrent e Thais Fernandes Sampaio tratam do histórico e da sua fortuna crítica,

bem como à divulgação de seus desdobramentos no contexto do projeto **FrameNet**, de Berkeley, e do **FrameNet Brasil**, centralizado na UFJF (Juiz de Fora - MG), principalmente nos projetos **COPA 2014** e **Frames e Construções**.

No segundo artigo (p. 35-49), “A semântica de *frames* como paradigma para os estudos multilíngues: o caso dos *frames* SELF_MOTION e CRIMINAL_PROCESS em inglês e português”, Rove Chishman e Anderson Bertoldi discutem “a forma como a descrição do significado lexical proposto pela semântica de frames pode beneficiar os estudos multilíngues, principalmente no que se refere ao estabelecimento de equivalentes em diferentes línguas” por meio de análises contrastivas nas duas línguas. Por este meio, chega-se à conclusão de que a “semântica de frames ajuda a contrastar as diferentes realidades culturais que são evocadas pelas unidades lexicais em diferentes línguas”. (p. 35)

No terceiro artigo, “O *frame* de comunicação em português do Brasil: uma proposta de descrição” (p. 51-64), Francine Ferreira Vaz e Luiz Fernando Matos Rocha descrevem o frame de comunicação do português brasileiro, por meio de análise de corpus, tendo como base o frame correlato do inglês, explicitando os padrões semântico-sintáticos de corpora de português brasileiro para se compararem com padrões do inglês. Comprovada a hipótese de que o frame do português segue o do inglês, contribuiu-se para a possível criação, através da descrição dos frames de diferentes línguas, de uma rede de equivalentes semânticos entre elas. (Cf. p. 51)

No quarto artigo, “Elementos nucleares de frame e a interpretação de metáforas” (p. 65-80), Heronides Moura verifica o modo “como os frames associados aos veículos de enunciados metafóricos interferem na interpretação desses enunciados”, concluindo-se que os “elementos nucleares de frame são preservados nos enunciados metafóricos”. (p. 65)

O quinto, “*Frames*, discurso e valores” (p. 81-97), de Neusa Salim Miranda e Flávia Cristina Bernardo, define a vinculação teórico-metodológica da semântica de frames com o projeto lexicográfico FrameNet e os modelos baseados-no-uso, demonstrando-o em um estudo de caso. (Cf. p. 81)

O artigo “*Frames* e fala espontânea” (p. 99-108), de Heliana Mello e Tommaso Raso, trata da inclusão das noções de unidade informacional e enunciado nas propostas de tratamento da linguagem espontânea, da teoria da língua em ato (TLA) e de sua aplicação e validação através dos

estudos de *corpora* aplicados a línguas românicas, assim como de possíveis consequências para a incorporação do nível pragmático como base analítica na constituição de *frames* para análise da fala espontânea. (p. 99)

O sétimo artigo, “Entrelaçando frames: a construção do sentido metafórico na linguagem em uso” (p. 109-124), de Solange Vereza, reflete sobre a linguagem metafórica em uso, articulando os planos de sentido estável e episódico/emergente para compreender a construção metafórica no discurso. Os *frames* se mostram como conceitos centrais na produção de sentidos figurados nos aspectos constituintes desses planos de sentido. (Cf. p. 109)

Por fim, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes, no artigo sobre “*Frames* em jogo na construção discursiva e interativa da referência” (p. 125-137), refletem sobre aspectos referenciais e interacionais da noção de *frame*, destacando processos verbais e não verbais implicados na construção discursiva do referente numa conversação de indivíduos afásicos e não afásicos. (Cf. p. 125)

Esperamos que esta resenha contribua para a ampliação dos estudos do tema em questão, inclusive porque foram incluídos alguns links que direcionam o pesquisador para outras fontes interessantes.

**CENÁRIO GEOPOLÍTICO E SOCIOLINGÜÍSTICO
DO PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI**

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br



MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.).
Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013. 400 p.

<http://www.parabolaeditorial.com.br>

Luiz Paulo da Moita Lopes é doutor em linguística aplicada pela Universidade de Londres, professor titular da UFRJ e pesquisador do CNPq. Foi presidente da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) e coordenador do GT-Linguística Aplicada da ANPOLL, tendo publicado e organizado diversos livros e publicado numerosos artigos em coletâneas e revistas científicas no Brasil e no exterior.

Sobre este livro, lembra-nos **José Luiz Fiorin** no “Prefácio”,

é um convite para uma aventura intelectual. Para vivenciá-la, a exigência é abrir a mente, pois é preciso pôr de lado construtos teóricos com que operamos ao longo de toda a nossa vida intelectual, é necessário abandonar o conforto de determinados axiomas sobre os quais assentamos nosso trabalho, é imprescindível despirmo-nos de crenças que balizaram nossa atitude científica. Em resumo, é indispensável pensar diferente.

Este livro é, como eu disse, um convite, mas um convite aos que têm paixão pela linguagem, por seu mistério e por sua epifania, por sua relação com a vida. (p. 13 e 17)

E é com esta intenção que fazemos a sua divulgação através dessa resenha, sintetizando uma breve apresentação das contribuições nele incluídas. É um trabalho que não pode deixar de ser lido pelos especialistas. Por isto, como a nossa *Revista* é também virtual, sugiro a leitura prévia do **Sumário**, da **Apresentação** e do **Prefácio** do livro diretamente na página que o organizador e a editora disponibilizam.

Mais adiante, Fiorin ainda acrescenta que

O que este livro faz é apresentar o que se configura como uma mudança

da forma de fazer ciência. Ele está ligado ao desmantelamento das fronteiras; à diminuição da soberania dos Estados nacionais com a criação das grandes entidades transnacionais, à livre circulação dos bens e de capitais; à descrença nas grandes narrativas; enfim, ao fenômeno que é chamado globalização. (p. 15-16)

Reunindo autores do calibre de Alan Silvio Ribeiro Carneiro, Branca Falabella Fabrício, Emanuel da Silva, Gilvan Müller de Oliveira, Inês Signorini, Joana Plaza Pinto, José Luiz Fiorin, José Pedro Ferreira, Leticia Soares Bortolini, Marcos Bagno, Margarette Schlatter, Margarita Correia, Maria Clara Kating, Marilda C. Cavalcânti, Pedro M. Garcez, Olga Solovova, Olga Barradas, Samina A. Patel e Xoán Carlos Lagares, o professor Luiz Paulo organizou um excelente livro, com treze capítulos, tratando de temas extremamente interessantes e atuais nos estudos linguísticos, além de sua introdução, intitulada “Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI”.

Na ordem em que foram publicados, os seguintes capítulos constituem esta obra, além de uma bibliografia de trinta e duas páginas (p. 361-393): “Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI” (p. 53-73), “Política, língua portuguesa e globalização” (p. 74-100), “Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural” (p. 101-119), “Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português” (p. 120-143), “A ‘outridade lusófona’ em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico” (p. 144-168), “Tensões sociolinguísticas na comunidade portuguesa/lusófona de Toronto” (p. 169-191), “Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s) legítima(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste” (p. 192-218), “Políticas de língua, multilinguismos e migrações: para uma reflexão policêntrica sobre os valores do português no espaço europeu” (p. 219-248), “Políticas linguísticas e identidades em trânsito: espanhol e português em um cotidiano comunitário escolar uruguaio na fronteira com o Brasil” (p. 249-273), “O caso do português em Moçambique: unidade nacional com base em educação bilíngue e intercompreensão” (p. 274-296), “Dicionários e vocabulários ortográficos na constituição da norma” (p. 297-318), “Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas” (p. 319-338) e “O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono” (p. 339-360)

Tentar produzir um texto mais esclarecedor do que as orelhas deste livro, que transcrevo mais abaixo, seria descabida pretensão.

Como a comunicação eletrônica vem alterando rapidamente a sociedade, é preciso repensar o que tem sido chamado de português, porque uma língua é “um projeto discursivo”, orientado por ideologias que envolvem modelos socioculturais da linguagem, construídos por seus usuários “e não um fato estabelecido”.

Este livro teoriza o português tendo em vista seus novos falantes pelo mundo: linguagem, globalização, *ethos* discursivos contemporâneos, novos letramentos digitais, novas sociabilidades são os temas aqui abordados pelos autores.

É clara a urgência de tematizar o cenário geopolítico e sociolinguístico no qual o português e seus falantes têm de circular atualmente, tendo em vista as mudanças de natureza econômica, política, sociocultural e tecnológica que enfrentamos. Essas mudanças são essencialmente construídas no discurso, tendo em vista a relevância da linguagem em um mundo de fluxos rápidos nas redes digitais e nos atravessamentos das fronteiras físicas e cibernéticas da globalização. Essas são condições novas que produzem efeitos semânticos sobre o que chamamos de português.

Muitos dos construtos com os quais lidávamos em um passado recente precisam ser repensados. [...]

Os pesquisadores que participam deste volume têm se embrenhado por novos caminhos teóricos, procurando reler o português por outras ideologias linguísticas, se mostrando insatisfeitos com as narrativas tradicionais sobre a linguagem e, especialmente, sobre a língua portuguesa. [Orelhas]

Se este é um tema de seu interesse, não deixe de ler *Português no Século XXI*, porque é uma síntese do que melhor tem circulado nos meios acadêmicos desde o início do milênio.